

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CULTURA E
TERRITÓRIOS SEMIÁRIDOS**

ARIANE SAMILA FERREIRA DE OLIVEIRA ROSA

**O DISCURSO E A PRÁTICA DA INSERÇÃO DE AUTORES LOCAIS
NO CURRÍCULO:
UM ESTUDO NA CIDADE DE JUAZEIRO/BA**

**JUAZEIRO-BA
2020**



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CULTURA E
TERRITÓRIOS SEMIÁRIDOS**

Ariane Samila Ferreira de Oliveira Rosa

**O DISCURSO E A PRÁTICA DA INSERÇÃO DE AUTORES LOCAIS NO
CURRÍCULO: UM ESTUDO NA CIDADE DE JUAZEIRO/BA**

Dissertação apresentada ao Departamento de Ciências Humanas, Universidade do Estado da Bahia, *Campus III*, para obtenção do título de Mestra em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos.

Linha de Pesquisa: Educação Contextualizada para Convivência com o Semiárido

Orientador: Prof. Dr. Josemar da Silva Martins

JUAZEIRO-BA
2020

FICHA CATALOGRÁFICA
Sistema de Bibliotecas da UNEB
Dados fornecidos pelo autor

F. de Oliveira Rosa, Ariane Samila

O Discurso e a Prática da Inserção de Autores Locais no Currículo: um estudo na cidade de Juazeiro/BA / Ariane Samila F. de Oliveira Rosa.-- Juazeiro, 2020.

197 fls.

Orientador(a): Josemar da Silva Martins.

Inclui Referências

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação Educação, Cultura e Territórios Semiáridos - PPGESA, Câmpus III. 2020.

1.Autor Local. 2.Literatura Local. 3.Currículo . 4.Escolas Municipais.

CDD: 370

ARIANE SAMILA FERREIRA DE OLIVEIRA ROSA

**O DISCURSO E A PRÁTICA DA INSERÇÃO DE AUTORES LOCAIS NO
CURRÍCULO: UM ESTUDO NA CIDADE DE JUAZEIRO/BA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação – Stricto Sensu – Mestrado em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos – PPGESA, ofertado pelo Departamento de Ciências Humanas – *Campus* III da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, para obtenção do título de Mestra em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos.

Linha de Pesquisa: Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Josemar da Silva Martins
Orientador/ UNEB

Prof. Dr. Cosme Batista dos Santos
Membro Interno/ UNEB

Prof. Dr. Simão Pedro dos Santos
Membro Externo/ UPE

Ao Pai, “porque dele, e por ele, e para ele são todas as coisas; glória, pois, a ele eternamente”.

Romanos 11:36

AGRADECIMENTOS

Foram muitos os que colaboraram para a realização desta pesquisa, a eles e elas deixo aqui o meu mais sincero agradecimento. Primeiramente, agradeço ao Senhor Jesus por ter me proporcionado condições para o início e conclusão deste trabalho.

A minha família de nascença, meus pais: Betinho – Adalberto Soares de Oliveira e Eva Ferreira de Oliveira; minha irmã, Paula Sabrina Ferreira de Oliveira. A família que me adotou depois que me casei: Maria José Dantas Passos Rosa, Josivaldo Soares Rosa (*in memoriam*), Eddie Nara Dantas Passos Rosa e Anderson Almeida. E a família que estou construindo ao lado do meu companheiro Ranieri Dantas Passos Rosa e, minha pequena, Ana Sophia de Oliveira Rosa.

A UNEB por ser uma instituição que abre espaços para múltiplos projetos, sobretudo os que compreendem a Arte enquanto uma linguagem que produz conhecimento científico. A todos os professores do PPGESA, principalmente ao meu orientador Josemar da Silva Martins, mais conhecido como Pinzoh, que muito me ajudou nas (in) decisões do caminho. Aos colegas de classe, em especial a André Vitor Brandão, Jailson Lima, Érika Pók Ribeiro, Dida Maria, Nívea Cristina de Melo Rodriguês.

Ao SESC Petrolina por ter me apoiado na criação de diversos projetos e ter me mostrado um lado da Literatura que antes eu não explorava tanto. E a ele vinculado agradeço, também, ao Núcleo de Estudo e Pesquisa em Literatura (NEPEL) que além de companheiros de leituras e descobertas, são amigos literários que vou juntando ao longo do caminho.

Agradeço sobremaneira a todos os sujeitos que colaboraram com a realização deste trabalho, a Escola em Tempo Integral Paulo VI, a SEDUC e aqueles que me auxiliaram no levantamento dos autores, principalmente, a João Gilberto Guimarães Sobrinho, Luis Osete, Maria Izabel Figueiredo (Bebela), Odomaria Rosa Bandeira Macedo.

Agradeço ao meu grupo *Amigas Lindas* pelo apoio constante e por entender minhas ausências, obrigada: Jandy Mendes Lira, Leidy Costa, Lys Valentim, Lucylene Lima, Nilzete Chaveirinho, Thaís Mirella Andrade, Thianny Alves. E, por último, agradeço à Maiara Nunes que abdicou do seu tempo para me auxiliar na lapidação de alguns dados.

“Talvez não haja equilíbrio social sem a literatura”

Antonio Candido (2011b, p. 175).

RESUMO

A presente pesquisa tem como principal objetivo compreender em quais circunstâncias ocorrem o discurso e a prática da inserção do autor local no currículo das escolas municipais. Assim, buscou-se problematizar e aprofundar a própria ideia de autor local; compreender o discurso da inserção dos autores locais, bem como, analisar os aspectos relacionados à política de aquisição de livros para as escolas municipais de Juazeiro/ BA, e se nessa política figuram livros de autores locais; além disso, também se buscou investigar se as professoras que lecionam as disciplinas de Língua Portuguesa, História e Artes da Escola em Tempo Integral Paulo VI têm trabalhado em seu cotidiano escolar e pedagógico as obras dos autores locais, verificando, também, se há algum vínculo desses escritos com o Semiárido Brasileiro e seus múltiplos aspectos. Como aporte teórico para compreender os conceitos de autor/escritor foram utilizados os estudos de Chartier (1999; 2014), Foucault (1992) e Bakhtin (2011); já o conceito de Autor Local foi construído junto aos sujeitos da pesquisa, sobretudo, foram ouvidos os próprios autores. Ao enveredar nos caminhos da Literatura, foram relevantes os conhecimentos de Candido (2011a; 2011b), Compagnon (2009; 2010) e, no último eixo, foram imprescindíveis as leis brasileiras a respeito do currículo, em que são utilizadas as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN, 2013), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996), além de utilizar os estudos de Silva (2015), Martins (2006; 2011), Reis (2009; 2011). A pesquisa tem natureza e abordagem qualitativa que elucida, analisa e explana o objeto da pesquisa através do delineamento do Estudo de Caso. Para a coleta de dados foram utilizadas entrevistas semiestruturadas com a Secretária de Educação e Superintendente Pedagógica; as professoras selecionadas e a equipe gestora da Escola em Tempo Integral Paulo VI formada pela gestora, vice-gestor e coordenadora pedagógica e seis autores locais, assim como, observação, análise documental e diário de bordo. Os resultados desta pesquisa mostraram que a produção literária dos autores locais, mesmo que de forma tímida, vem sendo inserida nas escolas municipais de Juazeiro/BA e que o discurso da importância da inserção do autor local existe de fato e está em atuação para além dos autores. Expõe também a distância que as práticas institucionais e pedagógicas estão em relação ao discurso a este respeito.

Palavras-chave: Autor Local. Literatura. Currículo. Escolas Municipais.

RESUMEN

El objetivo principal de esta investigación es comprender en qué circunstancias se produce el discurso y la práctica de inserción del autor local en el currículo de las escuelas municipales. Por lo tanto, buscamos problematizar y profundizar la idea misma del autor local; comprender el discurso de inserción de autores locales, así como analizar los aspectos relacionados con la política de adquisición de libros para las escuelas municipales de Juazeiro / BA, y si esta política incluye libros de autores locales; Además, también buscamos investigar si los maestros que enseñan las asignaturas de lengua portuguesa, historia y artes de la escuela a tiempo completo Pablo VI han estado trabajando en su escuela diaria y en trabajos pedagógicos de autores locales, también verificando si hay algún vínculo de estos escritos con el semiárido brasileño y sus múltiples aspectos. Como soporte teórico para comprender los conceptos de autor / escritor se utilizaron los estudios de Chartier (1999; 2014), Foucault (1992) y Bakhtin (2011); El concepto de Autor local se construyó con los sujetos de investigación, sobre todo, se escuchó a los propios autores. Al embarcarse en los caminos de la literatura, el conocimiento de Candido (2011a; 2011b), Compagnon (2009; 2010) fue relevante y, en el último eje, las leyes brasileñas con respecto al plan de estudios, en el que se utilizan las Directrices nacionales del plan de estudios (DCN, 2013), Ley de directrices y bases de la educación nacional (LDB, 1996), además de utilizar los estudios de Silva (2015), Martins (2006; 2011), Reis (2009; 2011). La investigación tiene un enfoque cualitativo y una naturaleza que aclara, analiza y explica el objeto de investigación a través del diseño del estudio de caso. Para la recopilación de datos, utilizamos entrevistas semiestructuradas con el Secretario de Educación y el Superintendente pedagógico; los maestros seleccionados y el equipo directivo de la Escuela de tiempo completo Paulo VI formado por el gerente, el subgerente y el coordinador pedagógico y seis autores locales, así como la observación, el análisis documental y el cuaderno de bitácora. Los resultados de esta investigación mostraron que la producción literaria de los autores locales, aunque sea tímidamente, se ha insertado en las escuelas municipales de Juazeiro / BA y que el discurso sobre la importancia de la inserción del autor local existe y está actuando más allá autores. También expone la distancia que las prácticas institucionales y pedagógicas están en relación con el discurso en este sentido.

Palabras clave: Autor local. Literatura Plan de estudios Escuelas municipales.

LISTA DE SIGLAS

ABL – Academia Brasileira de Letras
 CRFB – Constituição da República Federativa do Brasil
 CLAE – Círculo Literário Analítico Experimental
 CLISERTÃO – Congresso Internacional do Livro, da Leitura e Literatura no Sertão
 CNE – Conselho Nacional de Educação
 DCN – Diretrizes Curriculares Nacionais
 DUDH – Declaração Universal dos Direitos Humanos
 ECSAB – Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido
 EFEJ – Escola de Formação de Educadores de Juazeiro/PARLIM
 EJA – Educação de Jovens e Adultos
 EREMCC – Escola de Referência em Ensino Médio Clementino Coelho
 FACAPE – Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina
 FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
 FUNDARPE – Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco
 IRPAA – Instituto da Pequena Agropecuária Apropriada
 LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
 MEC – Ministério da Educação
 MEI – Microempreendedor Individual
 NEPEL – Núcleo de Estudo e Pesquisa em Literatura
 ONG – Organização Não Governamental
 ONU – Organização das Nações Unidas
 PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola
 PNLD Literário – Programa Nacional do Livro Didático
 PPGESA – Programa de Pós-graduação em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos
 PROAF – Programa de Ajuda Financeira
 PROFLETRAS – Programa de Mestrado Profissional em Letras
 RESAB – Rede de Educação do Semiárido Brasileiro
 RMEJ – Rede Municipal de Ensino de Juazeiro/BA
 SAB – Semiárido Brasileiro
 SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
 SECULTE – Secretaria de Cultura, Turismo e Esportes de Juazeiro
 SEDUC – Secretaria de Educação e Juventude de Juazeiro
 SESC – Serviço Social do Comércio
 TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
 UBE – União Brasileira de Escritores
 UEFS – Universidade Estadual de Feira de Santana
 UFBA – Universidade Federal da Bahia
 UFPE – Universidade Federal de Pernambuco
 UNEB – Universidade do Estado da Bahia
 UNIVASF – Universidade Federal do Vale do São Francisco
 UPE – Universidade de Pernambuco
 VSF – Vale do São Francisco

SUMÁRIO

1 CONTANDO UMA PROSA.....	14
2 COMPREENDENDO OS CONCEITOS DE AUTOR/ ESCRITOR.....	22
2.1 DIVERGÊNCIAS ENTRE OS TERMOS <i>AUTOR</i> E <i>ESCRITOR</i>	23
2.1.1 Uma (r) evolução na história da escrita.....	23
2.1.2 Enveredando por perspectivas conceituais.....	25
2.1.3 Autor Local.....	30
2.1.4 O conceito de autor pelos sujeitos institucionais.....	35
2.2 LITERATURA.....	37
2.2.1 O que dizem os teóricos.....	39
2.2.2 Literatura e Convívio Social.....	41
2.2.3 Literatura, um Direito Humano.....	42
2.2.4 Literatura, para quê?.....	47
2.3 CURRÍCULO.....	50
2.3.1 O poder do currículo e a formação docente.....	50
2.3.2 Leis Brasileiras e Currículo.....	53
2.3.3 Currículo contextualizado em consonância com a proposta da ECSAB.....	55
2.3.4 A Literatura e o Contexto Semiárido.....	58
2.3.5 Mas, o que, realmente, é entende-se pelo SAB.....	61
3 OPÇÕES METODOLÓGICAS.....	64
3.1 PERFIL EPISTEMOLÓGICO DA PESQUISA QUALITATIVA	64
3.2 DELINEAMENTO DA PESQUISA: ESTUDO DE CASO.....	65
3.3 <i>LOCUS</i> E SUJEITOS DA PESQUISA.....	68
3.4 INSTRUMENTOS DE PRODUÇÃO DE DADOS.....	70
3.5 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE E TRATAMENTO DE DADOS.....	71
4 PERCORRENDO CAMINHOS.....	74
4.1 ESTREITANDO RELAÇÕES COM O CAMPO E SUJEITOS DA PESQUISA.....	74

4.2 A BUSCA PELAS VOZES DO DISCURSO DA INSERÇÃO.....	80
4.2.1 O Falar e o Fazer pela Inserção dos Autores Locais.....	82
4.2.2 Onde se encontra o Autor Local?.....	88
4.2.3 A Escola e sua Buro (demo) cracia.....	91
4.3 A PRODUÇÃO LITERÁRIA DO VSF.....	93
4.3.1 A realidade da Literatura Local na escola	99
4.3.2 A Utopia do Discurso da Inserção.....	101
4.3.3 Quem procura, acha!.....	104
4.3.4 O que leem os profissionais da Educação.....	106
4.4. O PROCESSO DE AQUISIÇÃO DE LIVROS PARA AS ESCOLAS DA RMEJ.....	108
4.4.1 Será o começo de uma prática?.....	111
4.4.2 Políticas brasileiras para inserção dos autores locais.....	114
4.5.3 O Repertório dos Autores do VSF.....	116
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	120
REFERÊNCIAS.....	125
APÊNDICE A – Mapeamento dos autores do VSF	133
APÊNDICE B – Acervo Dom José Rodriguês.....	140
ANEXO - Parecer consubstanciado do Comitê de Ética.....	144

1 CONTANDO UMA PROSA

Desde que me lembro, sou uma leitora voraz, acho a escrita uma atividade surpreendente. Como os profissionais da palavra conseguem colocar no papel algo que chega ao íntimo de cada um, mesmo sem nos conhecer. Costumo dizer que um poema pode salvar um dia inteiro, ou até mesmo, uma vida inteira. Para momentos de nervosismo, leio Manoel de Barros; se quero ser revolucionária, leio Ruthe Maciel; se anseio por sentir o cheiro da caatinga e relembrar minha infância na Fazenda Zé Bianco, leio Erika Pók Ribeiro; quando estou observando o rio, recordo o poema *Um quadro à margem do Rio São Francisco* (2014, p. 215) de Virgílio Siqueira. Com exceção do querido Manoel de Barros, as duas primeiras são autoras de Juazeiro/BA e, por último, um autor de Petrolina/PE.

No ano de 2008, quando ingressei no curso de Letras – Língua Portuguesa e suas Literaturas, da Universidade de Pernambuco (UPE), comecei a me interessar ainda mais pela Literatura, desejo que tenho desde a juventude – embora não venha de uma família leitora, tornei-me leitora. No decorrer dos quatro anos da graduação, aprendi muito sobre Didática, um pouco de Gramática, um escasso debate sobre Teoria Literária e um aprofundamento maior nas mais diversificadas literaturas: Portuguesa; Brasileira; Latina; Nordestina.

Ao sair do curso de Letras, pensei que tivesse conhecimento suficiente para enfrentar o mercado de trabalho; foi quando me deparei com o primeiro desafio ao começar a trabalhar no Serviço Social do Comércio (SESC), em Petrolina, como professora de Artes – Literatura. Dei-me conta de que quase não conhecia a Literatura que é (era) produzida na minha região, lacuna que ficou em minha formação acadêmica e precisava ser retificada, e como o Programa de Literatura do SESC tem a premissa de (re) conhecer as atividades literárias da região em que está situada, (re) comecei a estudar para dar conta das funções que iria desempenhar.

O Programa de Literatura do SESC Pernambuco – do qual Petrolina faz parte – é compartilhado pelas dezoito unidades do SESC no Estado e se formaliza em um documento norteador que, dentre outras diretrizes, entende a Literatura como uma Linguagem de Arte para além da sistematização das escolas literárias ou da palavra presa ao livro, uma expressão que pode estar em diálogo com a Dança, a Música, o Teatro, as Artes Visuais, o Audiovisual, que são, também, outras linguagens agregadas às atividades do Setor de Cultura do SESC, do qual tenho imenso orgulho de fazer parte.

Seguir com esse pensamento é ampliar a percepção de que a Literatura pode ser percebida em uma dança quando ela utiliza, por exemplo, um poema para poder se expressar através do movimento, ritmo, corporeidade, discurso; na composição das letras de músicas e nos textos teatrais que são, em sua essência, uma produção que tem como alicerce a escrita e desdobram-se em canções e atos; em exposições literárias que, muitas vezes, mostram a vida e obra de determinado autor, ou a partir da leitura de alguma obra surgem desdobramentos e elementos que por si sós conseguem abrir uma discussão. Logo que cheguei ao SESC, lembro-me de uma exposição que principiava do poema *Uma faca só lâmina* de João Cabral de Melo Neto (2010, p. 169) e embrenhava-se por outras questões, também presentes nas Artes Visuais. Dessa maneira, por mais que concorde que a base da Literatura é a palavra, entendo que essa palavra pode estar para além do livro e interagir com outras linguagens, sendo constantemente (re) inventada.

Desse modo, iniciei uma pesquisa sobre os autores e autoras do Vale do São Francisco (VSF), mais especificamente, das cidades de Petrolina/PE e Juazeiro/BA. E nesse mapeamento literário, que mais à frente será apresentado e que se encontra em constante atualização - já que a todo instante surgem novos autores e/ou autoras, já publicados, lançam outros títulos, comecei a me aproximar desses sujeitos a fim de entender como funcionava a cena literária. Convidei-os para conversas informais, criei projetos literários para que eles pudessem mostrar seu trabalho de forma remunerada, um pequeno avanço na profissionalização desses autores, que, geralmente, se apresentam de forma voluntária. Também, adquiri o hábito de comprar e ler seus livros, atividade que eu realizava outrora de forma muito tímida.

Contudo, sentia-me uma leitora solitária e por necessidade de compartilhar os conhecimentos que estava adquirindo e interesse do SESC que aprovou o projeto, criei no segundo semestre de 2014, ano seguinte à minha admissão, o NEPEL, que é um espaço de estudo teórico-prático sobre a obra dos autores locais e regionais. Os integrantes, que se reúnem semanalmente, em um estudo contínuo, além de estudarem essas obras literárias, produzem de maneira artesanal e publicam seus escritos autorais através do Nascente Fanzine – que é uma publicação anual, atualmente, em sua terceira edição. Além de realizarem intervenções literárias e recitais, a fim de ampliar no corpo as diversas possibilidades de criação literária, as discussões também são enriquecidas pela inclusão de estudiosos e teóricos da Literatura, sendo os estudos de Antonio Candido (2011a, 2011b) os mais assíduos.

Nesta dissertação, considero o autor local não somente os nascidos na cidade de Juazeiro/BA, mas também aqueles, que possuem uma relação de convívio social com essa cidade e nela residem independentemente do local de seus nascimentos. No caso do NEPEL, por ser um núcleo de pesquisa vinculado ao SESC¹, tem uma delimitação mais abrangente e contempla a cidade de Juazeiro/BA e Petrolina/PE. A respeito disso, é importante relatar que todos os sujeitos/autores entrevistados residem na cidade de Juazeiro/BA; contudo, alguns dados referentes à cidade de Petrolina serão apresentados pelo constante e indissociável trânsito entre essas duas cidades no qual esses sujeitos/autores estão diretamente imbricados.

Ao estreitar laços com os autores, percebi que há anseios que são reiterados e compartilhados por muitos deles e atrelados ao desejo de que suas obras estejam presentes nas escolas. Há também uma expectativa de que essa ação reverbere, conseqüentemente, em uma demanda de venda de livros, gerando uma maior circulação da produção e oportunizando que eles possam custear suas despesas a partir da sua escrita.

E, com a intenção de continuar minha formação acadêmica, propus ao PPGESA, oferecido pela UNEB, um estudo que investigasse em que circunstâncias ocorrem o discurso e a prática da inserção dos autores locais dentro do currículo das escolas da Rede Municipal de Ensino de Juazeiro/BA (RMEJ), sendo essa inserção não somente um desejo dos autores, mas meu também, pois compartilho da importância do estudo dessas obras nas instituições escolares do município de Juazeiro/BA.

Atualmente, com a aprovação da pesquisa, dentro do PPGESA, encontro espaço para ampliar e desenvolver meu estudo que surgiu depois que conheci a potencialidade que a produção literária de Juazeiro/BA nos oferece e a organização discursiva de alguns autores para que suas obras estejam inseridas nas escolas municipais, a fim de mostrar, também, que não há necessidade de recorrer sempre aos centros hegemônicos onde se detém as maiores editoras e os autores já consagrados pela mídia e pela crítica literária. E a escola que, geralmente, recebe esses livros, precisa ampliar a percepção e compreender a importância de se trabalhar com os profissionais que estão no seu entorno e que não deixam em nada a desejar em relação aos autores de outros lugares, seja na apresentação estrutural dos livros ou na qualidade da escrita literária.

¹ Entidade mantida pelos empresários do comércio de bens, serviços e turismo com atuação estadual, neste caso Pernambuco, que em conjunto com os demais Estados brasileiros formam uma grande Rede.

O que proponho aqui não significa um desprestígio de autores e obras nacionalmente e/ou mundialmente consagrados. A ideia não é estabelecer uma dicotomia, uma lógica de oposição, reconheço a importância dos clássicos literários e aprecio também essa leitura. Além disso, não quero generalizar que todos os autores locais mantêm um atributo natural de qualidade literária por ser local, são obras que apresentam suas próprias singularidades e despertam diferentes sensações.

Os autores locais se experimentam em diferentes gêneros textuais e abordam os mais diversificados temas, que, em sua maioria, não estão relacionados à seca e/ou enraizados em aspectos da desigualdade social e miséria humana, como muito já se viu. Em algumas produções, o contexto está presente na construção poética, contudo, sem trazer uma imagem negativa da região, demonstram de maneira simples e plena um olhar comum para aqueles que a conhecem, em que são evidenciados suas potencialidades e desafios.

Contudo, é certo que nem todos esses autores escrevem sobre/com os elementos da cidade. Há uma parte que produz uma literatura que aborda temas comuns a qualquer região do país (ou do mundo); falam de amor, dor, saudade, militância, conflitos sociais, etc. Tão importante quanto os já mencionados, auxiliam na construção de novos repertórios de escritas e imagens sobre o mundo, a arte, a existência. Demonstram uma variada produção literária e uma multiplicidade de pontos de vista acerca dos diversos assuntos que os atravessam.

Assim, entendo que a Literatura tem suma importância na construção sociocultural dos sujeitos e, algumas vezes, está diretamente vinculada ao contexto, possibilita uma representação desse espaço. Logo, alguns desses autores locais podem contribuir para que a cultura do Semiárido Brasileiro (SAB) esteja presente no âmbito escolar, reforçando-a ou introduzindo-a, oportunidade para a criação de outras imagens para que os alunos consigam ir além da descontextualização promovida, muitas vezes, pelo livro didático e pelos livros literários que circulam nas bibliotecas escolares, a exemplo de *Vidas Secas* (1998) de Graciliano Ramos, *Os Sertões* (2002) de Euclides da Cunha, *O quinze* (2010) de Raquel de Queiroz, que foram originalmente publicadas em 1938, 1902 e 1930. São importantes obras para a literatura nacional, mas não são os únicos olhares que precisamos ter e (re) produzir para a região Nordeste.

Boa parte dessa produção literária local mostra que é possível ter um currículo contextualizado que parta da vivência dos sujeitos ou que vá em direção, e que a escola consiga fazer essa apropriação, porque aqui também se produz conhecimento científico, há qualidade estética e literária nas obras. Porém, para isso, é preciso que as escolas consigam adquirir os livros desses autores, assim como utilizá-los como material de trabalho, observando suas diversas construções literárias e percebendo quais elementos de SAB estão presentes.

Dessa maneira, esta pesquisa tem como relevância social problematizar a prática da inserção dos autores locais a fim de entender como esses autores são percebidos no contexto escolar; como os responsáveis pela educação da RMEJ enxergam a produção literária que é produzida na cidade de Juazeiro/BA e como esses próprios autores têm se posicionado em busca dessa inserção. Ao compreender que suas obras podem interagir com as propostas dos professores, é importante também oportunizar aos estudantes um contato mais próximo com os autores, aproximar esses criados da palavra dos seus possíveis leitores, que, às vezes, concebem o autor como uma pessoa distante e inacessível.

Ao ter conhecimento dos autores que fazem parte do próprio contexto social, não seria necessário buscar aporte literário nos centros hegemônicos centrados em outra realidade que, muitas vezes, reforça o estereótipo com o Semiárido ou trata de temas específicos em que não há interação, pois é sabido que o texto literário, muitas vezes, tem, na sua essência, marcas dos contextos em que é produzido, sendo possível a aproximação com os aspectos culturais e espaciais, despertando uma sensação de pertencimento e diálogo. Além de valorizar essa classe de trabalhadores da criação literária, que, muitas vezes, não são vistos como profissionais essa inserção é importante por oportunizar aprendizagem acerca dos autores que nos cercam e para que todos os sujeitos envolvidos no processo educacional se sintam (re) conhecidos e que “a educação faça sentido na realidade vivida pelas pessoas” (REIS, 2010, p. 109).

A relevância científica busca contribuir para a expansão dos estudos da Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido Brasileiro (ECSAB), visto que a ausência desse debate deixa uma lacuna no trabalho da contextualização do SAB. Ao passo que ressalto a emergência e originalidade desta pesquisa, reitero que o presente estudo ainda não foi objeto de análise neste programa. No entanto, há uma pesquisa, *A inserção da*

literatura de Juazeiro – BA nas aulas de Língua Portuguesa (SOUZA, 2016), realizada pela pesquisadora Wiliana Coelho de Souza no Programa de Mestrado Profissional em Letras – PROFLETRAS, na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), que teve como proposta de intervenção a criação de uma biblioteca digital intitulada *Literatura de Juazeiro/BA: os escritores de Juazeiro-BA nas Bibliotecas da Cidade* que está servindo como uma referência de estudo, principalmente, para o levantamento do quantitativo de autores na cidade.

E, se “o objeto da pesquisa é, geralmente, definido como uma lacuna que é preciso preencher” (DESLAURIERS; KÉRISIT, 2010, p. 132), a lacuna que me move é o desejo de descobrir **em quais circunstâncias ocorrem o discurso e a prática da inserção de autores locais no currículo das escolas municipais de Juazeiro/BA?**, essa é a questão norteadora desta pesquisa. Almejo responder a esse questionamento ao me cercar com alguns grupos de sujeitos que são os principais responsáveis por produzir e colocar em prática essa ação, que são: os autores locais da cidade de Juazeiro/BA; as professoras que lecionam as disciplinas de Português, História e Artes e a equipe gestora (coordenadora pedagógica, vice-gestor, gestora) da Escola em Tempo Integral Paulo VI; e, por último, a Secretária de Educação e Superintendente Pedagógica, responsáveis pela parte pedagógica da Secretaria Municipal de Educação e Juventude de Juazeiro/BA (SEDUC).

Anseio por compreender como, dentro desses três grupos de sujeitos, configura-se esse discurso: como os profissionais da educação têm entendido a importância desses autores; conhecem, fazem leituras de forma espontânea, têm acompanhado a movimentação literária que ocorre na cidade; como os autores têm se posicionado em busca dessa inserção, têm feito propostas à SEDUC, como essa oportuniza (ou não) a circulação desses autores; promove editais, compra livros e insere nas escolas? Quem são os responsáveis por essa inserção nas escolas da RMEJ? Todos os sujeitos mencionados acima são possíveis mediadores dessa ação de inserir, o que busco compreender é qual força tem esse discurso para que essa prática venha, de fato, acontecer.

Almejo conseguir as respostas ao elencar alguns objetivos, sendo o objetivo geral desta pesquisa: **compreender em quais circunstâncias ocorrem o discurso e a prática da inserção do autor local no currículo das escolas municipais**, além de enveredar nos objetivos específicos que consistem em: problematizar e aprofundar a própria ideia de autor

local; compreender o discurso da inserção de autores locais; analisar aspectos relacionados à política de aquisição de livros para as escolas e se, nessa política, figuram livros de autores locais; investigar se os professores têm trabalhado em seu cotidiano escolar e pedagógico as obras de autores locais e, por último, verificar se há algum vínculo desses escritos com a perspectiva do SAB e seus múltiplos aspectos.

Este texto de dissertação apresenta uma narrativa de escolhas teóricas, metodológicas, espaciais e um caminho para a pesquisa que foi feito em conjunto com meu orientador, que, por ser um experiente pesquisador, me ajudou sobremaneira nesta construção. Dessa maneira, essa dissertação está organizada em partes que se comunicam e, também, por uma opção de aproximação com os sujeitos e os leitores me sinto confortável em escrever na primeira pessoa do singular.

Assim, no capítulo da Fundamentação Teórica, trabalho com três eixos principais de discussão: autor, literatura e currículo que se desdobram em novas proposições. No eixo 2.1, *Compreendendo os conceitos de Autor/Escritor*, faço um apanhado histórico acerca do conceito de autor/ escritor e mostro as divergências a respeito desses termos que são entendidos, muitas vezes, como sinônimos; problematizo também o conceito de autor local que foi construído através de estudos correlatos e com os sujeitos reais da pesquisa, que são aqueles que se apoderam e/ou problematizam esse termo.

Na discussão do eixo 2.2, *Literatura*, passeio por alguns conceitos literários e apresento em sequência o que mais se ajusta a esta pesquisa, que se propõe a entender a Literatura mais pelo viés social do que pela teoria literária. Além disso, abordo questões que são indispensáveis a essa construção, dentre eles, a de que a Literatura é entendida como um Direito Humano, a Literatura que faz parte do convívio social e, por último, para que serve a Literatura.

No eixo 2.3, *Currículo*, parto da compreensão desse conceito como um veículo de poder que formaliza e direciona as práticas escolares. Para isso, discuto esse pensamento, principalmente, com Tomaz Tadeu da Silva (2015) e algumas leis brasileiras específicas: DCN e LDB. Além de abordar a formação docente que pode trazer novos rumos para as práticas cotidianas escolares e, inclusive, propor elementos que são necessários, mas ainda não estão contempladas pela base nacional comum, e termino ao ressaltar a importância de

um currículo contextualizado que parta da realidade dos sujeitos, o que não significa um isolamento nesse contexto, mas uma interação do local com o global.

No capítulo 3 das *Opções metodológicas*, apresento as escolhas que conduziram esta pesquisa de forma que responda a todos os objetivos que ela propõe. Assim, a partir de uma abordagem qualitativa que é, também, o tipo dessa investigação, apresento o delineamento da pesquisa através do Estudo de Caso, que permite estudar com profundidade um recorte da realidade. Especifico os *loci* e, respectivos, sujeitos da pesquisa, assim como os instrumentos para a produção de dados. Por último, exponho os procedimentos de análise e tratamento dos dados por meio da triangulação de fontes, dados e fenômeno pesquisado.

No capítulo 4, que se inicia com *Percorrendo Caminhos*, apresento as análises dos dados que contemplam as respostas de três objetivos específicos; os outros dois estão dentro dos eixos *Literatura* e *Currículo*. Os títulos dos subtópicos já deixam evidente a que assunto se referem, são eles: 4.2 *Buscando as vozes do discurso da inserção*; 4.3 *A produção literária do VSF*; 4.4 *A realidade da literatura local* e, por último, 4.5 *O processo de aquisição de livros para as escolas da RMEJ*. Por último, sintetizo os resultados da pesquisa nas *Considerações finais*.

2 COMPREENDENDO OS CONCEITOS DE AUTOR/ESCRITOR

“O poeta municipal
discute com o poeta estadual
qual deles é capaz de bater o poeta federal.
Enquanto isso o poeta federal
tira ouro do nariz”
Carlos Drummond de Andrade

A presente narrativa traz análises históricas e reflexões contemporâneas sobre o conceito de autor e escritor e envereda pela perspectiva do autor local, haja vista que os referidos autores, aqui mencionados, são os autores literários, ou seja, aqueles que, enveredando pelos caminhos da Literatura apresentam seus escritos por meio de gêneros literários, sejam poemas, contos, romances, crônicas, memórias. Para além dessa sumária definição, apresentarei a realidade discursiva dos sujeitos reais da pesquisa, que são os proponentes desse conceito – autor local, que é entendido em termos políticos e sociológicos, haja vista a inexistência dele na teoria literária.

Ao consultar alguns dicionários, compreendi que o termo autor está atrelado à condição de invenção de algo ou alguma coisa. O minidicionário Aurélio diz que *autor* é “1. a causa principal, a origem de. 2. Criador de obra artística, literária ou científica. 3. Aquele que intenta demanda judicial” (2001, p. 83), enquanto o termo *escritor* é simplificado por “autor de composições literárias e/ou científicas” (2001, p. 305). Para explicar os conceitos acima mencionados, seguem abaixo algumas variedades de significados:

AMORA, 2009	MICHAELIS, 2010	HOUAISS, 2012
Autor:		
1. Criador; 2. causa, motivo principal; 3. escritor de obra artística ou científica; 4. aquele que propõe demanda judicial.	1. Aquele que é a causa principal. 2. Aquele que faz uma ação; agente. 3. Fundador. 4. Escritor de obra literária, científica ou artística. 5. Inventor, descobridor. 6. A parte que inicia uma ação penal; agente de um delito ou contravenção.	1. Aquele que causa algo, agente; 2. escritor; 3. inventor, descobridor. 4. quem pratica um delito; 5. quem inicia processo judicial.
Escritor:		
1. Aquele que compõe obras literárias, científicas ou didáticas.	1. Que, ou o que escreve; 2. Autor de obras literárias ou científicas	1. autor de obras literárias, científicas, etc..

Segundo a tabela acima, o conceito de *autor* é bem mais vasto do que o de *escritor*. Diz respeito a um espectro mais amplo da criação, compreende a perspectiva da descoberta e da invenção, indo até mesmo em direção à área jurídica; enquanto *escritor* é mais específico à prática da escrita no ramo literário ou científico. Dessa forma, esta pesquisa vincula-se à definição de *autor* por entender a função desse sujeito que escreve, não só como algo para além dessa prática, mas também como um fundador, o agente principal que propõe e registra descobertas. Ademais, há um expressivo amparo teórico acerca desse conceito, em detrimento da escassez de fundamentação, referindo-se ao *escritor*.

2.1. DIVERGÊNCIAS ENTRE OS TERMOS *AUTOR* E *ESCRITOR*

Em certos contextos de fala, o termo *autor* e *escritor* são entendidos como sinônimos, porém o sujeito que escreve nem sempre foi identificado por autor, pois, historicamente, havia diferenças entre esses conceitos. Isso se deve ao fato que, na Idade Média, o autor era aquele que detinha a originalidade sobre o texto, seja em forma da cópia escrita com sua assinatura ou o poder discursivo em sua forma imaterial; enquanto escritor era o que reproduzia, de forma manuscrita, por não haver outro meio na época. Assim, “o autor possuía anteriormente uma propriedade imprescritível, mas transmissível, de sua composição” (CHARTIER, 2014, p. 139).

Para além dos dicionários que trazem conceitos mais recentes e diversificados, Chartier (1999) discute sobre significâncias históricas e as diferenças existentes entre *autor* e *escritor*, uma vez que, para que se pudesse legitimar um sujeito como autor eram necessários critérios bem definidos, enquanto o escritor também tinha suas atribuições específicas. Dessa maneira, “o inglês evidencia bem esta noção e distingue o *writer*, aquele que escreveu alguma coisa, e o *author*, aquele cujo nome próprio dá identidade e autoridade ao texto” (CHARTIER, 1999, p. 32). Assim, percebe-se que a ideia de ser autor estava atrelada a uma dimensão hierarquicamente superior ao escritor, sendo esse último apenas responsável por registrar na escrita, e repassar por meio dos livros manuscritos, o pensamento do autor.

2.1.1 Uma (r) evolução na história da escrita

Ao considerar que o surgimento da escrita está atrelado à pretensão de registrar a memória e conservar a história dos acontecimentos, é compreensível que, ao longo dos séculos, essa prática tenha sofrido alterações para atender a essas trans (formações). Dessa forma, outro

aspecto importante na construção dessa história foi a Invenção da Imprensa, em Mainz, em meados do séc. XV, por Gutenberg. Essa forma de registro, mais uma vez, modificou o processo de distribuição/divulgação das obras, possibilitou a ampliação do círculo literário de produção e intensificou a capacidade de produzir e reproduzir livros e outros materiais escritos.

E mesmo que muitos acreditassem que a cultura impressa substituiria a reprodução manuscrita, não houve uma ruptura de forma abrupta, pois a impressão foi, paulatinamente, incorporada às práticas literárias da época. Ao menos, nos seus primeiros quatro séculos de exercício, a comunicação manuscrita, assim como a produção dos livros pelos escritores não desapareceu. O que houve, nesse período, foi um aprimoramento dessa prática, pois, mesmo “no caso do ‘antigo regime tipográfico’, entre os séculos XV e XVIII, esse processo envolvia a produção de uma ‘cópia correta’ do manuscrito do autor por um escriba profissional” (CHARTIER, 2014, p. 38-39).

Essa invenção técnica possibilitou um aceleração no processo de produção dos livros, em detrimento do trabalho e da demora de reproduzi-los individualmente. Logo, “o custo do livro diminui, através da distribuição das despesas pela totalidade da tiragem, muito modesta, aliás, entre mil e mil e quinhentos exemplares” (CHARTIER, 1999, p. 7) além de diminuir o tempo de reprodução da obra, graças ao emprego da oficina tipográfica. Para além disso, os escritores continuaram a desempenhar sua prática de escrita, sendo, muitas vezes, de suma importância, pois muitos autores, embora possuidores das ideias e dos discursos não detinham conhecimento gramatical para a clareza da obra, e os copistas ficavam também responsáveis por intervenções textuais para a melhoria da escrita. Dessa maneira,

Essa cópia para impressão, chamada em espanhol *original*, sujeitava o texto a uma primeira série de transformações em grafia e pontuação. Enquanto manuscritos autorais, por exemplo suas cartas, geralmente mostram poucos sinais de pontuação e grande irregularidade na grafia, os “originais” escribas (que obviamente não eram absolutamente originais) propiciavam uma legibilidade necessária para o texto dirigida aos censores e compositores (CHARTIER, 2014, p. 138).

Além disso, a forma como o texto impresso era construído não dependia do autor que incumbia ao escritor a responsabilidade pela pontuação, acentuação e organização da obra, e este deveria estar atento à intenção do autor para que não fosse alterado o sentido, pois uma

vez indo para a gráfica não havia maneira de corrigi-lo. Com tamanha autonomia e em associação com determinadas gráficas não eram descartados casos de corrupção em que escritores em consonância com as gráficas se aproveitavam e faziam cópias em maior número ao que foi solicitado, superfaturando a quantidade das impressões e comercializando de acordo com seus interesses individuais. Comprovando esse fato, Chartier disserta sobre

a cupidez e desonestidade dos impressores, que são vistos como sempre prontos a falsificar seus livros contábeis e ocultar a verdadeira tiragem de edições que lhe são confiadas, permitindo, assim, vender cópias mais rapidamente e com um preço melhor do que o autor poderia fazê-lo (2014, p. 108).

Diante dessa situação, havia aqueles que não aderiram à produção gráfica e continuavam usando os serviços dos escribas na reprodução individual dos livros, ou até mesmo, os mais radicais escreviam a seu próprio punho. A má conduta dos livreiros foi um dos motivos que possibilitou essa permanência, pois a cópia manuscrita permitia uma distribuição controlada e limitada, o que era muito favorável para assuntos que precisavam de uma prévia autorização e, que, talvez, não lhe fosse conferida a circulação em um texto impresso; outro fator é que os livros manuscritos podiam ser alterados, eliminando e acrescentando informações a cada edição desejada e, por último, era uma alternativa para que os próprios autores escrevessem sem necessidade de se submeter aos escribas, que, algumas vezes, não compreendiam a ideia do autor e faziam alterações que lhe mudavam o sentido, além da preferência de não submissão aos fins comerciais da imprensa.

Ademais, com a invenção realizada por Johann Gutenberg, os escritores teriam autonomia de criar e difundir suas próprias impressões e serem aquietados por elas. Dessa forma, são compreendidos os percursos que os termos *autor* e *escritor* passaram até o que se sabe na contemporaneidade e como a escrita tem sido a apropriada invenção do registro da memória e das (trans) formações de tudo que está a sua volta.

2.1.2 Enveredando por perspectivas conceituais

No ano de 1969, o filósofo Michel Foucault proferiu uma palestra à *Société Française de Philosophie*, no *Collège de France*, a qual se intitulava *O que é um Autor?* (FOUCAULT, 1992). Esse registro é de grande relevância para a discussão que estou realizando, pois, ao buscar compreender o conceito de autor é imprescindível adentrar nas problematizações

expostas por esse marco referencial. Segundo o próprio Foucault (1992), essa palestra, que posteriormente, se transformou em livro, trata de um ensaio de análise de que ainda mal entrevia as grandes linhas, e em seus pontos principais está a relação particular do autor com o texto que desencadeia, também, nos processos de atribuição da autoria, legitimidade, e peculiaridade da função do autor. Esses são os pontos principais de interesse nesta discussão.

Ao trazer (in) compreensões e questionamentos, dentre outras problemáticas, o filósofo argumenta que, durante muito tempo, a autoria dos textos não era uma prática comum. Uma vez que a oralidade era a principal forma de propagação das narrativas, ocorrido por boa parte da população ser analfabeta. Assim, não se conseguia identificar de onde partia o discurso que ia se propagando e não se tinha uma preocupação quanto a isso, a não nomeação do autor não causava problemas.

Desse modo, no momento em que o autor conseguiu a legitimação do seu discurso, ou seja, quando “a noção de autor constitui o momento forte da individualização na história das ideias, dos conhecimentos, das literaturas, na história da filosofia também, e na das ciências” (FOUCAULT, 1992, p. 33) deveu-se ao fato de que buscava-se identificar de onde vinha aquela escrita porque os discursos se tornaram transgressores e inoportunos. Assim surgiu a função autor.

Ao prosseguir essa discussão, Foucault argumenta que o conceito de autor está interligado à problemática da função autor, já que reitera a importância da identificação daquele que discursa a respeito de algo. Desse modo, a “função autor é, assim, característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento de alguns discursos no interior de uma sociedade” (FOUCAULT, 1992, p. 46), que fora outrora um ato permeado por riscos, antes de ser um poder de legitimação da própria obra, pois, quando se conseguia identificar o propulsor daquele discurso, ele era passível de ser punido. Isso ocorreu

Assim que se instaurou um regime de propriedade para os textos, assim que se promulgaram as regras estritas sobre os direitos de autor, sobre as relações autores-editoras, sobre os direitos de reprodução, etc. – isto é, no final do século XVIII e no início do século XIX –, foi nesse momento que a possibilidade de transgressão própria do acto de escrever adquiriu progressivamente a aura de um imperativo típico da literatura. Como se o autor, a partir do momento em que foi integrado no sistema de propriedade que caracteriza a nossa sociedade [...] passou a auferir com o retomar do velho campo bipolar do discurso, praticando sistematicamente a

transgressão, restaurando o risco de uma escrita à qual, no entanto, fossem garantidos os benefícios da propriedade (FOUCAULT, 1992, p. 47-48).

Dessa maneira, segundo Foucault (1992), mesmo garantidos os direitos à propriedade, a função autor não se aplicou a todos os discursos da sociedade; os textos científicos continuavam a circular com o nome do inventor, e era um tanto incerta a autoria sem comprovação que validasse o feito ou em pleno anonimato. Contudo, o regime de propriedade para os textos literários foi mais rígido e não podia ser desprovido da função autor, ou seja, esse atributo de autoridade individual do qual passa a gozar o criador da obra literária. Uma vez que lhe foi atribuído o direito à autoria, não se oportuniza o anonimato. É necessário saber de onde provém o discurso.

Nesse sentido, “perguntar-se-á a qualquer texto de poesia ou de ficção de onde é que veio, quem o escreveu, em que data, em que circunstâncias ou a partir de que projecto” (FOUCAULT, 1992, p. 48), já que essa é uma atribuição necessária para que o leitor sinta-se saciado diante das inquietações que cercam o (re)conhecimento das obras. Dentro dessa função autor, não se pode somente atribuir um discurso a determinado sujeito. Esse ser racional é resultado de uma operação complexa, que Foucault conceitua como autor:

O autor é aquilo que permite explicar tanto a presença de certos acontecimentos numa obra como as suas transformações, as suas deformações, as suas modificações diversas (e isto através da biografia do autor, da delimitação da sua origem social ou da sua posição de classe, da revelação do seu projecto fundamental). **O autor é igualmente o princípio de uma certa unidade de escrita.**[...] Em suma, o autor é uma espécie de foco de expressão, que, sob formas mais ou menos acabadas, se manifesta da mesma maneira, e com o mesmo valor, nas obras, nos rascunhos, nas cartas, nos fragmentos, etc. (1992, p. 53-54, grifo nosso).

Foucault (1992) considera o autor como um dispositivo que visa controlar a perturbadora proliferação de discursos. Aquele a quem se pode nomear, aquele que principia uma discussão, o que é possível atribuir um ônus ou um bônus a partir de sua ideia. Principalmente, com a chegada dos direitos autorais, esses discursos passam a ser atribuídos aos seus respectivos idealizadores, que eram penalizados ou consagrados por suas construções narrativas. Embora a definição que mais me interesse na discussão de Foucault seja a do autor literário, é importante reconhecer que o conceito de autor está ligado à criação de um modo geral, e busca uma não limitação do conceito; o autor disserta sobre os fundadores de discursividades.

Os fundadores de discursividades são, também, autores e possuidores da função autor, mas que produziram algo a mais do que um único discurso; abriram possibilidades para a criação de novos discursos a partir do seu. Eles fundaram um novo campo da criação, trouxeram uma nova forma de produzir a partir da sua escrita, mas também, para além dela, aplicou-se a outras áreas do conhecimento: música, pintura. A respeito, Foucault ressalta que “[...] eles são muito diferentes, por exemplo, de um autor de romances, que nunca é, no fundo, senão o autor do seu próprio texto. Freud não é simplesmente o autor de *Traumdeutung* [...] eles estabeleceram uma possibilidade indefinida de discursos (1992, p. 58).

Além disso, no tocante às colaborações de Foucault, é curioso saber que a poucos anos de sua morte, ele defendia um anonimato rigoroso, chegou a dizer que a única lei que gostaria que fosse instituída no campo da edição era a proibição de utilizar por mais de uma vez o nome do autor, para que cada obra fosse lida por si mesma (FOUCAULT, 1992, p. 6). É imprescindível deixar evidente que Foucault não resume o autor a uma função, mas entende que há uma função no seu interior com condições específicas que o sujeito precisa cumprir para assumir (e manter) essa função.

Ao seguir com essa discussão dos conceitos, reitero o pensamento de Chartier de que “existe supostamente uma relação original e indestrutível entre uma obra e seu autor” (2014, p. 32), e apresento Bakhtin em que o conceito de *autor* também é indissociável da obra e dos elementos que a constituem, já que para Bakhtin os elementos basilares dessa criação artística verbalizada são o autor e a personagem. Ao tomar consciência de que a obra de arte não é vista como um aglomerado de conhecimentos prioritariamente teóricos, mas providos de conhecimentos artísticos vivos em sua própria dinâmica; assim ocorre essa “relação criativa essencial do autor com a personagem, relação que determina por si mesma o desígnio artístico em toda sua essencialidade” (BAKHTIN, 2011, p. 175).

Uma vez que a criação artística é um tipo de relação humana, e como, nessas relações, os elementos essenciais da obra têm hierarquias diferentes, em que um, muitas vezes, engloba o outro para deter a supremacia do sentido, assim, para Bakhtin, o conceito de autor é compreendido como “o agente da unidade tensamente ativa do todo acabado, do todo da personagem e do todo da obra” (2011, p. 10), a ele é atribuída a complexa e privilegiada tarefa de conduzir a obra e construir caminhos para a personagem trafegar, sendo esse

itinerário inacessível à personagem que é passiva e obedece aos comandos do autor, que é sua consciência, ou melhor dizendo, a consciência da consciência. Dessa maneira,

O autor não só enxerga e conhece tudo o que cada personagem em particular e todas as personagens juntas enxergam e conhecem, como enxerga e conhece mais que elas, e ademais enxerga e conhece algo que por princípio é inacessível a elas, e nesse *excedente* de visão e conhecimento do autor, sempre determinado e estável em relação a cada personagem, é que se encontram todos os elementos do acabamento do todo, quer das personagens, quer do acontecimento conjunto de suas vidas, isto é, do todo da obra (BAKHTIN, 2011, p. 11).

Porém, mesmo sem deter um papel de destaque, a passividade da personagem não é sinônima de pouca contribuição para a construção da obra. Embora ela seja subordinada ao autor, possui um elevado nível de cumplicidade para que o todo aconteça e que, sem ela, não seria possível, pois ela completa e contempla essa dupla dos elementos que dão base à obra de arte. Logo,

A personagem, o autor-espectador eis os momentos vivos essenciais, os participantes do acontecimento da obra; só eles podem ser responsáveis e só eles podem dar a ela a unidade de acontecimento e fazê-la comungar essencialmente no acontecimento único e singular do existir (BAKHTIN, 2011, p. 176).

Ademais, em virtude de o autor ser o agente de construção da obra, “o portador da visão artística e da criação no acontecimento do existir” (BAKHTIN, 2011, p. 175) também é contemplado pelo encontro com os leitores, em que é possível a construção de uma relação de cumplicidade. Desse modo, mesmo que o autor seja entendido como um princípio a ser seguido, dotado de autoridade e conhecimento, o leitor precisa entendê-lo não enquanto um homem comum, mas como orientador aprovado pelo leitor, em uma relação de reciprocidade “pois nós estamos nele, nós abrimos caminho no sentido de sua visão ativa; e só ao término de uma contemplação artística [...] é que objetivamos o nosso ativismo (o nosso ativismo é o ativismo dele)” (BAKHTIN, 2011, p. 191).

Há outros autores que usam os termos *autor* e *escritor* sem muita preocupação com essas distinções. Antonio Candido (2011a), embora não trace uma explícita discussão, usa ambos como sinônimos sempre que a eles se refere, e não há uma hierarquia, nem diferenciação ao longo da construção textual. Em um mesmo livro, é possível perceber tal constatação em dois momentos diferentes e muito próximos na escrita: no primeiro, ele considera que “o escritor, numa determinada sociedade, é não apenas o *indivíduo* capaz de exprimir a sua originalidade

(que o delimita e especifica entre todos), mas alguém desempenhando um *papel social*” [...] (CANDIDO, 2011a, p. 83 e 84).

E esse papel social explicitado por Antonio Candido está interligado ao contexto em que essa produção literária é produzida e divulgada, uma vez que os aspectos do mundo externo à escrita são os maiores aliados na construção de uma nova realidade, pois, se o “autor é termo inicial desse processo de circulação literária, para configurar a realidade atuando no tempo” (CANDIDO, 2011a, p. 84), ele é o sujeito que enxerga seus arredores com uma percepção maior que um sujeito que não tem a preocupação de recriá-la.

2.1.3 Autor local

A referência ao termo *local* é veemente complexa de definição e aceitação. Dessa maneira, esclareço que, quando o menciono, sugiro que exista uma relação de reconhecimento de sujeitos com um determinado espaço. Uma vez que locais todos somos, nascemos, crescemos e partimos de um local. Esse termo *local*, nesta pesquisa, não sugere a ideia de limitação, mas sim de pertencimento – interação – entrosamento e podem as obras literárias serem locais e, ao mesmo tempo, nacionais/universais, sem nenhum impedimento, já que os sujeitos/autores locais estão por todas as partes do mundo e não se restringem a uma única cena literária. Posto isso, este estudo tem a cidade de Juazeiro/BA como ponto de referência e me refiro aos autores locais que nela vivem.

Dessa maneira, existe uma rede de autores em Juazeiro/BA que, além de produzirem e comercializarem suas obras literárias, têm se organizado em busca do fortalecimento de suas ações, posto que muitos deles conduzem a militância pela valorização do autor local, principalmente, quando se refere às políticas educacionais e culturais. Assim, como uma rede a balançar, seus livros são vários fios de diferentes cores, tamanhos, gêneros que se entrelaçam e movimentam-se em busca de uma unidade na diversidade dos seus fazeres, pois a maioria deles comunga de um discurso muito próximo: a valorização do autor local.

A busca por pesquisas semelhantes possibilitou o encontro com um estudo presente no livro *Literatura e Sociedade* de Antonio Candido (2011a). Em seu capítulo intitulado *A literatura na evolução de uma comunidade*, o autor traz um estudo ambientado na cidade de São Paulo/SP em que há uma discussão sobre a definição de tipos de literatura surgidos a partir de

seus espaços, quer sejam definidos como literatura paulista, pernambucana ou gaúcha, o autor defende que, mesmo que não haja uma definição que tenha uma nomeação explícita, há, certamente, uma literatura brasileira, manifestando-se de modo diverso nos diferentes Estados. Seria essa uma literatura local? Uma literatura que atua de diferentes maneiras de acordo com os espaços em que estão?

Nesse estudo Candido argumenta que a movimentação literária específica de um espaço é possível através dos autores que ali vivem independentes de seu nascimento, sejam eles, até mesmos, oriundos de outras cidades, mas que mantenham uma participação na vida social e espiritual do lugar em que residem atualmente. Esclarece que esse fato é possível por haver “[...] alguns indivíduos animados do desejo de exprimir os valores locais. É o primeiro e vago esboço de uma literatura paulistana, definida pelo encontro de poucos intelectuais com os valores tradicionais da comunidade” (CANDIDO, 2001a, p. 174).

Compartilho do entendimento de Candido quando se refere às manifestações e particularidades da Literatura em cada contexto, bem como concordo com o critério de participação na vida social, em vez de nascimento, quando se refere aos autores. Assim, considero não somente os autores nascidos em Juazeiro/BA, mas também aqueles que possuem uma relação de convívio social com essa cidade e que nela residem, independentemente de seu nascimento.

Durante a análise dos dados, observei as diferentes compreensões acerca do entendimento do que é ser um *autor local*, percebi a complexidade de transformar algo tão subjetivo em objetivo e desmistifiquei a intenção de compactar todas as argumentações em uma unidade. Dessa maneira, redirecionei meu caminho para mostrar as divergências e convergências desse conceito a partir dos pontos de vista de três autores e três autoras, o que não foi uma tarefa fácil já que esses sujeitos são múltiplos, diversificados e defendem sua opinião de forma singular.

O meu primeiro objetivo era compreender como os sujeitos/autores definiam o termo *autor local* e, paralelo a isso, entender se o uso desse termo causava algum tipo de desconforto ou privilégio. Para a Autora R, o autor local está associado ao lugar de nascimento ou de vivência em uma determinada cidade. No seu caso, considera-se uma autora local de

Juazeiro/BA. A respeito disso, menciona que “o escritor local, eu acredito que seja aquele escritor que ele se reafirma na cidade que ele vive ou que ele nasceu” (AUTORA R, 2019).

Além disso, para a Autora R esse conceito não traz nenhum desconforto; pelo contrário, ela se reafirma enquanto uma autora local e gosta do uso da expressão, embora afirme já ter presenciado colegas de profissão que escondiam a origem por receio de que, por serem do interior, não fossem bem aceitos, pois “um autor de capital parece que ele é mais reconhecido” (AUTORA R, 2019). Argumenta ainda que

O escritor local é você se reafirmar e eu gosto bastante [...]. Então, eu sempre reafirmo nas minhas redes sociais que eu sou de Juazeiro, ou nos locais, assim, eventos literários que me chamam eu falo que eu sou de Juazeiro, que eu sou nordestina, então é isso, eu me reafirmo, eu sou uma escritora local (AUTORA R, 2019).

Semelhante pensamento tem o Autor J que afirma: “o autor local é o autor da cidade” (2019), aquele que possui uma relação de pertencimento com a cidade, não necessariamente os autores que nasceram na cidade. Para o Autor J, a questão é “como você se relaciona com a cidade, como é que você expõe o seu trabalho, você vê o trabalho dos outros, né?” (AUTOR J, 2019).

Nesse sentido, o Autor J se considera um autor local da cidade de Juazeiro/BA desde 2012, quando publicou seu primeiro livro, uma vez que, ao longo dessa trajetória literária, que antecedeu a publicação do livro, recorda que, nem sempre, escreveu sobre a cidade, mas com o passar do tempo “sentiu necessidade de escrever coisas que se identificassem com Juazeiro, com nossa região, com nossa paisagem e tudo mais” (AUTOR J, 2019). A respeito disso menciona:

eu gosto de ser um autor local, é como se fosse o meu território, a gente tá aqui, a gente conhece as pessoas, a gente movimenta e tem essa questão dos escritores de ser autor local você pode estar escrevendo seu livro lançar em outra cidade, é viajar por aí e tal (AUTOR J, 2019).

A respeito de como se sente em relação ao uso desse termo, revela que “eu não vejo esse conceito de autor local como uma coisa pejorativa, eu acho que é bom, eu acho que a gente precisa se reconhecer enquanto escritor da cidade da gente, né” (AUTOR J, 2019).

A Autora B considera o autor local como o autor nascido em Juazeiro/BA, “juazeirenses mesmos” e que para ela se caracteriza como um “sofredor”, por conta dos altos custos editoriais e a pouca valorização da população, principalmente dos conterrâneos, que não são consumidores dessa produção literária. Ao considerar a proximidade entre Juazeiro/BA e Petrolina/PE e a prática de leitura, faz o seguinte desabafo,

É um sofredor porque a população, *num* sei se é só Juazeiro, é... não valoriza o trabalho, o meu trabalho de edição do *Juazeiro nas Artes* e o do *São Francisco* é muito valorizado em Petrolina, duas vezes Petrolina fez cursos e adotou esse livro, não sabe?! Eu fico contente, Petrolina gosta (AUTORA B, 2019).

Com uma visão mais abrangente que a dos autores acima, para a Autora P, o autor local se expande ao VSF, principalmente, as cidades de Juazeiro/BA e Petrolina/PE, sendo que a ele não se prende, não se aprisiona, mas dele se expande, transborda. Além disso, esse trânsito entre as duas cidades é, de fato, um elemento a ser considerado, pois, embora sejam pertencentes a Estados diferentes, a ligação (ou separação) pelo Rio São Francisco é, em alguns casos – e, talvez, a Literatura seja um desses – vista pelo viés simbólico. A esse respeito menciona ainda:

Eu acho que quando a gente fala do local, esse local ele não é fixo, então a gente tem o Vale como um local e os escritores que estão atuando em Juazeiro, eles também atuam em Petrolina e vice-versa, quem movimenta a cena aqui, também movimenta a cena lá porque as ações literárias, as ações voltadas *pra* escritores elas acontecem no eixo Juazeiro- Petrolina então, conseqüentemente, o mesmo grupo de escritores que atua aqui em Juazeiro também atua por lá (AUTORA P, 2018).

Desse modo, para a Autora P, o autor local é o sujeito que parte das suas vivências locais, da sua história e, a partir do seu contexto, alarga sua produção literária para outros espaços. Dessa forma “ele não é limitado, não se fecha nesse seu mundo, não se restringe a esse espaço, mas ele parte de lá, das suas lutas e alarga essa concepção e conseqüentemente, alarga o campo de atuação” (AUTORA P, 2018).

O Autor A admite que, ainda, não tinha se debruçado a pensar sobre o conceito de autor local, mas, agora, ao ser questionado a respeito, considera que o autor local não tem uma delimitação geográfica muito bem definida, mas crê que seja aquele que reside ou que esteja transitando pela cidade ou pela região do VSF, independente de ser seu local de nascimento, mas que criou uma relação com esse espaço. Nesse sentido, acredita que o autor local é aquele

que está “fazendo parte da cena cultural, interagindo de alguma forma com os escritores daqui, com os poetas daqui, com o imaginário daqui, com os elementos da poesia daqui” (AUTOR A, 2019).

Mais à frente, o Autor A pondera em relação ao estreitamento que esse conceito pode causar e considera que gostaria de ser conhecido “não simplesmente como um escritor local, mas como um escritor dentro de um cenário da poesia e dos escritos brasileiros, como um escritor brasileiro” (AUTOR A, 2019).

O Autor M compartilha da opinião do Autor A quanto à expansão do termo autor local, e é ainda mais radical, pois, além de discordar do uso, problematiza o autor local para além do *escritor brasileiro*, concebe-o como um *autor universal*. Para o Autor M, o termo autor local é relativo e complexo de definir e, embora seja usado por muitos colegas de profissão como tentativa de valorização dessa Literatura da cidade, entende que essa apropriação propõe limite à expansão dessa produção literária e, de alguma forma, reduz ao local. Logo, afirma que o autor não é local, mas sim universal porque sua obra não tem fronteiras. A respeito disso, complementa:

Eu já até teorizei um pouco sobre isso em algumas discussões com alguns colegas escritores que a maioria dos escritores usam muito esse termo aqui, ‘há a gente tem que valorizar o autor local, tem que tá estimulando o autor local’, então assim, eu sou um pouco contra essa coisa do autor local, eu assim... o autor ele é universal na minha concepção, o autor ele é universal porque desde quando ele cria, ele é autor, ele criou alguma coisa, ele produziu alguma coisa, especificamente no que diz respeito a questão da produção literária, é...aquela produção deixa de ser local, ela torna-se universal, e hoje com os meios de comunicação, né, com internet, quando a gente joga...eu mesmo tenho muitos trabalhos meus na internet, ele não passa a ser local, ele passa a ser universal (AUTOR M, 2019).

Como visto acima, o Autor M menciona que o uso da internet contribuiu (e contribui) para a expansão da Literatura, pois, mesmo que o autor não esteja acompanhando fisicamente a sua obra, ela ultrapassa limites geográficos e vai ser lida e absorvida tanto pelas pessoas que estão aqui, quanto por aquelas que estão fora das fronteiras da cidade. Além disso, argumenta que, embora respeite e entenda que os seus colegas autores concebem o autor local como “aquele que nasceu aqui no local” (AUTOR M, 2019), o Autor M diz que “eu deixei de ser um autor local, porque essas minhas produções literárias chegaram já a um conhecimento de outras tantas milhares de pessoas, então eu deixei de ser local para ser universal, essa é a minha definição” (AUTOR M, 2019).

2.1.4 O conceito de autor local pelos sujeitos institucionais

O conceito de autor local na Escola em Tempo Integral Paulo VI, onde foram entrevistadas três professoras e equipe gestora (gestora, vice-gestor e coordenadora), foi explanado de forma muito resumida, uma vez que, curiosamente, a maioria das respostas não ultrapassou mais que três linhas de transcrição para análise. Além disso, os entendimentos são permeados por diversos achismos e credices, pois, quando questionados, grande parte iniciava com *eu acho, eu acredito ou eu entendo*.

Para as professoras, as considerações são variáveis, mas não se distanciam muito. Para elas, o autor local é: o autor que está dentro da sua região; dentro de uma realidade na qual seu município está inserido; é alguém daquele local, daquela comunidade, daquela cidade, daquele estado e que, semelhante ao conceito de cidadão, é alguém que pertence a um determinado lugar, ou, por último, uma pessoa que atua dentro da área que ela está localizada e que, dentro dessa área, produz conhecimento.

Além disso, as professoras expressam que o fato de assim chamá-los e/ou serem chamados pela comunidade não diminui a dimensão de sua obra literária e não induz uma restrição, pelo contrário, elas entendem como uma proposta de valorização e identificação desse autor perante a população da cidade em que se encontram.

Para o Vice-gestor, o autor local está no entorno do Nordeste ou no âmbito do VSF e para a Gestora é aquele que escreve algo relacionado à nossa cultura, ao nosso espaço. Na resposta da Coordenadora, é perceptível também uma crítica, “o autor local é aquele autor da cidade, *né*, aquele que escreve e, muitas vezes, nem é percebido por todos nós, eu entendo isso, o autor local é nosso conterrâneo, da cidade” (COORDENADORA, 2019).

E, por último, para a Superintendente Pedagógica (2019), o autor local “são autores que têm produções desde um poema, de uma crônica, de textos narrativos dentro da cidade” E para a Secretária de Educação (2019), o autor local é “o autor da nossa região, *né*, não exatamente da nossa cidade, não sei se porque estamos situadas aqui no Vale, que tudo é muito próximo, *né*, a gente se mistura muito, então seria esse autor que fala da nossa região exatamente”.

A Secretária de Educação reitera a argumentação proferida pela Gestora, que coloca o autor local como aquele que escreve referindo-se aos elementos da cidade, o que, nem sempre, acontece, pois, embora algumas produções literárias tenham como referências as próprias questões da região, outros escritos falam de assuntos diversos que não têm como temática esses elementos específicos.

Pude compreender, também, que para esse grupo institucional, assim como para os outros sujeitos desta pesquisa o conceito de autor local é entendido desde a referência mais restrita: o autor da cidade, nosso conterrâneo; ao mais abrangente, que é o autor do estado, VSF e quiçá do Nordeste e, assim, com proximidades e discrepâncias, esse conceito vai sendo problematizado e construído pelas diversas vozes que falam nesta pesquisa.

Dessa forma, apreendi que enquanto a maioria dos autores entrevistados se sente confortável com o uso desse termo por compreender que ela é utilizada como uma forma de valorização, enaltecimento da produção da cidade; dois, dentre esses seis sujeitos, não concordavam com essa apropriação e, embora respeitassem as decisões dos colegas, não consideravam pertinente o uso, pois o entendiam como uma forma de propor limites a essa produção literária e, respectivamente, do seu autor.

Ainda assim, persisto em utilizar esse termo na pesquisa, tendo em vista que a maioria dos autores entrevistados concorda com o uso dele ao procurar obter um (re) conhecimento de sua produção literária, ao buscar destaque em relação aos demais autores, pois a intenção é que eles tenham sua produção, conhecida, lida e estudada para além de seu espaço de vivência, mas que consiga nela, sobretudo, despertar o interesse de quem está perto.

Até porque, como explicita Antonio Candido (2011a, p. 79), a presença artística é indissociável da “própria vida social, não havendo sociedade que não as manifeste como elemento necessário à sua sobrevivência, pois, como vimos, elas são uma das formas de atuação sobre o mundo e de equilíbrio coletivo e individual”.

O que é unânime entre eles é a efetiva busca em participar das atividades literárias da cidade, almejam ser inseridos nas escolas municipais e estaduais, em programações culturais e, mais que isso, que haja mais eventos dessa natureza e, quiçá, uma política de publicação, seja através de editais ou fundos de fomento. Enquanto isso não acontece de maneira enérgica,

alguns deles seguem (re) existindo, juntam-se em pequenos grupos, produzindo e vendendo suas obras.

Ademais, tudo quanto foi dito concebe os autores locais como pessoas, principalmente jovens, que, vivendo em uma cidade (ou num espaço urbano formado por mais de uma cidade) escrevem, publicam e movimentam a cena literária desse determinado lugar; assim, produzem uma atmosfera para a Literatura. Alguns são estudiosos de temas locais, folclóricos, históricos sobre o lugar, mas a maioria se expressa mesmo é dentro da estética literária e milita nela e por ela. E não se trata de gerar uma economia monetária – tendo em vista que, muitas vezes, escrevem e publicam com precários recursos, e vendem eles mesmos de mão em mão, sem fins meramente lucrativos.

A economia é outra, pois, apesar dessa precariedade material e até da marginalidade que constitui esses atos de escrita, eles criam uma ecologia de interesses, de sentidos, de estéticas, de filiações, que é onde a Literatura Local se expressa, se forma, vira escola de escrita, recruta novos escritores, cria movimentos, forma entidades alternativas como o CLAE, e outros, que se mostram através da linguagem literária, fazem escola de escrita, mesmo que marginalmente, fazem conexões, muitas vezes, com *escolas* estáticas e literárias que estão muito longe no tempo e no espaço, como os *beat*, os malditos, como Kerouac, como Baudelaire. Não se trata de ganhar dinheiro com Literatura, mas de expressar-se.

Logo, os autores locais não estão presos ao local – e, sim, nesse sentido, são universais – mas, a partir do local onde se expressam, ligam-se na linguagem universal da Literatura e suas escolas estéticas. Dentro dessa órbita, podem incluir temas locais (e sempre há essa entrada), mas, no geral, é a própria Literatura o campo de ação.

2.2 LITERATURA

Considerar que a Literatura é a arte da palavra seria uma afirmação tão conhecida quanto simplória. Tendo em vista que essa arte possui expertises e características próprias, compreendo que ela se manifesta, principalmente, nos textos literários onde registra situações cotidianas a partir de um olhar sensível que transpõe em palavras o que é disponível para todos, mas assimilado somente por alguns. Desse modo, o autor literário consegue enxergar o

cotidiano de forma peculiar e transformá-lo em releituras (in) comuns porque consegue avistar além do que está posto.

A palavra literatura é proveniente do latim *littera* e está ligada aos registros escritos. Tem como principais resultados os livros literários em que é perceptível uma cumplicidade entre autor e meio que, por sua vez, externa aos leitores – última etapa desse processo de conhecimento – a obra literária. Dada essa *camaradagem* entre autor-meio-obra-leitor, os livros literários proporcionam o prazer de ler, descobrir, além do que estimula o pensamento, a capacidade discursiva e compreensão da dinâmica da sociedade; conduz, muitas vezes, os sujeitos a refletirem sobre suas próprias ações e os discursos encontrados no meio social. Segundo a opinião de Fernandez (2017, p. 2), “a literatura cumpre com a necessidade humana de imaginar, de criar, de ver outras possibilidades. Quando lemos literatura, saímos do lugar, vivemos outros mundos [...] outras realidades”.

A Literatura cumpre uma função (in) formativa e proporciona conhecimento de forma prazerosa. É certo também que, se não todas, certo número dessas obras evidenciam o contexto na qual foram produzidas. Dessa maneira, é possível citar diversificados exemplos, um deles é o romance *A Casa das Sete Mulheres*, de Letícia Wierzchowski (2008), em que tanto é possível conhecer um pouco sobre a Revolução Farroupilha de 1835, que, comandada por Bento Gonçalves, pretendia separar o Sul do resto do país, quanto compartilhar da angústia das sete mulheres da trama que, para sua proteção, esperavam confinadas em uma estância.

É imprescindível lembrar que a Literatura não transcreve fidedignamente os fatos históricos, mas, em alguns casos, ela se vale dessas informações para recriá-la segundo o ponto de vista de quem se propõe a contá-la. Para os leitores essa é uma oportunidade em que tanto é possível adquirir conhecimento da época, quanto adentrar e vivenciar a narrativa produzida.

No mais, é compreensível que a Literatura é de suma importância para a formação dos cidadãos, seja no aspecto social, cultural, político, ela representa a história da sociedade e pode colaborar no processo de valorização local, pois, muitas vezes, conta a história do meio em que está inserida. E esse meio não é estático, ele vai se transformando e acompanhando as modificações inevitáveis com o passar dos anos.

Atualmente, é possível perceber que a Literatura encontra outras formas de materializar-se; uma delas é a possibilidade de usar o corpo enquanto suporte, produzindo intervenções literárias, ou seja, experimentar e mostrar para os outros as formas possíveis de se fazer Literatura, transcendendo a leitura dos textos literários, seja no formato dos clássicos saraus, recitais ou nas performances. Dessa forma, concordo com Candido (2011a, p. 29), quando afirma que “a literatura é também um produto social, exprimindo condições de cada civilização em que ocorre”. Assim, entendo que a Literatura é mutável, dinâmica e viva!

2.2.1 O que dizem os teóricos

Uma das mais completas e complexas referências que conceituam Literatura é o livro *O demônio da teoria: literatura e senso comum* de Antoine Compagnon (2009). Nele, são apresentados variados conceitos, além de dissertar de forma nostálgica a crença do fim da teoria literária na França nos anos de 1960 e 1970, logo após sua efervescência, que pouco durou, sendo eleito Roland Barthes como sua principal inspiração, sem sucessores.

Já pelo título se tem ideia da dicotomia que o autor apresenta ao considerar a relevância da teoria e da ciência em detrimento do senso comum. No seu ponto de vista, a preferência pela teoria conduz não a um método ou técnica pedagógica engessada, mas a uma necessidade para que o texto ultrapasse questões preliminares de explicações do autor e da obra, que ela seja provocadora do estudo literário, evitando argumentações preconcebidas ou discussões rasas, e que, ao contrário da filosofia da literatura, que é abstrata e especulativa, a teoria da literatura seja analítica e problematizadora. Assim, para Compagnon (2009, p. 18), a “teoria não querará dizer nem doutrina, nem sistema, mas atenção às noções elementares da disciplina, elucidação dos preconceitos de toda pesquisa ou, ainda, perplexidade metodológica”.

Desse modo, no panorama conceitual, há uma busca de Compagnon por definir o que é Literatura. Ele faz um apanhado que vai desde a Antiguidade Clássica até a atualidade. Contudo, sem conseguir chegar a uma definição holística do termo, aponta alguns conceitos em sentido amplo, dentre eles, que 1. Literatura é tudo o que é impresso (ou mesmo manuscrito), são todos os livros que a biblioteca contém; 2. Literatura são os grandes escritores; 3. A literatura é tudo o que os escritores escrevem; 4. É um conhecimento especial, diferente do conhecimento filosófico ou científico; 5. A literatura é o uso estético da linguagem escrita, por último, termina por dizer que Literatura é Literatura é aquilo que as

autoridades (professores, editores) incluem e chamam de Literatura. Argumenta que uma definição para a Literatura é sempre uma preferência; devido à sua própria essência, ela é uma realidade complexa, diversificada e mutável que repousa sobre um conjunto de pressupostos comuns a todos (Compagnon, 2010).

Além disso, dentre os conceitos acima mencionados, percebo que o imprescindível para que haja Literatura é que tenhamos livros, autores, uso diferencial da linguagem e apropriação Compagnon (2010). Assim, como esse, outros conceitos literários também interessam a esta pesquisa. Por essa razão, continuo mostrando três modos de pensar que trazem como base a essência da palavra, mas se enveredam por outras significâncias.

Roland Barthes, que é um autor, sociólogo, crítico literário, semiólogo e filósofo francês, em seu livro *Aula* (2013), resultado de sua aula inaugural no *Collège de France* no ano de 1977, conceitua a literatura “não um corpo ou uma sequência de obras, nem mesmo um setor de comércio ou de ensino, mas o grafo complexo das pegadas de uma prática: a prática de escrever” (BARTHES, 2013, p. 17). Mesmo que, nesse conceito, não fique evidente que essa escrita precisa ser literária, é possível, mais adiante, compreender que ela possui um peculiar e complexo jogo de palavras, muito importante para sua construção textual, sendo esse jogo característico da linguagem literária que usa a escrita de maneira diferenciada. Além disso, ressalta que se “a ciência é grosseira, a vida é sutil, e é para corrigir essa distância que a literatura nos importa” (idem, p. 19).

Terry Eagleton, que é um filósofo e crítico literário britânico, é conhecido, principalmente, pela obra *Teoria da Literatura: uma introdução* (2003). Nela, o autor, assim como Barthes, disserta sobre o emprego peculiar da linguagem “talvez a literatura seja definível não pelo fato de ser ficcional ou ‘imaginativa’, mas porque emprega a linguagem de forma peculiar” (EAGLETON, 2003, p. 02). Prosseguindo essa definição, Eagleton (ibidem) parafraseia um conceito que compartilha de Jakobson “a literatura [...] representa uma ‘violência organizada contra a fala comum’. A literatura transforma e intensifica a linguagem comum, afastando-se sistematicamente da fala cotidiana”.

Antonio Candido, precursor do *direito à literatura* nos anos de 1980, foi um sociólogo, literato e professor universitário brasileiro, que acreditava na função social da Literatura. Em seus livros, principalmente, nos lidos durante esta pesquisa – *Literatura e Sociedade* (2011a)

e *Vários Escritos* (2011b), ele afirma que a Literatura contribui para a formação integral do sujeito, visto que é uma poderosa ferramenta de informação, afeto e prazer, além de defender que ela seja considerada um direito humano para que todos tenham acesso, porque “talvez não haja equilíbrio social sem a literatura. Desse modo, ela é fator indispensável de humanização e, sendo assim, confirma o homem na sua humanidade” (CANDIDO, 2011b, p. 175).

Sem desprezar a contribuição dos diferentes conceitos apresentados, considero que os estudos de Antonio Candido (2011a, 2011b) se assemelham ao pensamento construído neste estudo, sobretudo, por analisar uma proposta ligada à importância que o contexto exerce sobre a produção literária. Dessa maneira, “chamarei de literatura, da maneira mais ampla possível, todas as criações de toque poético, ficcional ou dramático [...] até as formas mais complexas e difíceis da produção escrita das grandes civilizações” (CANDIDO, 2011b, p. 174).

2.2.2 Literatura e Convívio Social

Durante muitos anos, buscou-se, no texto literário, a fidelidade com os aspectos da realidade exterior, uma perigosa simplificação que exprimia apenas uma parte do processo. Acreditava-se que o que estava registrado nas suas páginas era o que, de fato, acontecia na sociedade, sem ter o autor a licença poética de (re) criá-la segundo seus interesses. Em outros tempos, a representação da sociedade era tida como uma questão secundária, que não consistia no elemento principal, sendo essencial a qualidade da estruturação da obra e não o assunto abordado, uma dicotomia brusca que Candido julga ser inoperante, pois ambas funcionam juntas e, dessa forma, constroem a obra.

Hoje sabemos que a integridade da obra não permite adotar nenhuma dessas visões dissociadas; e que só a podemos entender fundindo texto e contexto numa interpretação dialeticamente íntegra, em que tanto o velho ponto de vista que explicava pelos fatores externos, quanto o outro, norteados pela convicção de que a estrutura é virtualmente independente, se combinam como momentos necessários do processo interpretativo. Sabemos, ainda, que o *externo* (no caso, o social) importa, não como causa, nem como significado, mas como elemento que desempenha um certo papel na constituição da estrutura, tornando-se, portanto, *interno* (CANDIDO, 2011a, p. 13-14, grifo do autor).

De tal modo, compartilho dessa visão, sobretudo, por acreditar na importância do contexto para a compreensão da obra, pois essa conexão do texto com o seu entorno é importante para

entender as muitas relações estabelecidas com os elementos que nela estão presentes. Contudo, entendo que essa transposição não é fidedigna aos fatos mencionados, pois o autor, assim como cada um na sociedade, possui sua forma de enxergar o mundo, e mesmo que deseje, não conseguirá transpor a realidade – intransponível na sua forma de origem, tampouco mensurar a intensidade que a mensagem chega ao outro, pensamento compartilhado por Barthes, que afirma que o real não é representável, mas somente demonstrável (BARTHES, 2013).

Ao autor resta-lhe a condução da narrativa para que o próprio leitor faça suas próprias associações com o ambiente, uma vez que a obra literária é uma possibilidade de releitura daquele espaço. Para Candido (2011a, p. 22), há uma relação arbitrária [...] “que o trabalho artístico estabelece com a realidade, mesmo quando pretende observá-la e transpô-la rigorosamente, pois a mimese é sempre uma forma de poiese”. Avançando nos entrelaçamentos da Literatura com o convívio social, Candido estabelece outra importante consideração:

A arte, e portanto a literatura, é uma transposição do real para o ilusório por meio de uma estilização formal, que propõe um tipo arbitrário de ordem para as coisas, os seres, os sentimentos. Nela se combinam um elemento de vinculação à realidade natural ou social, e um elemento manipulação técnica, indispensável à sua configuração, e implicando uma atitude de gratuidade (CANDIDO, 2011a, p. 63).

Ao percorrer esse conceito de Literatura, Candido (2011a) propõe uma análise sociológica que coloca em evidência uma tríade indissolúvel ligada à produção: *autor, obra e público* são seus elementos essenciais e, eu incluíria, também, a crítica literária que não é explicitada por Candido, mas que é possível de entender sua importância nas entrelinhas das discussões, principalmente, quando ele disserta sobre a relação da obra com o leitor.

Sem haver uma hierarquia, essas três, primeiras, instâncias da criação permutam entre si para chegar ao ápice da fricção da obra com o público e na repercussão que este dá (ou não) à obra. Igualmente, “o público dá sentido e realidade à obra, e sem ele o autor não se realiza, pois ele é de certo modo o espelho que reflete a sua imagem enquanto criador. [...] Desse modo, o público é fator de ligação entre o autor e a sua própria obra” (CANDIDO, 2011a, p. 48).

Diante do entrelaçamento exposto, convém ratificar a importância que é dada à participação dos leitores, visto que eles são, muitas vezes, responsáveis pelo (re) conhecimento do autor, que só adquire plena consciência de sua obra quando há reverberação de seus escritos na sociedade, ou seja, quando essa lhe é mostrada através da reação de terceiros. Por conseguinte, “o público é condição para o autor conhecer a si próprio, pois esta revelação da obra é a sua revelação. Sem o público, não haveria ponto de referência para o autor” (CANDIDO, 2011a, p. 85).

Um exemplo, talvez pouco conhecido, aconteceu com um livro hoje considerado um clássico da Literatura. Ao publicar *Os Sertões: campanha de Canudos*, em 1902, Euclides da Cunha (2002) não teve de imediato uma boa aceitação, chegou a ser recomendado pelo seu editor que vendesse os livros a quilos em um sebo para que, pelo menos, uma parte do capital investido fosse recuperada. Somente quando José Veríssimo – professor de História e Literatura, contista, ensaísta, um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras (ABL) e, sobretudo, crítico literário – produziu e veiculou uma crítica positiva, a obra começou a ser procurada nas livrarias e uma segunda edição foi lançada após cinco meses do esgotamento da primeira e uma cadeira na ABL lhe foi oferecida no seguinte ano da publicação.

Esse simples exemplo traz a reflexão acerca da importância da crítica literária, que, embora não seja explicitada por Candido, está muito presente na sua discussão, principalmente, quando enfatiza a importância do leitor para a relevância da produção literária.

Afinal, o autor depende do público, o público depende do autor, e a obra se constrói nessa dinâmica relação de troca, sendo os leitores responsáveis pelo rumo da obra e pelo destino do artista, em que não prevalecem, sempre, aspectos positivos, pois a crítica ou, até mesmo, a falta de leitores pode conduzir a obra e, respectivo autor, ao fracasso literário.

Essa movimentada relação entre autor-obra-público, e, diria crítica literária também, e essa interação da obra com o seu ambiente, desperta o ensejo de que a Literatura é um veículo de interação sociocultural e que, ao possuir fatores de representações sociais, pode ajudar no processo de (re) conhecimento e valorização do espaço de vivência, pois interage com o meio que está inserida, e embora, muitas vezes, não tenha aspiração em descrevê-lo, converge com elementos que lhe são inerentes, resultando na História da Literatura, já que “os homens querem constantemente representá-lo por palavras” (BARTHES, 2013, p. 23). Ademais,

A literatura é pois um sistema vivo de obras, agindo umas sobre as outras e sobre os leitores; e só vive na medida em que estes a vivem, decifrando-a, deformando-a. A obra não é um produto fixo, unívoco ante qualquer público; nem este é passivo, homogêneo, registrando uniformemente o seu efeito. São dois termos que atuam um sobre o outro, e aos quais se junta o autor, termo inicial desse processo de circulação literária, para configurar a realidade da literatura atuando no tempo (CANDIDO, 2011a, p. 84).

Logo, se a Literatura não é uma arte passiva, e que, mesmo, na maioria das vezes, seja construída de maneira individual, ela somente está completa quando interage com aqueles que o cercam. Porquanto, consiste em uma relação dialógica, um mecanismo de fruição e conhecimento, e como diria Candido “uma manifestação universal de todos os homens em todos os tempos. Não há povo e não há homem que possa viver sem ela, isto é, sem a possibilidade de entrar em contacto com alguma espécie de fabulação” (2011b, p. 176) e, por esse motivo, deve chegar a todos que somente se sentem completos através dessa troca, e por que não dizer que ela deve ser considerada um direito humano?

2.2.3 Literatura, um Direito Humano

Falar da Literatura como um Direito Humano é um assunto inovador e simbólico que traz muitos avanços a respeito dessa linguagem. Essa discussão, proposta pelo sociólogo e literato, Antonio Candido, emerge graças à percepção de que há necessidades inerentes ao ser humano que hoje são mais passíveis de compreensão. Ainda que os tempos sejam camuflados de tiranias, há algumas fagulhas de progresso social, mesmo que seja “profundamente bárbara, embora se trate de uma barbárie ligada ao máximo de civilização” (CANDIDO, 2011b, p. 172).

Essa nova compreensão da realidade permite que muitos comportamentos outrora aceitos, sejam atualmente considerados inadmissíveis; a extrema desigualdade social e econômica são exemplos e, mesmo ainda não havendo medidas eficazes para seu combate, há um início de uma construção discursiva que não aceita com tanta passividade certas atitudes. Torna-se incabível manter-se contemplativo em meio às diferenças e, se não há uma práxis que realmente funcione, há pelo menos um progresso na visualização das necessidades do próximo, sendo necessário buscar uma solução para essas desarmonias. A esse respeito, Candido diz que

Não é mais possível tolerar as grandes diferenças econômicas, sendo necessário promover uma distribuição equitativa. É claro que ninguém se empenha para que de fato isso aconteça, mas tais atitudes e pronunciamentos parecem mostrar que agora a imagem da injustiça social constrange, e que a insensibilidade em face da miséria deve ser pelo menos disfarçada, porque pode comprometer a imagem dos dirigentes (CANDIDO, 2011b, p. 173).

É importante lembrar que há 71 anos, mais precisamente, em dez de dezembro de 1948, a Organização das Nações Unidas (ONU) adotou e proclamou a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) – um documento, constituído de trinta artigos, elaborado por representantes de diferentes origens jurídicas e culturais, de todas as regiões do mundo, que tem por objetivo construir uma norma comum a ser alcançada por todos os povos, sendo, pela primeira vez, estabelecida a proteção universal dos direitos humanos básicos que almeja reparar, dentre outras urgências, os danos ocasionados pela Segunda Guerra Mundial, que teve fim em 1945. Uma das medidas é o artigo XXV, que ressalta

Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar-lhe, e a sua família, saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle (ASSEMBLÉIA GERAL DA ONU, 1948).

A DUDH, embora não seja um documento com determinação legal, inspirou muitas constituições pelo mundo, inclusive a atual Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB), que se consolidou no ano de 1988, sendo que, a partir desse evento, os cidadãos brasileiros conquistaram direitos que lhe asseguram condições mínimas de sobrevivência ao considerar o atendimento a suas necessidades essenciais, sejam elas materiais ou imateriais. A saber, o artigo 216 da CRFB que trata da Cultura assegura que:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver; III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; [...] (BRASIL, 1988).

Ao prosseguir nessa discussão, embora sejam garantidos por leis, os direitos nem sempre são colocados em prática, e enquanto alguns são tidos como essenciais para todos, outros são

assegurados apenas para uma parte da população. Para entender essas singularidades, Candido compartilha da proposta do padre dominicano Louis-Joseph Lebret, que discute essa dicotomia chamando-lhes: bens compressíveis e incompressíveis. Os incompressíveis são aqueles de extrema importância para assegurar condições mínimas de sobrevivência, indiscutíveis, tais como: alimentação, moradia, saúde, segurança, enquanto os bens compressíveis são ligados a elementos discutidos por alguns como cosméticos, joias, itens que para alguns não significam de fato uma necessidade, mas coisas supérfluas que não são elementos fundamentais do cotidiano.

Em nosso cotidiano, a problemática da questão está em saber quais critérios fazem determinada coisa ser ou não essencial, o que para muitos pode não ser uma necessidade, para outros é impossível manter-se completo sem tal componente; geralmente, os grupos mais favorecidos socialmente têm acesso a todos esses direitos, muitas vezes, delegando o que seriam os direitos fundamentais do outro, sem incluir tudo que lhe é favorecido, inclusive os bens simbólicos. A esse respeito Candido reflete que “são bens incompressíveis não apenas os que asseguram a sobrevivência física em níveis decentes, mas os que garantem a integridade espiritual” (CANDIDO, 2011b, p. 176).

Dessa maneira, o percurso feito até agora é para alicerçar o conceito de que a Literatura é considerada por Candido como um bem incompressível, e logo, um direito, sendo para uma parte da humanidade necessária sua presença no cotidiano. E, mesmo que, às vezes, não haja de imediato essa consciência, uma vez que a Literatura está presente para além da apresentação escrita, ela pode ser percebida através de uma multiplicidade de manifestações presentes em diversificados suportes, como a música, uma contação de histórias, um espetáculo teatral e/ou de dança, ou seja, todas as possibilidades que utilizam a palavra escrita como base de criação e que dão protagonismo a essa Linguagem, contudo (re) criam a leitura para além dos livros.

Dessa forma, se muitos precisam se entregar ao devaneio de uma obra a fim de se sentirem uns sujeitos completos, ela é uma necessidade universal que precisa ser assegurada, pois faz parte da formação integral do sujeito. É uma ferramenta poderosa de instrução e devido a sua dinâmica, é capaz de estar em diversificados lugares e atingir variados públicos, propõe e compõe propostas curriculares em nível básico e superior, além de ser uma Linguagem de Arte presente em saraus, intervenções literárias, ou seja, um recurso didático e afetivo. Ela

está ligada aos problemas reais da sociedade e nem sempre é uma experiência pacífica, mas de fricção, de enfrentamento, sendo que “a literatura confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente com os problemas” (CANDIDO, 2011b, p. 177).

Ademais, se a Literatura permite que sejamos seres antenados às situações reais, a fim de intervir e/ou compreender o mundo em que vivemos, sem, contudo, deixarmos a sensibilidade, a reflexão, o interesse pelo outro, ela também auxilia na pretensão de um processo de consolidação de uma sociedade com menos discrepância de oportunidades. Assim, “um sociedade justa pressupõe o respeito dos direitos humanos, e a fruição da arte e da literatura em todas as modalidades e em todos os níveis é um direito inalienável” (CANDIDO, 2011b, p. 193).

2.2.4 Literatura, para quê?

Ao retomar as contribuições de Compagnon, antes de ele apresentar à sociedade as ideias de *O demônio da teoria: literatura e senso comum* (2010) no ano de 2006 proferiu uma aula inaugural para recepcionar os novos cursos de literatura do *Collège de France* intitulada *Literatura para quê?* que resultou em um livro publicado em 2009. Nesse mesmo espaço, Roland Barthes fez semelhante aula no ano de 1977, que resultou no conhecido livro *Aula* (2013). Curiosamente, a *aula* de Barthes teve a participação de Compagnon, que era um curioso visitante, ainda como estudante de engenharia, o que, de alguma forma, o instigou a frequentar os cursos dessa instituição e o despertou para o mundo das letras (COMPAGNON, 2010).

Embora ambos se reportem ao cenário francês, há fatores que coincidem com as circunstâncias nacionais, a inquietação proposta por Compagnon pretende responder como e por que ensinar literatura no início deste século. E isso também me interessa, já que é uma discussão também realizada nas nossas instituições de ensino. Assim, o autor também provoca indagações sobre a forma de apresentação da Literatura na escola, principalmente, quando essas leituras são impositivas e os alunos são orientados a lê-las cumprindo uma função, somente objetiva o que resulta na escassez dessa prática na sociedade, pois a formação de jovens leitores além de tornar-se deficiente, mantém-se, muitas vezes, condicionada às orientações escolares.

Assim, Compagnon (2009) prossegue tentando entender, também, a contradição que distancia e aproxima continuamente a Literatura e a Modernidade. E atribui, em parte, à escola essa escassez literária em que a predominância são textos didáticos com finalidade instrutiva; à imprensa em que as páginas literárias estão cada vez mais raras; à soberania e à atratividade das tecnologias que ocupam demasiado tempo, e, por último, a leitura de livros literários obrigatórios em que não é levada em consideração a preferência do aluno. Além do que esses livros, dada sua extensão e, muitas vezes, complexidade requerem um longo período de reclusão para a realização das leituras, deixando os jovens afastados das tecnologias, outro desafio da Modernidade.

Como professora e leitora, compreendo que a pretensão de despertar nos alunos o interesse pela Literatura, impondo-lhes o que deve ser lido, não é um bom caminho. Para que possam descobrir os prazeres e os conflitos de uma obra, é necessário que eles mesmos trilhem seus próprios caminhos e descubram quais gêneros literários são de sua preferência, o respeito às escolhas dos alunos é imprescindível nesse processo. Aprecio muito uma analogia da Ana Maria Machado (2011, p. 17), que diz: “ler é como namorar. Muito gostoso. Quem acha que não gosta é porque ainda não encontrou seu par. Deixe aquele de lado e experimente outro, e mais outro, até sentir prazer, deixando-se levar pelas novas delícias descobertas e exploradas”. Assim, talvez, seja, até mesmo possível, fazer com que as atratividades do celular, sejam substituídas ou redimensionadas e ele torne-se um aliado na leitura, um novo suporte para o livro e não mais um vilão, que furta o tempo da entrega literária.

Seguindo nessa discussão, Compagnon, neste livro *Literatura para quê?* (2009), simplifica o conceito da Literatura ser “um exercício de pensamento; a leitura, uma experimentação dos possíveis” (p. 58). Uma proposição em que tanto concordo com ele, quanto com Ana Maria Machado (2011), que considera a leitura importante problematizadora de questões, pois, quando essa leitura tem uma função utilitária, ou seja, ler para conseguir entrar no mercado de trabalho ou para decodificar símbolos e alavancar os índices de alfabetização não causa problemas, o que causa estranheza é ler Literatura pelo prazer de conhecer, sem obrigatoriedade de “prestar contas” dessa leitura. Assim,

É outra a leitura que tantas vezes parece não ter importância e que, por isso, tem sua significação questionada e debatida nas insistentes perguntas feitas por jornalistas em entrevistas a escritores ou pelas sugestões de tema dadas por organizadores de congressos e seminários. É a leitura de jornais, revistas, principalmente livros, a leitura daquilo que faz crescer. Tanto a leitura de

informação aprofundada, que aumenta os conhecimentos, como a de literatura- sobretudo esta (MACHADO, 2011, p. 13).

Em resposta a sua proposição inicial de como e por que ensinar Literatura no início deste século, Compagnon salienta algumas necessidades da importância desse conhecimento. Dentre elas, considera que a Literatura é um mútuo exercício reflexivo de experiência, leitura e escrita e que “a literatura responde a um projeto de conhecimento do homem e do mundo. Um ensaio de Montaigne, uma tragédia de Racine, um poema de Baudelaire, o romance de Proust nos ensinam mais sobre a vida do que longos tratados científicos” (COMPAGNON, 2009, p. 26). Ressalta que ela não se distancia dos conflitos reais da sociedade; pelo contrário, busca inspiração nesses conflitos e trata de diversificados temas que vão desde os mais suaves aos mais conflituosos, pensamento coincidente com o de Candido, que acrescenta que a Literatura

[...] não é uma experiência inofensiva, mas uma aventura que pode causar problemas psíquicos e morais, como acontece com a própria vida, da qual é imagem e transfiguração. Isto significa que ela tem papel formador da personalidade, mas não segundo as convenções; seria antes segundo a força indiscriminada e poderosa da própria realidade (CANDIDO, 2011b, 175-176).

Tal constatação é concomitante com o pensamento de Ana Maria Machado, que observa, na Literatura, um pacto inconsciente entre obra e leitor, já que “depois da leitura, o leitor volta a essa realidade transformado. Tal efeito não se consegue apenas com uma atitude passiva, mas com um trabalho mental e imaginário ativo, intenso, por vezes dificultoso” (2011, p. 20). Um desafio, porque é imprescindível que ambos se permitam a essa aventura; o autor que transpõe suas ideias no papel e as divulga para que um leitor em algum lugar do mundo se interesse para adentrar nessa façanha e, juntos, trilharem caminhos literários em busca de informação e fruição, uma experiência exitosa, pois acredito que essa cumplicidade possibilite compreender que “a literatura nos liberta de nossas maneiras convencionais de pensar a vida- a nossa e a dos outros-, ela arruína a consciência limpa e a má-fé” (COMPAGNON, 2009, p. 50).

Ademais, compartilho da opinião de Compagnon (2009, p. 47) quando discorre que a Literatura deve “ser lida e estudada porque oferece um meio- alguns dirão até mesmo o único- de preservar e transmitir a experiência dos outros, aqueles que estão distantes de nós no espaço e no tempo, ou que diferem de nós por suas condições de vida”. Além de conhecer outros espaços e nos aproximar de outras pessoas sem precisar sair do lugar, ela acompanha

os fatos históricos e literários desde os mitos gregos à contemporaneidade, refletindo, muitas vezes, sobre o que está sendo discutido em nossa sociedade, da qual se inspira.

E, assim, logo constato que a Literatura tem a função de provocar e aquietar, questionar, mas também responder, desorientar como também orientar, incomodar e acomodar, isso, a quem se permite de com ela percorrer caminhos e construir conhecimento com deleite, uma atividade que ultrapassa largamente uma serventia utilitária. E que, para os pesquisadores e amantes da Literatura, ela é um ponto de partida, um ponto de encontro e um ponto de chegada.

2.3 CURRÍCULO

A palavra currículo tem origem no latim *curriculum* e deriva do verbo *currere* que significa caminho ou percurso a seguir, ou já seguido. Atualmente, as DCN ainda trazem esse significado e “cabe aos órgãos normativos dos sistemas de ensino expedir orientações quanto aos estudos e às atividades correspondentes” (BRASIL, 2013, p. 32). Assim, ao considerar esta tríade Autor Local – Literatura – Currículo, é imprescindível lembrar que é no currículo que as práticas se institucionalizam e são demandadas às instituições escolares. Assim, ele possui uma função social em que sujeitos e saberes constroem-se e socializam-se motivados, muitas vezes, por interesses ideológicos pré-definidos.

De acordo com as DCN, o currículo é “o conjunto de valores e práticas que proporcionam a produção e a socialização de significados no espaço social e que contribuem, intensamente, para a construção de identidades sociais e culturais dos estudantes” (BRASIL, 2013).

2.3.1 O poder do currículo e a formação docente

Já que o currículo é um veículo de intencionalidade educativa, não há nele uma neutralidade; pelo contrário, há um discurso de poder que está imbuído de propostas e busca alcançar, através de seus direcionamentos, o resultado esperado. E é nesta construção das propostas curriculares que se define o tipo de sociedade/escola que se pretende construir, como argumenta Sacristán (2000, p. 15-16), o currículo “é uma prática, expressão, da função socializadora e cultural que determinada instituição tem, que reagrupa em torno dela uma série de subsistemas [...] comumente chamamos de ensino”.

Uma vez que o professor é o agente que coloca em prática as ideias do currículo, é importante que ele faça parte de sua elaboração, contribua com ideias e questione seu meio e a si mesmo, sobre o que é necessário trazer à prática aquilo que não se encontra contemplado na base nacional comum, e uma dessas possibilidades é fazer valer o artigo 26 da Lei 9394/96, também conhecida como LDB.

Currículo e trabalho docente conectam-se na medida em que o currículo mostra seus vínculos com a profissão docente em sua gênese histórica como prática institucional envolvida no controle burocrático sobre o trabalho dos professores em suas práticas educacionais, e, na medida em que o próprio trabalho docente se materializa tendo o currículo como base (MAUÉS, 2003, p. 111).

O que é muito comum, em alguns cursos de formação de professores, principalmente no de Letras, o qual eu fiz parte, é que, durante a academia, não temos contato com os autores da região, há espaço para a Literatura Portuguesa, Brasileira, Teoria Literária, mas quase não temos uma única disciplina que tenha foco nos autores que nos cercam. Então, sem conhecimento literário da região, é difícil quando esses profissionais se formarem terem indicações de autores locais para serem apresentados aos alunos.

É lógico que essa competência não é somente de responsabilidade da universidade, os próprios discentes podem buscar essas referências e esporadicamente apresentarem, se assim desejarem e/ou se tiverem esse conhecimento. Mesmo assim, convém salientar a estranheza que há em um curso de Letras não tratar desse assunto com seriedade e contextualizar a região em que está inserida, pois esses autores podem/devem ser vistos como sujeitos de estudo, que devem ser lidos, analisados, questionados e, sobretudo, conhecidos.

Um livro importante para embasar essa discussão é o *Documentos de Identidade* em que Tomaz Tadeu da Silva (2015) apresenta uma síntese das teorias gerais do currículo desde os anos 20, do século XX, até o contexto atual. Nele, o autor traz profundas contribuições e problematiza as forças que organizam o currículo na contemporaneidade, quem legitima o que e como ensinar. Na sua última sessão, disserta sobre as teorias críticas e as teorias pós-críticas e seus territórios de disputa pelo poder.

Segundo Silva (2015), as teorias críticas mostram que o currículo é um espaço de poder, um território que acentua as marcas das diferentes relações sociais e se constitui a partir das

estruturas dominantes de construção social, resultado de um processo histórico, que determina quais conhecimentos são considerados relevantes para a sociedade que se pretende construir. Nesse sentido, “o currículo tem um papel decisivo na reprodução da estrutura de classes da sociedade capitalista. [...] O currículo transmite a ideologia dominante. O currículo é, em suma, um território político” (SILVA, 2015, p. 147-148). Dessa maneira, o currículo é pensado nos interesses e conceitos das classes dominantes e não está diretamente ligado ao contexto dos grupos sociais subordinados.

As teorias pós-críticas não romantizam e/ou desconsideram as relações de poder presentes e inerentes ao currículo, contudo acreditam em uma descentralização dessas forças pela crença de que é passível de transformação, mas não no seu desaparecimento, até porque essas duas teorias comungam da ciência que “todo conhecimento depende da significação e esta, por sua vez, depende de relações de poder. Não há conhecimento fora desses processos” (SILVA, 2015, p. 149).

As teorias críticas têm como principal lastro de argumentação a ideia de classe social. As teorias pós-críticas, ao contrário das teorias críticas, deslocam-se para o campo das diferenças e consideram os processos de dominação presentes na sexualidade, gênero, etnia e raça, além de considerar as primícias formativas do currículo; porém, sem direcionamento para um único foco de criação. No mais, essas duas teorias contribuíram (e contribuem) para mudar a direção de muitos pensamentos que estavam inseridos no âmbito educacional.

Em suma, depois das teorias críticas e pós-críticas, não podemos mais olhar para o currículo com a mesma inocência de antes. O currículo tem significados que vão muito além daqueles aos quais as teorias tradicionais nos confinaram. O currículo é lugar, espaço, território. O currículo é relação de poder. O currículo é trajetória, viagem, percurso. O currículo é autobiografia, nossa vida, *curriculum vitae*: no currículo se forja nossa identidade. O currículo é texto, discurso, documento. O currículo é documento de identidade (SILVA, 2015, p. 149-150).

Logo, é importante que os sistemas de ensino, sobretudo os professores que estão à frente do processo de ensino-aprendizagem em sala de aula, para além de estarem cientes dos mecanismos de estruturação curricular, possam intervir na sua construção. Pois são os docentes que conseguem perceber, mais do que qualquer órgão governamental, as singularidades e necessidades da sala de aula, um conhecimento empírico proveniente da relação direta e contínua com os alunos.

As teorias pós-críticas contribuem para que, mesmo que o currículo tenha um poder e possua uma autonomia da escolha de quais conteúdos e quais disciplinas têm maior ou menor relevância, os professores tenham um espaço para discussão dessas escolhas, já que eles estão na linha de frente da educação, sendo, muitas vezes, mais do que *detentores* do conhecimento, mas aqueles que vão desde a troca de conhecimento científico ao trato emocional com os alunos.

2.3.2 Leis Brasileiras e Currículo

A incumbência da organização da educação no Brasil é conferida à, já referida, LDB, também conhecida como Lei Darcy Ribeiro, que leva o nome de um dos seus principais formuladores, um importante educador e político brasileiro. Essa Lei, que há mais de vinte anos foi sancionada, tem por objetivo disciplinar a educação escolar que, predominantemente, se desenvolve em instituições próprias, por meio do ensino, que deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

Assim, essa Lei que tem sido na prática uma possibilidade de se pensar a educação em todos os seus distintos níveis e modalidades, também é utilizada como embasamento teórico nesta pesquisa, a qual utiliza como alicerce de problematização, principalmente, seu artigo 26, que disserta sobre a composição dos currículos do Ensino Fundamental e Médio, e assegura que

Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (BRASIL, 1996).

A base nacional comum consiste em uma unificação das disciplinas nos diferentes estados do Brasil e propõe uma estrutura de sustentação dos saberes indispensáveis a todos os cidadãos. Nela, contemplam-se, obrigatoriamente, o ensino da Língua Portuguesa e da Matemática; o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil; além do ensino da Arte, especialmente em suas expressões regionais; a Educação Física, integrada à proposta pedagógica da escola, sendo sua prática facultativa em alguns casos especificados pela respectiva Lei; o ensino da História do Brasil, que levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro,

especialmente das matrizes indígena, africana e europeia, e por último, no currículo do Ensino Fundamental, a partir do sexto ano, será ofertado o ensino da Língua Inglesa.

Dentre as exigências das características regionais e locais, compreendo que elas acrescentam conhecimento à base comum, visto que o ensino é uma unidade de sentido; todas as oportunidades de inserir a cultura local nas instituições formais são importantes. Dificilmente, uma comunidade não expressa alguma manifestação cultural, seja na linguagem da Literatura, da Dança, da Música há sempre algo enraizado, que faz parte da tradição e vai passando de geração em geração. Contudo, não é frequente encontrar esses elementos sendo trabalhados dentro das escolas, de maneira institucionalizada, embora sejam assegurados pelo currículo. Talvez incompreendido por muitos, o conhecimento da parte diversificada e da parte comum não precisa ser fragmentado, separado, como se fossem elementos sem possibilidade de diálogo, ambos podem (e devem) interagir e com respaldo das DCN.

A parte diversificada enriquece e complementa a base nacional comum, prevendo o estudo das características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da comunidade escolar. Perpassa todos os tempos e espaços curriculares constituintes do Ensino Fundamental e do Médio, independentemente do ciclo da vida no qual os sujeitos tenham acesso à escola. É organizada em temas gerais, em forma de áreas do conhecimento, disciplinas, [...] e pela unidade escolar, colegiadamente, para serem desenvolvidos de forma transversal. A base nacional comum e a parte diversificada não podem se constituir em dois blocos distintos, com disciplinas específicas para cada uma dessas partes (BRASIL, 2013, p. 32).

Outrossim, mesmo que a LDB esteja operante com todo o seu poder de atuação e detenha a supremacia na educação brasileira, essa orientação também está, de maneira mais recente, assegurada pelas DCN que, no atual texto, aprovado em 2010, reafirma essa instrução. As DCN são atribuições federais, executadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), originadas pela própria LDB, que confere aos diversos entes federativos: União, Distrito Federal, Estados e Municípios a organização do seu respectivo sistema de ensino; sua materialidade se traduz em um extenso documento, de quase seiscentas páginas, onde discute os incisos dessa Lei e mostra alguns caminhos de aplicabilidade das diretrizes, ao passo que levanta discussões acerca de cada uma delas. Dessa forma, visa

Sistematizar os princípios e diretrizes gerais da Educação Básica contidos na Constituição, na LDB e demais dispositivos legais, traduzindo-os em orientações que contribuam para assegurar a formação básica comum nacional, tendo como foco os sujeitos que dão vida ao currículo e à escola (BRASIL, 2013, p. 7).

Por mais que se tenha ciência de que a esfera governamental detém uma supremacia na produção de políticas públicas, é necessário que os professores e a própria SEDUC se posicionem a fim de reivindicar uma educação que faça sentido para os sujeitos nela imbricados, já que essas características locais e/ou regionais não são condizentes a grandes delimitações geográficas, é importante que os sujeitos desse contexto tenham um posicionamento de cobrança e construção desses saberes. Logo, considero que as propostas desenvolvidas por esses sujeitos empíricos são importantes para a composição de políticas curriculares que dialoguem com o espaço de convivência.

A escola precisa acolher diferentes saberes, diferentes manifestações culturais e diferentes óticas, empenhar-se para se constituir, ao mesmo tempo, em um espaço de heterogeneidade e pluralidade, situada na diversidade em movimento, no processo tornado possível por meio de relações intersubjetivas, fundamentada no princípio emancipador. Cabe, nesse sentido, às escolas desempenhar o papel socioeducativo, artístico, cultural, ambiental, fundamentadas no pressuposto do respeito e da valorização das diferenças, entre outras, de condição física, sensorial e sócio emocional, origem, etnia, gênero, classe social, **contexto sociocultural**, que dão sentido às ações educativas, enriquecendo-as, visando à superação das desigualdades de natureza sociocultural e socioeconômica. **Contemplar essas dimensões significa a revisão dos ritos escolares e o alargamento do papel da instituição escolar e dos educadores**, adotando medidas proativas e ações preventivas (BRASIL, 2013, p. 27, grifo nosso).

Além disso, percebi que as leis brasileiras, sobretudo a LDB, oportunizam a inserção das características locais dentro do currículo escolar; contudo, o que raramente acontece é a utilização prática dessa possibilidade, embora seja uma oportunidade para que docentes coloquem os aspectos culturais dentro da sala de aula. Certamente, uma medida mais eficaz surgiria se a própria SEDUC manifestasse interesse e formalizasse essa orientação legal nas suas formações pedagógicas.

E, com o intuito de esclarecer um objetivo específico, esta pesquisa procura, também, fazer uma verificação, já que os autores locais podem ser contemplados por essas características locais e/ou regionais e ter seus livros estudados nas escolas municipais, nesse caso, da RMEJ.

2.3.3 Currículo contextualizado em consonância com a proposta da ECSAB

Uma das formas de colocar em prática os aspectos regionais, oportunizada pelo artigo 26 da LDB, é propor um currículo contextualizado que leve em consideração o conhecimento

produzido na região na qual o ensino está sendo socializado. Isso é o que propõe a ECSAB, que se consolidou a partir das propostas educacionais da Rede de Educação do Semiárido Brasileiro (RESAB), criada em 2000, como resultado do I Seminário de Educação para o Semiárido. A RESAB organizou propostas para a definição das políticas educacionais para a convivência com o Semiárido e começou a ser pensada ainda na década de 1990, tendo o apoio de organizações não governamentais, secretarias de educação, movimentos sociais e universidades. Para Martins (2006, p. 45), a RESAB “não chega a ser um conceito, no duro do termo, mas uma ideia, um discurso, uma perspectiva de qualificação das ações educativas”.

Assim, no âmbito educacional, surge essa nova proposta, que tem como eixo a valorização dos saberes locais e a produção de conhecimento a partir do próprio contexto, uma política contextualizada, que não trata de uma educação *menor*, reducionista, focada somente nela mesma, pelo contrário, mas que, ao produzir conhecimento científico para o todo, também dialogue com o mundo que a cerca. É válido ressaltar que essa produção de conhecimento, a partir do próprio contexto, não significa um isolamento, nem uma espécie de localismo ou oposição bipolar entre o local e o global, ou o desprezo pelas contradições do mundo para além do local.

Essa proposta está em consonância com a ideia de convivência, que não somente enxerga o SAB como um território de dificuldades, mas também o vê como espaço de potencialidades. Por mais que haja embaraços, é possível viver dignamente, principalmente, quando se aprendem alternativas na otimização do uso da água e seu armazenamento para utilização nos períodos da seca.

Embora não seja uma constatação tão nova, essa região mostra que não há mais um Nordeste, mas sim, Nordeste, e segundo Carvalho (2006, p. 33) “[...] o Semi-árido (sic) não pode mais ficar enquanto reduto da pobreza nordestina e brasileira. Ele é potencial, é competitivo, solidário e possui, antes de tudo, uma identidade cultural comum que o faz único”.

Fazer Educação Contextualizada é praticar uma Educação que parta da realidade dos sujeitos; parta da riqueza, dos limites e da problemática geral dos contextos de vida das pessoas. Mas, não é para ficar dando voltas nisto. É para produzir conhecimento sofisticado, baseado em trabalhos de pesquisa, em estudos, em tematizações e sistematizações, em problematizações fundamentadas e em ações concretas, amparadas pelos conhecimentos

gerados num itinerário pedagógico, partindo sempre da teoria à prática e vice-versa (MARTINS, 2011, p. 58).

A concepção da ECSAB está diretamente interligada aos múltiplos e heterogêneos territórios do SAB, de onde emergiu. Constituído, de acordo com o Ministério da Integração Nacional (BRASIL, 2017), o SAB corresponde a mais de 15% da população brasileira e ocupa uma área superior a um milhão de metros quadrados, onde vivem mais de 27 milhões de pessoas. Carvalho (2006) diz que, por possuir uma delimitação geográfica a partir do critério climatológico, ou seja, as secas, esta área tem sido muito variável ao longo dos anos. Como exemplo disso, recentemente, em 2017, foram incluídos 73 novos municípios à delimitação do SAB, e a região passou a contabilizar um total de 1.262 municípios.

O SAB foi, durante muito tempo, visto pelo aspecto da seca. Desse modo, a diversidade de paisagens físicas e culturais advindas dessa ocupação territorial foi historicamente silenciada por uma apropriação político-ideológica desse fenômeno cíclico e climático, que faz parte da dinâmica natural da região, apontada por Durval Muniz de Albuquerque Jr. (2011) como a metáfora criada pela elite política local para explicar a miséria, a desigualdade e o declínio regional.

E dentre inúmeras medidas assistencialistas e paliativas de *combate* à seca, tais como: frentes de trabalho, criação de barragens, distribuição de cestas básicas, esse fator climático, virou uma arma política na mão das oligarquias locais, e construiu assim a famigerada *Indústria da Seca*. São as visibilidades que, durante muito tempo, fizeram parte da construção desta região e fez com que o Nordeste fosse visto e propagado pela mídia e livros como *locus* da miséria, terra de analfabetos e doentes.

Embora a escola pudesse de alguma forma colaborar no processo de superação dessa realidade, que considerava o SAB, principalmente, o Sertão, como um lugar inóspito e distante da *convencional* civilização, e rompesse com esse discurso preconceituoso e estereotipado trazendo novos olhares, ela permaneceu alheia a tais problemáticas. Contudo, a educação não pode ficar de fora deste processo, porque ela é inerente a todo e qualquer processo de trans (formação) da sociedade; e, como ressalta Martins (2006, p. 46), “a educação não pode se dar ao luxo de ignorar o chão que pisa”. De acordo com Reis (2011, p. 93), a ECSAB coloca no centro “o processo formativo de educadores e a conexão entre os

conhecimentos locais e universais [...] uma relação de aprofundamento e alargamento das compreensões do mundo e das singularidades em que se inserem os sujeitos”.

Ao seguir com essa discussão, para que o discurso da ECSAB deixe de ser apenas teoria e passe a ser uma prática pedagógica, é preciso uma série de estratégias, para que essa nova perspectiva de educação se consolide e adentre as escolas do SAB. Uma delas é o currículo contextualizado que “precisa ser compreendido no campo das transgressões e insurgências epistemológicas, não limitantes ao contexto, mas sempre chegando ou partindo deste” (REIS, 2009, p. 105). Essa proposta deve ser construída a partir do conhecimento adquirido com os alunos no seu contexto local e nos saberes existentes entre os sujeitos, respeitando sua cultura e suas vivências. Conforme, ressalta Adelaide Silva,

A contextualização do currículo (conforme as reflexões acima) se contrapõe àquele processo simplificado, mutilado e mutilante, fechado na escola. Opõe-se à repetição de conteúdos isolados em cada disciplina sem problematização e descolados da realidade na qual os sujeitos estão inseridos. Para isso, a escola que se propõe promover Educação Contextualizada deve arquitetar um ambiente no qual possa ter lugar um redirecionamento de toda prática pedagógica. Isso desde o tratamento inter (trans) disciplinar dos conteúdos à interação com a realidade- com a(s) cultura (s), com o (s) ambiente (s), com outros saberes produzidos cotidianamente dentro e fora da escola (SILVA, 2011, p. 29).

Dessa maneira, os conteúdos estudados, nessa proposta curricular, precisam ter relação com o meio, serem extraídos das situações ali encontradas, uma postura muito semelhante à oportunizada legalmente pelo artigo 26 da LDB, que trata da parte diversificada do currículo; contudo, infelizmente, essa orientação legal não é colocada em prática como deveria e outro direcionamento, que não parte desse conceito legal, mas que, coincidentemente, apresenta semelhantes ideias começa a surgir e a ser colocado em prática. E a quem se pode atribuir tal atitude? É necessário um currículo contextualizado quando já se tem permissão para trabalhar as características locais e regionais no currículo? Essa orientação vai além das palavras presas em um papel? Vamos pensar sobre?!

2.3.4. A Literatura e o ConTexto Semiárido

Por entender que a Literatura é um dos caminhos para se trabalhar as particularidades do SAB, analisei parte da produção literária dos autores da cidade de Juazeiro/BA a fim de identificar se os elementos do SAB estavam presentes nesses escritos. E logo, de início,

chamou-me a atenção à quantidade de livros que utilizam o poema enquanto gênero. Há contistas, raros cronistas e romancistas, e, talvez, por Juazeiro/BA também oferecer o curso de Comunicação Social: Jornalismo em Múltiplos Meios através da UNEB têm surgido frequentemente alguns livros com o gênero de jornalismo literário. Juazeiro/BA é uma terra dos poetas e poetisas!

É notável também que, durante as leituras que realizei (e realizo), uma pequena parte dessa produção literária traz embutidos os elementos do seu cotidiano semiárido, quer sejam suas próprias experiências com esse espaço - nomes de ruas, praças, monumentos ou coisas subjetivas – sensações, emoções que são colocadas de maneira consciente e inconsciente. E, por estarem em sua cultura e/ou costumes intrínsecos aos sujeitos, essas circunstâncias são referências, nem sempre propositais.

Dessa maneira, é reconhecível que a literatura local é constituída pela presença e ausência do Semiárido nelas, entradas conscientes, inconscientes e não entradas, pois nem todos os autores, que vivem na região do SAB, falam sobre esse lugar, ou melhor, nem todos os autores que moram em Juazeiro/BA falam sobre a cidade, ao contrário do que pensam alguns dos entrevistados desta pesquisa que associam diretamente que o autor da cidade escreve sobre a cidade. Isso posto, um exemplo em que os elementos do SAB se expressam de maneira explícita está no poema *Caatinga Passarinhada* do livro *Pedilua* (2017) da poetisa Erika Pók Ribeiro mostrado logo abaixo:

Se o facão ainda quebra/ E a frade já perdeu a cabeça/ Não há mais porque o João cortar pau/ [para fazer colher]/ Se é da bruta árvore/ Que o mais doce fruto brota,/ Por que insiste o besouro em dizer/ Que faz mel?/ Enquanto o Querequexé/ Faz seu deselegante abrigo,/ Na favela, / A Joanica de barro,/ Senhora distinta, trabalha horas a fio/ Para construir seu palácio em galho nobre./ Já a Maria Pobre, arquiteta, em festa, / Sua linda casinha./ A Sabiá nunca ensinou nada e/ O Vinvim, com sua mania de boatar,/ Nunca viu chegar por aqui/ Um Louva-Deus montado no Cavalo do Cão./ Nem verá! (RIBEIRO, 2017, p. 48-49).

Nesse trecho, percebo que Erika Pók Ribeiro traz lembranças de suas vivências e mostra a profundidade das suas raízes com seu contexto Semiárido; porém, sem se apegar aos elementos representativos, já estereotipados, mas às experiências de quem passou sua infância na área rural, em contato direto com a caatinga e suas particularidades, e traz através de metáforas e outras construções figurativas, o canto dos pássaros, o nome das árvores, as cores. Em sua construção poética, o contexto está presente de modo bastante positivo, e embora os

elementos que compõem o Semiárido estejam nele, a autora não menciona em nenhuma parte esse fato. Esse ocorre de maneira natural, possivelmente de forma inconsciente.

Outro exemplo está no livro *A Quem me Degusta Por Me Sorver...!* do poeta Manollo Ferreira da Silva (2015), que foi feito artesanalmente pelo, também poeta, Virgílio Siqueira (Petrolina/PE). Nessa obra, o autor dedica uma sessão do livro a falar explicitamente do Semiárido; ao todo são nove poemas que falam sobre o contexto da região de uma maneira que evidencia suas potencialidades e suas riquezas naturais. Os títulos são *Semiáridos: Nordestinos, Sertanejos, Brasileiros...!*; *Semiárido Brasileiro-Contextos e Contrastes*; *Num Semiárido do menino e da menina... Ser criança!*; *O Umbu e o Umbuzeiro*; *Caatinga- Conjuntura Ambiental*; *Em tempos de Estiagem- o Sertão pelo prisma da denegação...*; *O Sertanejo na Convivência com o Semiárido Brasileiro*; *De quem é essa Seca que nunca seca???!!!*, e, por último, *Sertanejamente Caatingueiro*.

O poeta Manollo Ferreira da Silva, pedagogo por formação, foi aluno da especialização em ECSAB, que deu base para a criação deste PPGESA, e relata em seu livro que esse estudo lhe proporcionou um grande suporte para que pudesse criar essas produções. Uma breve demonstração está no trecho do poema *Semiárido Brasileiro- Contextos e Contrastes*.

[...] Rompendo barreiras... Aniquilando fronteiras!/ Estereótipos a desmistificar/ Diferenças e igualdades a se completar/ *Num Semiárido de Contextos e Contrastes*/ Um mundo nada distante de qualquer outro lugar (SILVA, 2015, p. 51, grifo do autor).

Para exemplificar a parcela dos autores que não escrevem utilizando perceptivelmente as características do SAB, atenho-me a citar aqui um trecho da obra do poeta Lúcio Emanuel, que vem produzindo e comercializando individualmente seus livros, sendo que uma parte dessa produção são poemas que seguem a estrutura de sonetos. Dentre eles, compartilho o poema *Minha Terra* do livro *Repoemas*, cujo segue abaixo:

No princípio era o caos, a noite escura/ E o silêncio do verbo gerador/ E era, depois do verbo, o Criador/ Depois do Criador, a criatura [...] E pensar que a miséria desse estado/ Mal começou, desde que o mundo é mundo,/ Desde que o seu humano foi criado (EMANUEL, 2017, p. 28).

Ademais, conforme mostrado acima e para além das leituras que realizo ao longo da minha vida literária, observei que essa relação com o contexto SAB também está presente na fala dos

sujeitos/autores desta pesquisa, uma vez que para a maioria deles essa relação ocorre de maneira natural, pois, como é dito por alguns, não há como separar a escrita do seu contexto e mesmo que o nome Semiárido não apareça de forma explícita; ele está contextualmente presente.

Isso reitera o caso das entradas inconscientes mencionadas anteriormente, que para a Autora P “quando se fala da questão das mulheres engloba-se também as mulheres do Semiárido, talvez não haja esse direcionamento claro, objetivo, mas há uma contextualização com esse espaço [...] e como essa escrita ela parte do local *pro* global, ela é carregada desses elementos (AUTORA P, 2018).

2.3.5 Mas, o que, realmente, entende-se pelo SAB?

Para alguns sujeitos/autores, o SAB é entendido como sinônimo de região Nordeste, um Nordeste que foi, durante muito tempo, representado literariamente pelo *O quinze* (2010) de Rachel de Queiroz, *Vidas Secas* (1998) de Graciliano Ramos e, até mesmo, pelo *Os Sertões* (2002) de Euclides da Cunha. E, atualmente, após muitos conflitos, essa Literatura tida como *nordestina* consegue produzir e veicular novos escritos, que trabalham com temáticas, que estão para além da situação climática, das dificuldades econômicas/sociais/culturais e que estão mais preocupadas em mostrar um Nordeste que se (re) conhece, olha para dentro de si mesmo, registra e expõe suas riquezas literárias/culturais/sociais/econômicas, sem esquecer-se das particularidades que lhe compõem, mas as dificuldades não são mais as prioridades da escrita. A esse respeito, o Autor J expõe que

“a gente teve muito acesso a uma literatura que não é realmente a Literatura Nordestina, ela é um estereótipo do que é, *né*, e quando eu conheci realmente o que é a Literatura Nordestina, aí eu tive uma identificação maior e hoje eu até faço coisas voltadas para essa temática” (AUTOR J, 2019).

Com outro grupo da pesquisa – a equipe gestora, compreendi que o SAB é entendido por um viés complexo e equivocado, a começar pela Coordenadora, que diz que o SAB “ele tá aqui no nosso entorno, *né*” (COORDENADORA, 2019). Assim, deixa evidente, que na sua percepção, a área urbana, ou seja, o espaço em que a escola, em que trabalha, está inserida não é considerado SAB, mas sim o que está a sua volta, e não o que está dentro/ contido.

Essa compreensão da Coordenadora é parecida com a da Gestora, que concebe o SAB como um território, que pertence ao interior do município, já que “o Semiárido são nossas comunidades, nossos distritos” (GESTORA, 2019). Dessa maneira, reforça a ideia de que o Semiárido é distante, interiorizado e não faz parte da área urbana. Infelizmente, esse não é um pensamento isolado; muitos moradores urbanos, por não lidarem diretamente com a escassez de água, dentre outras circunstâncias, deixam-se levar por essa centralidade que, muitas vezes, camufla a verdadeira identidade da região em que vivem.

Ao se referir às ações em que a escola insere e/ou problematiza o SAB, a Coordenadora recorda que, no ano de 2017 ou 2018 - não lembra com exatidão a data, a SEDUC levou todos os coordenadores da RMEJ para conhecer o trabalho desempenhado pelo Instituto da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA), que fica localizado próximo à cidade de Juazeiro/BA e trata-se de uma Organização Não Governamental (ONG), que tem como principal meta mostrar alternativas eficazes de convivência, já que a diversidade climática do SAB requer soluções eficazes, e tem, em sua maioria, a água como protagonista dessa relação.

Essa visita teve por objetivo aproximar a escola do SAB no intuito de que os conhecimentos dessa vivência pudessem ser melhor explorados e incluídos nas disciplinas das escolas da RMEJ. Assim, aos coordenadores ficou a incumbência de orientar os professores para que, em sala de aula, fossem colocando “a realidade do Semiárido” (COORDENADORA, 2019).

Já o entendimento da Secretária de Educação a respeito do conceito do SAB é bem mais esclarecido que os demais, embora ainda seja compreendido especificamente pelo viés climático - dito e reiterado algumas vezes. Além disso, parece-se muito com as questões levantadas pelo Autor J a respeito do entendimento que se tem sobre esse território. Dessa maneira, pensa que

Falta muito esclarecimento *pras* pessoas do que é isso na verdade, *né*, o que a gente foi acostumado a perceber, a ideia do Semiárido como um lugar de muito sofrimento, *né*, de muita miséria, de muita pobreza e geralmente os humanos não querem se vincular a essa ideia do sofrimento, que é uma ideia equivocada, *né*. **O Semiárido Brasileiro nada mais é do que uma situação climática** que a gente tem muito diferente, que a gente atravessa muitos processos de seca porque a chuva aqui é muito reduzida por causa do nosso posicionamento no planeta, *né*, então na verdade é isso (SECRETÁRIA, 2019, grifo nosso).

De mais a mais, a respeito da proposta mencionada pela Coordenadora, a Secretária de Educação se refere a ela com outra data, mas com semelhante objetivo. Recorda que, em 2010, por mais que não estivesse diretamente envolvida, pois nunca trabalhou na área do Pedagógico, a SEDUC realizou um trabalho com enfoque na questão do SAB. Menciona ainda que “eu não sei exatamente porque isso se perdeu, e a gente tá tentando retomar essa discussão com o pessoal, inclusive através da UNEB também traçar novos projetos *pra* que a gente volte a trabalhar esse tema” (SECRETÁRIA, 2019).

Tudo quanto foi dito me leva a perceber que o entendimento que se tem a respeito do SAB é ainda é, para muitos, visto por uma perspectiva equivocada e ultrapassada, pois é percebido, muitas vezes, como aquilo que está distante, ou o que nos cerca, mas dificilmente como um espaço de convivência. E a Literatura entra nesse processo de diálogo com esse território, muitas vezes, aparando as arestas e escrevendo literalmente (e literariamente) outras histórias, registrando e criando narrativas que estão conectadas para além dos estereótipos já engessados.

3 OPÇÕES METODOLÓGICAS

“Para saber falar é preciso saber ouvir”.

Plutarco

É sempre difícil falar pelo outro, até porque ocupar-lhe o lugar de fala é também muito perigoso. Dessa maneira, não pretendo fazê-lo, o que me move é falar com o outro, mediar seus anseios, pedir licença para trazê-lo à comunidade acadêmica através da ciência e devolver os resultados da pesquisa a todos os sujeitos nela implicados e a quem mais se interessar, na sociedade. Compartilho do pensamento de Aristóteles que diz que “o começo de todas as ciências é o espanto de as coisas serem o que são” (apud, BRITO, 2019). Sei que, embora muitas situações me deixem perplexa, e me paralisem, elas também podem ser estopins para buscar uma compreensão do porquê de os fatos acontecerem daquela maneira e, quiçá, poder de alguma forma contribuir para sua solução.

Dessa forma, este capítulo aponta quais caminhos foram escolhidos para compreender em quais circunstâncias ocorrem o discurso e a prática da inserção do autor local no currículo das escolas municipais de Juazeiro/BA. Traz uma discussão sobre o tipo da pesquisa qualitativa que é, também, a abordagem que mais se ajusta a investigação. Explana o delineamento da pesquisa através do Estudo de Caso, que permite compreender uma situação singular dada um recorte da realidade. Apresenta os *locus* e, respectivos, sujeitos da pesquisa, assim como as técnicas e os instrumentos para a produção de dados. Por último, indica os procedimentos de análise e tratamento dos dados por meio da triangulação de fontes, dados e fenômeno pesquisado.

3.1 PERFIL EPISTEMOLÓGICO DA PESQUISA

A pesquisa é de caráter qualitativo, tipo de pesquisa preocupa-se em compreender uma dada situação e/ou grupo social sem a pretensão de torná-la quantificável. Ao utilizar-se de diferentes métodos, tem como objetivo produzir informações provenientes da dinâmica das relações sociais, explicando o porquê das coisas. Além de o tipo qualitativo, permitir a investigação dos fenômenos no seu estado real, possibilita o conhecimento dos fatos a partir do ponto de vista dos próprios sujeitos, que contribui para a apreensão da totalidade e dos processos de mudança.

Assim, com esta pesquisa, não somente coletei dados, mas também produzi com os próprios sujeitos envolvidos que se sentiram inquietos e provocados pela própria problemática. Desse modo, dentro dos limites encontrados, mostro o que é vivido pelos atores sociais, sem reduzi-los, somente, a uma descrição minuciosa de ações ou de fenômenos observáveis. Dessa forma,

Nisso, pode-se dizer que o objeto por excelência da pesquisa qualitativa é a ação interpretada, simultaneamente, pelo pesquisador e pelos sujeitos da pesquisa; de onde a importância da linguagem e das conceituações que devem dar conta tanto do objeto “vivido”, como do objeto analisado (DESLAURIERS; KÉRISIT, 2010, p. 131).

Logo, entendo que a pesquisa qualitativa é a mais adequada à proposta deste estudo por procurar evidenciar os atores sociais e o contato direto com o campo de pesquisa, uma vez que esse campo não é apenas um recipiente de dados que responde às questões provocadas, mas condutor de novas questões, talvez mais pertinentes do que as inicialmente feitas, já que esse tipo de pesquisa permite que o fenômeno seja estudado na sua forma mais profunda.

Coincidentemente, ou não, a maioria dos Estudos de Caso é de natureza qualitativa, de tal modo, também o é esta pesquisa, pois concordo com Gil (2009, p. 21) quando disserta que “o pesquisador poderá estar interessado em conhecer o fenômeno do ponto de vista dos próprios sujeitos. Poderá estar interessado em identificar contradições e conflitos. Para alcançar propósitos como esse, o estudo de caso mostra-se apropriado”. Assim estou.

3.2 DELINEAMENTO DA PESQUISA: ESTUDO DE CASO

Esta proposta, que é um Estudo de Caso, procura “explorar situações da vida real cujos limites não estão claramente definidos” (GIL, 2017, p. 34). Esse tipo é um dos diversos modelos propostos para a produção de conhecimento no campo científico, e se aplica por buscar compreender o fenômeno dentro do seu contexto, assim como os fatores que influenciam ou por ele são influenciados, até mesmo porque “o que se procura nos estudos de caso é, pois, mais a compreensão dos fenômenos sociais que ocorrem no seu contexto do que propriamente o estabelecimento de relações entre variáveis intrínsecas ao fenômeno” (GIL, 2009, p. 16).

Muitos autores têm trabalhado na construção de um conceito para os Estudos de Caso, e o mais expressivo deles, talvez a definição mais divulgada, é a de Robert K. Yin, que, em 1985,

elaborou a primeira obra em formato de manual para a construção dos Estudos de Caso. Nela, diz que o Estudo de Caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade, dentro de seu contexto, especialmente quando os limites entre o fenômeno e seu contexto não estão claramente definidos (YIN, 2015). Antonio Carlos Gil, que tem uma obra mais compacta, e também mais didática do que a de Yin, se aproxima muito do conceito acima; a única disparidade está em Yin dizer que se trata de um *método* enquanto Gil discorda desse termo, ao chamar de *delineamento*.

Apesar dessas pequenas diferenças, as definições dos autores não são contraditórias e ambas subsidiam ainda mais os conceitos, inclusive os desta pesquisa, visto que, a diversidade de nomes consiste em uma variedade comum no campo das ciências sociais, pois como ressalta Deslauriers e Kérisit (2010, p. 128), “ninguém se entende quanto aos termos”.

Dessa maneira, o Estudo de Caso, enquanto modalidade de investigação científica é aceito, não faz muito tempo, embora se saiba que seu uso não é tão recente. Sabe-se que, por volta de 1970, poucos trabalhos considerados Estudos de Caso eram aceitos em congressos e/ou publicados em revistas científicas, pois questionava-se seu rigor científico. Atualmente, discute-se, principalmente, a necessidade de sistematizar os procedimentos para a coleta de dados, que são diversificados e/ou modificados de acordo com o percurso da pesquisa. Alguns não aceitam pois, muitas vezes, as modificações são importantes para lidar com as subjetividades que devem ser levadas em consideração, ajustando-se o caminho para melhor percorrê-lo e não devolver à comunidade conclusões equivocadas.

Sendo assim, o Estudo de Caso é cada vez mais utilizado em pesquisas e estudado em sua forma de atuação, considerado o mais indicado para aqueles que se propõem a investigar uma única, ou poucas, unidades de análises, além do que proporciona a construção de teorias a partir de dados empíricos fundamentados em diferentes contextos. Ao contrário do que se pode pensar, embora seja “caracterizado pela flexibilidade, não deixa de ser rigoroso, pois não pode ser considerado um tipo de pesquisa ‘mais light’ que se recomenda para quem não detém condições para a realização de um trabalho mais rigoroso” (GIL, 2009, p. 5).

Aliás, o Estudo de Caso não pode ser visto como um delineamento marcado pela simplicidade; pelo contrário, por tratar-se de um estudo em profundidade, seja ele um grupo ou um indivíduo, devem-se considerar suas múltiplas dimensões. Além disso, demanda que o

pesquisador disponha de muito tempo, de energia intelectual e mesmo física, sendo recomendável que, antes de ir propor uma pesquisa dessa natureza, seja feita uma revisão de literatura em busca de casos semelhantes a fim de descobrir quais instrumentos podem ser replicados, até porque, “o material para análise nos estudos de caso, geralmente, é constituído por longas transcrições de entrevistas e notas de campo, o que torna bastante complexo o trabalho de análise” (GIL, 2009, p. 19).

Ao aprofundar-me nesse caminho da pesquisa, tomei conhecimento de que o Estudo de Caso pode ser de diferentes tipos: exploratórios, descritivos, explicativos ou avaliativos. Ao saber disso, pesquisei as quatro propostas e compreendi que esta pesquisa se ajusta ao tipo descritivo pelo interesse em estudar uma determinada situação que tem um recorte bem definido e coerente ao longo da pesquisa, e busco em campo aprofundar a realidade de forma completa. Para Gil (2009), esse tipo tem como propósito uma ampla descrição do fenômeno em seu próprio contexto, e procura identificar suas múltiplas manifestações e descrevê-lo de formas diversas e sob pontos de vista diferentes.

Diante do que foi dito, acerca do tipo escolhido entendo que esta pesquisa vincula-se ao Estudo de Caso descritivo com diferentes unidades de análises e com um discurso polifônico que parte da pluralidade das vozes dos sujeitos pesquisados. Ser um único caso significa que ele se refere a uma determinada situação, seja um indivíduo ou grupo, ao contrário da pesquisa com casos múltiplos que investiga um determinado fenômeno a partir de vários casos (GIL, 2009). Dessa maneira, é importante ressaltar que o caso desta pesquisa é a polifonia do discurso da prática e inserção dos autores locais no currículo das escolas municipais. Para tanto, foram selecionados dois *loci* de pesquisa e três grupos de sujeitos, ou nos termos metodológicos, unidades de análise.

Ademais, o Estudo de Caso é o mais indicado para esta pesquisa por várias razões. Talvez, a mais importante seja a oportunidade de proporcionar um estudo de um grupo em profundidade, inter-relacionando as partes que o compõem com o contexto, sem precisar promover seu fracionamento. Mesmo que seja necessário investigar diferentes unidades de análises, o que é primordial é a situação singular que se deseja esclarecer, e preservar o caso de estudo sem estabelecer rupturas. Logo, concordo com Yin (2015, p. 4) quando resume que “um estudo de caso permite que os investigadores foquem um ‘caso’ e retenham uma perspectiva holística e do mundo real”.

3.3 LOCUS E SUJEITOS DA PESQUISA

Conforme sumariamente mencionado, esta pesquisa aconteceu com sujeitos separados em três grupos. Essa foi uma tentativa de cercar a questão da pesquisa a fim de proporcionar ao final um resultado que não expressasse lacunas. No que concerne ao primeiro grupo, a pesquisa aconteceu na Escola em Tempo Integral Paulo VI, localizada na área urbana central de Juazeiro/BA, sertão baiano, no SAB. Nessa instituição, os sujeitos foram três professoras que estavam lecionando as disciplinas de Português, Artes e História, nos últimos anos do Ensino Fundamental II; a coordenadora pedagógica dos 9º anos, a gestora e o vice-gestor da escola. A escola atende cerca de mil alunos e, por conta desse quantitativo, a coordenação pedagógica possuía duas coordenadoras, uma ficava responsável pelas turmas iniciais do Ensino Fundamental II, 6º e 7º anos, enquanto a outra, que foi um dos sujeitos, estava responsável pelos anos finais, que contemplam os 8º e 9º anos.

O outro grupo da pesquisa foi a atual Secretária de Educação e a Superintendente Pedagógica. Ambas assumiram esses cargos em janeiro de 2017. A SEDUC localiza-se na Rua Antônio Pedro, nº 139, centro da cidade de Juazeiro/BA, em um prédio recém-reformado e tem como missão “garantir o acesso, a permanência com sucesso na escola e o desenvolvimento da Educação Integral humanizada, por meio da gestão democrática e inovação educacional” (PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO/BA, 2019).

A opção por realizar a pesquisa nesses *loci* deveu-se ao fato de essa escola ser uma das mais conhecidas da RMEJ com uma relevante estrutura física, além de possuir um elevado número de docentes e discentes, e por eu ter feito cursinho pré-vestibular e, posteriormente, o estágio durante a graduação e ter uma experiência proveitosa; a SEDUC por ela ser institucionalmente a responsável pela organização das instituições escolares do Ensino Fundamental II, tendo ela a oportunidade de aderir o artigo 26 da LDB e considerar os autores locais nas características regionais da parte diversificada do currículo.

E a seleção dos autores que partiu da percepção de Gil (2009, p. 66) de que “é necessário selecionar pessoas que estejam articuladas cultural e sensitivamente com o grupo ou organização”. Assim, esse terceiro e último grupo contém seis autores locais que foram selecionados através da minha experiência enquanto pesquisadora, pois, já há alguns anos, busco conhecer a cena literária da cidade de Juazeiro/BA, onde nasci e desde então resido.

Essa investigação mostrará mais adiante a produção de dados que remetem a diferentes épocas, isso porque optei pela seleção de autores (as) de faixas etárias e sexos diferentes, mesmo sabendo que todos são contemporâneos e aqui estão no tempo presente é possível captar as diferenças compreensões por meio das diferentes épocas vivenciadas.

Assim, foram selecionados três autores e três autoras que, além de serem de faixas etárias diferentes, produziram gêneros literários diversificados, que vão dos poemas, aos contos fantásticos. Na escolha dos sujeitos, optei pela amostra de tipo não probabilístico, que não se constitui ao acaso, mas escolhida pelas características que se pretende analisar (DESLAURIERS; KÉRISIT, 2010, p. 138), o que significa que, os sujeitos não foram selecionados aleatoriamente, mas, por serem considerados relevantes para responder aos objetivos propostos.

Combinei com todos os sujeitos da pesquisa que, conforme o TCLE, não vou identificá-los pelos nomes. O grupo dos autores está nomeado pela inicial do seu(s) nome (s), que, coincidentemente, não se repete(m); a equipe da Escola em Tempo Integral Paulo VI, pelos respectivos cargos e exercícios das disciplinas e, por último, a SEDUC pelos cargos que exercem. Ainda que, durante a realização das entrevistas, nominar os sujeitos não pareceu ser um problema, pois a maioria relatou que nomeá-los não seria embaraçoso, mantive o que combinei inicialmente.

Unidas pelo Rio São Francisco, que serve de inspiração para muitos autores (as), as cidades de Juazeiro/BA e Petrolina/PE pertencem ao VSF e têm em si uma relação de trânsito constante que não pode ser despercebida neste estudo. Muitos moram em Juazeiro/BA e trabalham/estudam em Petrolina/PE, e vice-versa; assim também é a cena artística. Esses artistas lançam livros, produzem saraus e intervenções literárias nas duas cidades, além de criarem grupos, mesclando membros dessas localidades. Às vezes, é difícil saber quem é baiano ou pernambucano, quem é juazeirense ou petrolinense.

Dada essa dinâmica, o ponto de partida dessa empreitada é a RMEJ, com o intuito de encontrar autores locais de Juazeiro/BA no currículo das escolas desta Rede; contudo, durante a coleta de dados, não desconsidero a presença dos autores (as) de Petrolina/PE no currículo das escolas de Juazeiro/BA; delimito e mostro de onde provêm (ou não) esses autores, sejam eles originários de Petrolina/PE ou Juazeiro/BA.

3.4 INSTRUMENTOS DE PRODUÇÃO DE DADOS

Na escola, durante as constantes visitas, foram realizadas observações sistemáticas e espontâneas e conversas informais com todos os sujeitos, desde as professoras à equipe gestora; algumas informações foram registradas em diário de bordo – instrumento que acompanhou a pesquisa e auxiliou no registro de informações a fim de ter mais elementos para a análise e não deixar que informações importantes e (im) previstas passassem despercebidas.

E, depois dessa aproximação inicial, foram realizadas as entrevistas semiestruturadas que tiveram o propósito de compreender o posicionamento desses sujeitos acerca do discurso e da prática da inserção dos autores locais nas escolas municipais. Essas entrevistas foram realizadas com todos os sujeitos e, após serem gravadas, foram transcritas e minuciosamente analisadas.

Esmiuçando os procedimentos para coleta de dados, Antonio Carlos Gil (2017) disserta sobre três tipos de observações: sistemática, espontânea e participante, esta pesquisa transita entre as duas primeiras; a sistemática que possibilita uma prévia organização do plano de observação, direcionando o olhar para a coleta dos dados; enquanto a espontânea, por acreditar na possibilidade da ocorrência de situações fora da sistematização outrora definida. Sendo a observação participante não condizente com a pesquisa, pois, não há interações mais próximas com os sujeitos.

Na SEDUC, além da realização das entrevistas semiestruturadas com a Secretária de Educação e a Superintendente Pedagógica, busquei por documentos existentes *in locus*, dentre eles a Proposta Curricular da ECSAB, relatos de experiências, portarias ou leis que instituíssem a aquisição dos livros de autores locais; contudo, nenhum desses documentos foi encontrado, no caso dos dois primeiros por não conseguir localizar junto aos sujeitos. Já os dois últimos, realmente pela inexistência dessa legislação. Essa parte era apazível porque “a documentação também pode ser importante para complementar as informações obtidas mediante outros procedimentos de coleta de dados” (GIL, 2009, p. 76).

A entrevista é um forte instrumento para produzir dados, e a elaboração minuciosa das questões ajuda na apreensão mais verossímil dessa realidade e elucida as indagações da

pesquisa. Com esse propósito, preparei as perguntas iniciais de forma mais leve para que, nesse momento de aproximação, eu pudesse conhecer melhor a formação acadêmica e a experiência profissional, além do que essa foi uma solução para não constrangê-lo e prejudicar o restante da atividade. Posteriormente, depois de preparar o sujeito, e tentar, deixá-lo mais à vontade, fiz as perguntas mais conceituais, algumas foram repetidas para os três grupos de sujeitos pela importância do confronto desses dados. Uma vez que, “o entrevistado é visto como detentor de uma verdade: a sua, evidentemente, mas também, por meio da sua, a de seu grupo ou a de sua comunidade” (POUPART, 2010, p. 234).

As entrevistas semiestruturadas, ou semiabertas, partem de um roteiro, mas estão abertas aos novos questionamentos que surgem a partir das interações com os sujeitos envolvidos. Essa comprovação foi percebida na prática, pois na realização das entrevistas, houve oportunidades e inquietações que surgiram a partir das respostas às perguntas previamente elaboradas. Essa técnica é importante porque [...] “é a que parte de certos questionamentos básicos [...] e que, em seguida, adicionam-se a uma grande quantidade de interrogativas, fruto de novas hipóteses que surgem no transcorrer da entrevista” (TRIVIÑOS apud CRUZ, 2010, p. 146).

3.5 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE E TRATAMENTO DE DADOS

Ao buscar um sentido para os dados coletados, foi escolhido como procedimento de análise de dados o cruzamento do objeto de estudo sobre vários olhares, pois, compreendendo a importância do tratamento, sistematização e interpretação dos dados, foi realizada uma triangulação das diferentes fontes, dos dados obtidos e do fenômeno pesquisado.

Considerei como fontes de pesquisa os grupos de sujeitos: os autores locais; as professoras, a coordenadora pedagógica, gestora e vice-gestor, bem como a secretária de educação e a superintendente pedagógica, além das observações e de suas respectivas anotações no diário de bordo, as entrevistas semiestruturadas e as conversas informais. Ao compreender que os instrumentos da pesquisa são geradores de dados, as respostas que foram produzidas, pelos respectivos grupos, associados aos instrumentos de coleta de dados consistiram em material de análise e interpretação. Por último, compôs essa tríade o fenômeno do discurso sobre a inserção, sua prática e os fundamentos que permitem discutir, espelhar e problematizar tanto o discurso quanto essa prática.

Triangular os dados – das fontes, instrumentos e do fenômeno pesquisado – foi uma escolha para essas análises porque permitiu fazer com que as respostas se encarassem, já que os sujeitos são variados e possuem vivências diferentes. É interessante capturar essas falas em contextos singularidades que precisam ser levados em consideração e mirá-las a partir de vários ângulos. As professoras ambientam-se na escola e têm o dever de produzir conhecimento junto aos alunos; a coordenadora tem como função supervisionar a prática pedagógica das professoras; o vice-gestor e a gestora administram a parte burocrática e educacional da escola, que, por sua vez, são subordinados a SEDUC representada aqui pelo sujeito da secretária escolar e da superintendente pedagógica, que são responsáveis por todas as escolas da RMEJ. Por último, os autores locais que produzem a Literatura que pode (ou não) fazer parte do currículo escolar.

As respostas foram tão variadas quanto os próprios sujeitos e o fato de contrastar essas diversas informações à luz do fenômeno estudado permitiu um cruzamento importante para diversas interpretações. Para Gil (2009, p. 114), a triangulação é reconhecida como uma “importante estratégia de análise e interpretação dos resultados do estudo de caso. Consiste basicamente em confrontar a informação obtida por uma fonte com outras, com vistas a corroborar os resultados da pesquisa. A triangulação está na essência do estudo de caso”.

No caso desta pesquisa, os dados foram colocados frente a frente e contrastados com as outras fontes com o intuito de compreender se os autores locais estavam ou não incluídos no currículo das escolas da RMEJ e a quem se atribui essa atividade, o que pensam os profissionais que estão na sala de aula, e aqueles que os orientam (coordenação, gestão, SEDUC) e os que produzem obras literárias na cidade o que têm feito por essa inserção. Esses dados contrastados permitiram identificar as respostas que procurei ao longo da pesquisa e respondo desde a Fundamentação às Considerações Finais, haja vista que essas análises não se concentram apenas em um capítulo, mas se distribuem por toda a pesquisa. Para além disso, sei que:

A triangulação não é um método em si. É uma estratégia de pesquisa que se apoia em métodos científicos testados e consagrados, servindo e adequando-se a determinadas realidades, com fundamentos interdisciplinares. Esta abordagem teórica deve ser escolhida quando contribuir para aumentar o conhecimento do assunto e atender aos objetivos que se deseja alcançar (MINAYO ET AL, 2005, p. 71).

E assim, concluo que esta é uma pesquisa de cunho qualitativo, delineada pelo Estudo de Caso que teve como coleta de dados observações sistemáticas e espontâneas, o diário de bordo, pesquisa documental e as entrevistas semiestruturadas, elementos importantes para os resultados da pesquisa, que foram analisados através da triangulação. Esse percurso se justificou pela interação entre a pesquisadora e o objeto de estudo, que permitiu que, ao mesmo tempo em que houvesse aquisição de conhecimentos, a pesquisa também se realize.

4 PERCORRENDO CAMINHOS

É interessante como a pesquisa se atualiza quando a colocamos em curso. Chegar ao antigo Colégio Paulo VI e me deparar com uma escola em tempo integral foi o primeiro desafio, acrescido de conquistar a confiança dos sujeitos implicados na pesquisa, que tiveram que ser redirecionados, pois, antes, pensava em somente trabalhar com os professores de Língua Portuguesa; depois, entendi a importância de abrir para as disciplinas de Artes e História e verificar em um campo maior a presença (ou não) dos autores locais.

Pretendia também observar algumas aulas, contudo, no caminhar da pesquisa, meu orientador sugeriu que invertesse a ordem sumariamente definida e realizasse as entrevistas antes das observações. Foi então que constatei que seria uma coleta sem muitos resultados, já que as professoras sinalizaram que não estariam, por enquanto a desenvolver nenhuma atividade com esses autores.

A aproximação com a SEDUC foi um pouco trabalhosa dada a disponibilidade da agenda da Secretária de Educação e da Superintendente Pedagógica, que, além de terem atribuições dentro da SEDUC, se encontravam em constantes ações externas nas escolas da RMEJ. Contudo, pensei que fosse ainda mais dificultoso, mas, entre agendamentos e remarcações, fui atendida de maneira respeitosa e confortável.

O grupo dos autores, por ser o de maior quantitativo de sujeitos e por pertencerem a diversificados contextos sociais, culturais e literários e não terem um *locus* fixo em que eu pudesse encontrá-los, foi a parte mais trabalhosa em relação à coleta de dados, acrescido da (in) disponibilidade e divergências de horários, haja vista que, assim como eu, eles também conciliam atividades de estudo e trabalho, ou o exercício de outra profissão com a escrita literária. Dessa maneira, as entrevistas, que foram semiestruturadas, se iniciaram com eles – e uma delas foi realizada ainda em 2018, assim como, as últimas; infelizmente, um desses sujeitos, eu não consegui entrevistar, pois, depois de muitas remarcações seguidas de imprevistos - devido ao emprego atual do autor, não tive condições de colocá-lo na pesquisa. Assim, em vez de serem apresentados dados de sete sujeitos/autores, apresento as considerações de seis sujeitos/autores.

4.1 ESTREITANDO RELAÇÕES COM O CAMPO E SUJEITOS DA PESQUISA

No segundo semestre do ano de 2018, quanto tive o primeiro contato formal com a escola para esta pesquisa, apresentei meu projeto e pedi à Gestora a concessão das assinaturas dos documentos que me autorizavam a realização. Foi uma recepção tranquila e consegui sem maiores dificuldades; advertiu-me somente que a SEDUC deveria estar ciente da realização e ter dela também a assinatura que permitiria a coleta dos dados. A instituição se chamava Colégio Municipal Paulo VI e não funcionava em tempo integral, como passou a ser no ano de 2019.

A construção do Colégio Paulo VI começou em 1965 e sua inauguração deu-se em 1967. Nesse período, oferecia o antigo 1º Grau Completo e o 2º Grau com formação em Assistente de Administração. Em 1994, o Colégio foi reformado e reequipado. Embora ainda não seja de conhecimento geral – dada a inesperada mudança, que surpreendeu até mesmo os professores em atividade na instituição, o Colégio Paulo VI modificou boa parte de sua dinâmica de mais de cinquenta anos e tornou-se a Escola em Tempo Integral Paulo VI. Atualmente, é a maior escola da RMEJ, tanto em estrutura física, quanto em quantitativo de docentes e discentes; atende cerca de mil alunos nos níveis de Ensino Fundamental I e II, e funciona no período matutino e vespertino das 07h30min às 17h00min.

Imagem 1: Entrada da Escola em Tempo Integral Paulo VI



Fonte: Rosa, 2019.

O trânsito, para uma escola em tempo integral, aconteceu no final do ano de 2018, não por uma sugestão da comunidade escolar, mas pelo desejo da SEDUC em consonância com a equipe gestora. Esta última visitou outras escolas em tempo integral a fim de conhecer sua dinâmica. Dessa forma, a SEDUC providenciou o processo de transição que, em março deste ano (2019), ainda não havia se consolidado, pois devido ao acréscimo de horas/letivas muitos

professores não conseguiram permanecer na escola, o que gerou uma evasão no quadro e uma espera por novos professores para ocupar essas vagas.

Além da falta de professores para lecionar nas dezenove turmas, não havia equipamento suficiente para a feitura da alimentação, uma vez que, nas escolas desse perfil, os alunos fazem diariamente três refeições. Desse modo, ficou acordado com pais e professores que, nesse início de período escolar, todos os alunos seriam liberados no final do turno matutino; contudo, mesmo assim, o número de docentes não era suficiente para assegurar em todas as turmas um período completo. Assim, de maneira paliativa, solucionou-se o (im) previsto com os horários dos professores feitos diariamente para que, nem sempre, a mesma turma saísse mais cedo. A Coordenadora me relatou que era uma situação temporária e que a escola nada podia fazer, pois aguardava da SEDUC a vinda dos professores, e o material estrutural para a cozinha que também já estava sendo providenciado. E, de fato, foi, pois, antes do início do segundo semestre, a escola já estava funcionando em tempo integral.

As aulas iniciaram com dezenove turmas ao todo, cinco aulas no período matutino e, posteriormente, cinco aulas no período vespertino após regularização da equipe docente. A escola possui quatro turmas de 9º anos e oferta dezessete disciplinas. As docentes que são sujeitos da pesquisa lecionam, nessas quatro turmas, as disciplinas de Português, História e Artes. Dessa maneira, dentre as disciplinas ofertadas, essas foram escolhidas por entender que elas são as mais próximas do objeto de pesquisa, e não foram contempladas: Matemática, Ciências, Geografia, Ensino Religioso, Inglês, Cultura Digital, Protagonismo Juvenil, Educação Ambiental, Iniciação Científica, História da Cultura Afro, Estudo Orientado, Tênis de Mesa, Xadrez e Educação Física.

Por conta do quantitativo de alunos, há duas coordenadoras pedagógicas, uma para os sextos e sétimos anos, e outra para os oitavos e nonos anos. A Coordenadora, que é um dos sujeitos desta pesquisa, foi uma atenciosa mediadora, apresentou-me as discentes e equipe gestora, a mesma possui formação em Letras – Língua Portuguesa e suas Literaturas pela UPE, concluída em 1982, uma especialização em Língua Portuguesa e, outra, em Coordenação Pedagógica pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Trabalha há 36 anos na escola e exerce a função de coordenação pedagógica desde 2009; já foi gestora, participante de coordenação e, no início da profissão, lecionou nessa mesma escola e conciliava com a Rede Estadual de Ensino da Bahia.

O Vice-Gestor concluiu a licenciatura em Geografia, também pela UPE, no ano de 2012. Lecionou durante cinco anos na sua área de formação e está há dois anos no cargo de gestão pelo desejo de experimentar novos desafios. Conhece um pouco da literatura local; embora admita que não tenha uma prática de leitura, mencionou os livros de Manuca Almeida, Bebela, já foi a saraus no Quintal do Poeta, espaço literário na casa do poeta Manuca, atualmente administrado por Lu Almeida, desde o falecimento do poeta em novembro de 2017.

A Gestora é formada em Letras – Língua Portuguesa e suas Literaturas (UPE); especialista em Gestão Escolar (FTC) e mestrado, também, em Gestão Escolar em Évora (Portugal) terminou em 2011. Sempre trabalhou na área da Educação, começou na RMEJ em 1994 quando tinha apenas o Magistério – para os anos iniciais não precisa ter nível superior em Pedagogia; de 1996 a 2004 atuou enquanto gestora; em sequência, lecionou a disciplina de Língua Portuguesa e, em 2018, foi eleita pela comunidade, na proposta de Gestão Democrática, como gestora do então Colégio Paulo VI, atualmente: Escola em Tempo Integral Paulo VI.

Para além disso, como dito, as disciplinas escolhidas são lecionadas por três professoras que dão aula nas quatro turmas de 9º ano. Cada qual exerce sua função correspondente à área de formação, com exceção da Professora de Artes, que é formada em Pedagogia. Outra curiosidade é que, embora seja formada desde 1996, a Professora de História passou dezoito anos dando aula de Geografia em outra escola, também da RMEJ, e pela primeira vez está lecionando na área. Todas são formadas pela UPE; a mais recente, de Língua Portuguesa, no ano de 2000, e a mais veterana, de História, no ano de 1996.

Sendo a única nascida em Juazeiro/BA, dentre as professoras pesquisadas, a Professora de Língua Portuguesa trabalha há cinco anos na escola e é graduada em Letras – Língua Portuguesa e suas Literaturas e especialista em Psicopedagogia, ambas pela UPE; especialista, também, em Gestão Educacional pela UFBA e, atualmente, graduanda em Direito pela Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina (FACAPE). A professora possui quarenta horas de atividades na escola, correspondentes a seis horas/aulas semanais que ela mesma divide em: duas para Gramática, duas para Produção Textual e, por último, duas para Literatura. Na nossa primeira conversa, a professora demonstrou gostar muito de lecionar, e o fato de ela mesma dividir e incluir Literatura como uma parte da disciplina de Língua Portuguesa me chamou a atenção.

A Professora de Artes é formada em Pedagogia (UPE) e possui especialização em Psicopedagogia, sendo natural de Belém do São Francisco/PE. Está em Juazeiro/BA há vinte anos, quando começou a lecionar na unidade de ensino pesquisada. Sua disciplina possui a carga horária de duas horas/aulas semanais e faz com que a professora dê aula em boa parte das turmas da escola, inclusive nas quatro turmas dos nonos anos que são diretamente relacionadas à pesquisa. É, talvez, importante lembrar que os sujeitos não são os alunos, mas as professoras que lecionam nas últimas turmas do Ensino Fundamental II.

Dentre essas três professoras, a de Pedagogia é a que está há mais tempo na escola é também a única que leciona em uma área diferente da formação acadêmica, o que é, infelizmente, comum na RMEJ; contudo, muito incoerente já que na cidade tem um curso de licenciatura em Artes Visuais pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) desde em 2009, e sua primeira turma formada em 2013.

A Professora de História é a mais recente na escola e, pela primeira vez, está lecionando a disciplina na sua área de formação; outra discrepância muito comum na RMEJ, agora, está com o desafio de colocar em prática sua formação acadêmica e (re) direcionar os conhecimentos adquiridos ao longo de quase vinte anos de exercício da disciplina de Geografia. É natural de Mirandiba/PE, mas há 22 anos mora em Petrolina/PE e há dezoito anos leciona na RMEJ; das três professoras ela é a única que não reside em Juazeiro/BA. Sua disciplina possui a carga horária de duas horas/aulas semanais; a escola também oferta a disciplina de História da Cultura Afro.

Os sujeitos/autores que fazem parte desta pesquisa são todos moradores de Juazeiro/BA, sendo três autoras e três autores de diferentes faixas etárias. A mais jovem possui 21 anos e a mais experiente, 91 anos. A Autora R é a mais jovem das entrevistadas, considera-se autora desde os treze e é a primeira mulher publicada pela Editora CLAE; é também atriz do Coletivo Abadias de Teatro Negro e idealizadora do Coletivo DANDARAS, no qual apresenta, junto com outras atrizes, a performance *Amarras*. É militante no direito das mulheres negras e fortalece a cena literária porque entende a Literatura como um ato político de resistência.

O Autor J tem 34 anos e cinco livros de poemas publicados. Considera-se um autor desde a publicação do primeiro livro em 2012, mas, desde 2004, já participava de pequenas

publicações em jornais e revistas. Atualmente, desde 2012, compartilha com outro poeta a propriedade da Editora CLAE – editora independente localizada em Juazeiro/BA, que vem, em sua maioria, publicando autores de Juazeiro/BA, Petrolina/PE e região circunvizinha.

A Autora P tem 40 anos e escreve poemas há cerca de vinte; contudo, sua percepção de autora enquanto profissão veio somente há uma década. Têm três livros publicados: o primeiro foi feito diretamente em uma gráfica e os dois últimos publicados pela Editora CLAE. É formada em Direito pela UNEB, e Letras Língua Portuguesa e Suas Literaturas pela UPE, atua como professora de Português da Rede Estadual de Ensino de Pernambuco há onze anos, além de participar de palestras, saraus, recitais, conversas literárias é idealizadora do Sarau [DI] Versos que funcionava na Escola de Referência em Ensino Médio Clementino Coelho (EREMCC) e organizadora do Grupo Vozes Mulheres – Além das Margens, que vem produzindo recitais e discutindo a literatura produzida por mulheres no VSF.

O Autor A é um poeta de 43 anos, que nasceu em Juazeiro/BA. Nos anos de 1990, publicou, juntamente com outros colegas, em fanzines e antologias. Lançou em 2002 seu primeiro, e único. Além disso, seus poemas estão em duas antologias produzidas na região do VSF, um pouco mais distante da Literatura, o poeta continua a escrever e se dedica a sua outra profissão de contador.

O Autor M tem 50 anos e considera-se autor desde os 26 anos quando teve seu primeiro poema (re) conhecido. Formado em Pedagogia pela UPE, com especialização em ECSAB pela UNEB. Ao longo de quinze anos dedicados à educação, já foi professor, gestor de programas pedagógicos, coordenador e atualmente é secretário escolar. Possui um livro, publicado que foi feito artesanalmente pelo poeta Virgílio Siqueira (Petrolina/PE) em sua pequena editora artesanal *Arte-Ofício*.

E, por último, a autora B é uma importante idealizadora da cultura e literatura de Juazeiro/BA, licenciada em Letras Língua Inglesa, especialização em Metodologia de Ensino Superior pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Tem vasta experiência como diretora de vários colégios em Juazeiro/BA, também foi Secretária de Educação, Cultura e Administração. Publicou alguns livros sobre a cultura juazeirense, principalmente, referindo-se às lendas e sua forte relação com o Rio São Francisco. A Autora B é uma contadora de histórias, uma referência quando se refere aos mitos e lendas do Rio São Francisco.

4.2. A BUSCA PELAS VOZES DO DISCURSO DA INSERÇÃO

Compreender em quais situações ocorre e quais são os sujeitos implicados no discurso pela inserção do autor local é importante para identificar de onde partem as vozes que acreditam que essa produção literária é importante para a sociedade, principalmente, em contato direto com o currículo da RMEJ, que é o foco de trabalho aqui apresentado. Assim, neste tópico, através dos três grupos implicados na pesquisa – autores, escola e SEDUC – mostro o que dizem esses sujeitos pela inserção do autor local nas escolas da RMEJ.

Então, vamos partir do começo; nos caminhos que a pesquisa me levou, tomei conhecimento de que, antes de trazer à cena a perspectiva da inclusão do autor local no currículo, esta já fora motivo de discussões anteriores, sendo que a mais estruturada delas aconteceu nos últimos dias do mês de abril do ano de 2016, quando um grupo de autores de Juazeiro/BA e Petrolina/PE se reuniu na grama da Praça da Catedral de Petrolina/PE, para gravar vídeos de convocação para o evento *Bate-papo com o autor*, uma conversa que teve como convidados os autores do VSF, para apresentarem seus “olhares do fazer literário” no Vale².

Esse bate-papo teve a promoção da Livraria SBS em parceria com o CLAE (Círculo Literário Analítico Experimental) e Editora CLAE, dentro da programação do 3º Congresso Internacional do Livro, da Leitura e Literatura no Sertão (CLISERTÃO), que se realizou na cidade de Petrolina/PE, no período de 2 a 6 de maio de 2016. O *Bate-papo com o autor* estaria dividido em diversas mesas, distribuídas nos dias 03, 04 e 05 de maio, sempre às 19h, Praça do Livro da UPE, *Campus* Petrolina/PE, cujos temas se organizaram da seguinte forma:

- No dia 03/05/2016: *Olhares do fazer literário: Produção independente e seus caminhos – Literatura em tempos de rede sociais*, mediação de José Barbosa, e com as participações de Anielson Ribeiro e John Williams B.;
- No dia 04/05/2016: *Olhares do fazer literário: Perspectiva autoral – O que é ser um escritor no Vale do São Francisco?*, mediação por Josemar Pinzoh, e com as participações de Lupeu Lacerda e Jonatha de Alencar;

² Conforme informações que acompanham a publicação de uma série de 5 vídeos, cujo primeiro, constante no endereço <https://www.youtube.com/watch?v=iUOIMHZobIY&t=6s>, foi postado em 28 de abril de 2016.

- No dia 05/05/2016: *Olhares do fazer literário: Vivências literárias – Literatura no contexto educacional*, participações de Manollo Ferreira da Silva e Sidroniosa Pinheiro, tendo por mediador Ângelo Roncalli.

Os 5 vídeos de convocação para esse evento foram postados no Youtube, respectivamente, em 28, 29 e 30 de abril, e 2 e 3 de maio de 2016. No vídeo postado em 2 de maio, o autor Manollo Ferreira da Silva se pronuncia:

Eu busco reconhecimento em relação à valorização do escritor, aqui no Vale. Eu falo Vale, né, abrangendo as cidades de Petrolina, Juazeiro e as cidades circunvizinhas. E, dentro desta perspectiva, a gente pensa, né, que um dia a literatura regional, a **literatura local** possa ser trabalhada no contexto escolar, né, no âmbito escolar. Que isso um dia possa tornar-se, talvez, um projeto de lei, para que a literatura, né, venha ser inserida, né, no âmbito escolar, para que as crianças conheçam essa **realidade local** pra depois partir para um, né, para um conhecimento de uma literatura mais... mais global. Então, a perspectiva é esta, de que a literatura regional possa ter esse reconhecimento, né, o que nós produzimos aqui faça com as crianças já comecem a conhecer esses trabalhos, né, **conheçam o texto literário local para que possa, assim, depois, conhecer o global**, no que diz respeito, no tocante à valorização, né, do escritor, né, do **produtor literário local** (grifo nosso).

Percebo, na narrativa desse autor, que há uma dicotomia entre a literatura local e a literatura global, uma vez que a busca pelo reconhecimento da Literatura, que é produzida no VSF é entendido como um percurso para se chegar à literatura global, um caminho de ampliação literária que me lembra do princípio de Tolstói (2019) que diz “se queres ser universal, começa por pintar a tua aldeia”. Um pensamento que parafraseio como “se queres conhecer o universo da Literatura, começa por (re) conhecer os autores que estão em seu entorno”.

Infelizmente, uma série de ocorrências tornou mal sucedida a iniciativa de fazer o *Bate-papo com o autor* dentro da programação do 3º CLISERTÃO. Dessa maneira, a Livraria SBS, dentro de uma de suas iniciativas chamada *Queimando a Língua*, reabriu essas discussões com os/as autores do VSF, e nessa ocasião, o poeta Manollo Ferreira da Silva argumentou sobre a idealização da feitura de um Projeto de Lei que obrigasse as Secretarias de Educação, sobretudo de Juazeiro/BA - cidade em que o poeta reside, a incluírem dentre suas aquisições as produções literárias dos autores da região para que as bibliotecas das escolas da RMEJ pudessem ter no seu acervo a Literatura produzida na região.

4.2.1 O Falar e o Fazer pela Inserção dos Autores Locais

Há um consenso entre os quatorze entrevistados sobre a importância de inserir o autor local no currículo das escolas municipais, os motivos são diversificados e partem da realidade de cada sujeito que se propõe a isso.

Dentro do grupo dos autores, a Autora R – que é a mais jovem autora da pesquisa – parte de dois lugares de fala importantes de serem analisados: as ações literárias de que participa, enquanto autora, e a referência à escola de onde saiu recentemente. Como aluna, ela argumenta que se, durante o período escolar, tivesse conhecido autores locais e suas respectivas obras, isso a motivaria a produzir ainda mais, pois teria pessoas próximas em quem pudesse se espelhar. Para além disso, acredita que, se tivesse referências desses autores conterrâneos na sala de aula, conseguiria o tão almejado apoio da família, que não demonstrava interesse nesse ato criativo, pois não o entendia como profissão capaz de assegurar as necessidades cotidianas.

Ainda em relação a sua vivência escolar, a Autora R menciona que a escola somente apresentava os escritores consagrados e esquecia os novos, que não fazem parte do cânone literário; contribui, assim, para um distanciamento do autor e leitor, pois, ao conhecer a obra, mas não ter o contato com quem produziu, é difícil ter esse autor como uma referência para aqueles que têm esse ensejo de começar (ou continuar) com a escrita literária, pois, segundo a Autora R, “a escola só coloca tipo escritores antigos que são sempre aqueles revistos, Drummond, Cecília, só os consagrados e esquece dos novos. Isso desestimula tanto a escritura de quem quer começar, a literatura daqueles que querem começar” (AUTORA R, 2019).

Nesse contexto, conforme opinião da Autora R, muitas vezes, o autor é visto como longínquo e inacessível, uma pessoa que está fora da realidade do aluno e com este não dialoga. Como autora, ela afirma participar ativamente dos projetos desenvolvidos no VSF ao recitar seus poemas autorais do seu único livro, que foi publicado pela Editora CLAE. A Autora R leva em consideração o trânsito literário comum entre as cidades de Juazeiro/BA e Petrolina/PE e defende que essas duas cidades estão em constante movimento de trocas e vivências.

Embora defenda a ideia da inclusão do autor local nas escolas, a Autora R não procurou e também não foi procurada pela SEDUC para apresentar sua produção literária; já através da

Secretaria de Cultura, Turismo e Esportes (SECULTE), recebeu alguns convites para se apresentar em esporádicos eventos. Dessa maneira, expõe que, através de atitudes individuais e coletivas, começou a inserir seus poemas nas escolas, e argumenta: “eu não sei se me conhecem, não sei se meu nome já foi citado em alguma proposta de literatura nas escolas, mas a minha atuação de levar livros à escola partiu, assim, de mim” (AUTORA R, 2019).

Isso porque apresentou seus poemas em uma escola da Rede Estadual de Ensino de Pernambuco, na cidade de Petrolina/PE, a convite de uma colega poeta, de semelhante idade e temática literária, que lá estudava. E em parceria com sua antiga professora de Língua Portuguesa, retornou à escola em que estudou o Ensino Médio e conversou com alunos sobre seu livro. Essa professora foi uma das maiores incentivadoras para que a Autora R continuasse a escrever, revisava seus poemas, ajudou a comercializar seu livro e, mesmo não apresentando autores locais aos alunos, soube (re) conhecer e estimular uma autora que estava ao seu redor. Assim, “então eu entendo que, dentro da escola, há professores que querem também que... propõem essa iniciativa, que vão contra o currículo escolar, de colocar os escritores locais dentro” (AUTORA R, 2019).

Para a Autora P, que também é professora de Língua Portuguesa do Estado de Pernambuco, a importância desse discurso de inserção é semelhante ao pensamento da Autora R, e está ligado à expansão da Literatura na escola para além dos cânones literários, que, segundo a Autora P são importantes, mas não podem ser a única Literatura apresentada aos estudantes: “não que a gente não deva... que a escola não deva estudar esses autores (*clássicos*), deve sim” (AUTORA P, 2018).

Segundo sua opinião, os alunos precisam conhecer autores que compartilhem do mesmo espaço, tragam nos seus escritos elementos comuns da região, utilizem uma linguagem próxima e não somente tenham como referências literárias autores de outras regiões do país. Uma vez que “é importante também que os escritores locais tenham espaço, sejam lidos, sejam estudados, sejam reconhecidos, até porque *ele representa* essa cultura local, essa história local” (AUTORA P, 2018).

Lançando recentemente seu terceiro livro e às vésperas de defender uma pesquisa de mestrado sobre as Vozes Femininas no VSF, a Autora P menciona que falta uma maior divulgação da SEDUC e dos órgãos públicos sobre quais projetos são desenvolvidos nas escolas, e se têm

projetos literários que visam a esse conhecimento do autor e da leitura das obras locais. O que sei, pelas palavras da própria Secretária de Educação, é que as ações de inclusão são ainda muito tímidas e que pouco se tem feito. Com base nas respostas dadas pelos sujeitos, já que há, pelo menos, um reconhecimento dessa escassez, o que faltam são projetos que priorizem e oportunizem essa prática da inserção. Pois “a gente poderia ter ampliado isso desde 2009, que a gente tá aqui, né, o mesmo governo, então já tem dez anos, a gente poderia ter tido mais velocidade” (SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, 2019).

Sem se eximir de sua responsabilidade enquanto uma possível proponente dessa ação, a Autora P diz que, ainda, não mostrou seus livros à SEDUC, e que, também, não recebeu nenhuma proposta e/ou convite. Além disso, não conhece ninguém que tenha ido e que tenha obtido êxito. Contudo, passou a refletir sobre a ausência dessas propostas que pela crença de que essa ida não surtirá efeito, tanto ela quanto outros autores não tentam essa aproximação. Isso posto, a Autora P menciona que “eu fico pensando se também não falta da gente, enquanto autor essa busca ou essa iniciativa de buscar o contato, o diálogo, fico pensando, por exemplo, que eu nunca tentei, mas que seria interessante sim” (AUTORA P, 2018).

Já com a SECULTE, no ano de 2018, a Autora P teve uma aproximação quando participou de uma seleção do Programa Usina Cultural, que aconteceu em Juazeiro/BA e previa um intercâmbio de apresentações e produções de várias linguagens artísticas nas escolas e/ou comunidades do município. Seu projeto *Oráculo Literário*, que visava fazer intervenções poéticas com a literatura das mulheres escritoras da região do VSF, não foi aprovado, mas, para uma grata surpresa, outros autores que fizeram propostas com o intuito de desenvolver ações literárias foram aprovados, como o *Fábrica de Letras* – inspirado no livro *Quebranto* (2012), do autor juazeirense João Gilberto Guimarães Sobrinho, e a publicação póstuma do livro *Coesia* (2018) do poeta juazeirense Manuca Almeida, falecido em 2017.

Para o Autor J, a inserção é necessária porque os autores locais são mais próximos dos discentes da RMEJ do que os autores que, geralmente, são apresentados; uma vez que essa seria uma ação de estreitamento de laços, em que haveria um maior contato entre autor e leitor, o que, talvez, possibilitasse o surgimento de novos escritores e leitores.

Conforme citado anteriormente, e reiterado aqui pelo Autor J, o costume da escola em trabalhar somente com os clássicos, causa um desestímulo nos discentes, pois, na maioria das

vezes, esses autores já são falecidos, distantes geograficamente e, talvez, em decorrência disso, há uma idealização acerca desse ser humano, que não é compreendido como uma pessoa do cotidiano. Segundo ele, “a distância entre esse o clássico e a realidade daquele aluno, a distância do espaço em que ele vive, tudo isso eu acho que afasta o jovem do interesse pela literatura, então é fundamental” (AUTOR J, 2019).

A Autora B, no ano de 1968, assumiu o primeiro cargo da diretoria do Departamento de Cultura de Juazeiro/BA que, no mesmo ano, transformou-se em Secretaria de Educação e Cultura de Juazeiro/BA. Semelhante a alguns momentos conhecidos, porém, diferente dos dias atuais, a Secretaria atuava tanto na área de Cultura quanto de Educação. A veterana do grupo dos autores pesquisados é também a mais conhecida pelos sujeitos desta pesquisa; dentro do grupo da escola, seu nome é mencionado por toda a equipe gestora, por uma parte das professoras e alguns colegas autores, além de ser (re) conhecida pela atual Secretária de Educação, que disse já tê-la convidado para eventos nas escolas.

Ao também compartilhar desse discurso da inserção, a Autora B levanta questões importantes de serem discutidas. Há dois pontos recorrentes em sua fala que precisam ser levados em consideração: o alto custo de edição dos livros e a pouca valorização literária por parte da população. Recorda que, ao longo dos anos em que vem produzindo, somente um livro, recentemente, teve apoio da Prefeitura Municipal de Juazeiro/BA. Para a Autora B (2019) “o autor local é um sofredor” e se continua a escrever é porque não consegue viver sem essa prática.

Referente ao alto custo da edição mencionado pela Autora B, infelizmente, esse é um problema do comércio literário em todo o país; as editoras retêm a maior parte do valor do livro e, em contrapartida, produzem uma quantidade maior e ampliam o poder de alcance dos leitores nas livrarias, que não são mais tão numerosas – haja vista a quantidade de livrarias constantemente desativadas no país.

Há quem prefira as pequenas editoras que fazem uma tiragem menor do livro e detêm, respectivamente, um menor poder de circulação; ou além dessas opções, há a procura por editoras independentes ou gráficas que imprimem a um custo baixo e os livros são mais modestos esteticamente e comercializados pelos próprios autores. São escolhas, e com elas seus ônus e bônus. Em Juazeiro/BA, a última prática é mais adotada e os livros são

encontrados junto aos autores. Essa escolha gera dois impasses: a primeira é conseguir localizá-los e comprar *na mão* desses autores, a outra é se a pequena tiragem dá conta de atender a todos os leitores interessados.

A segunda problemática levantada pela Autora B está no fatídico costume que as pessoas têm de procurarem a produção local somente em momentos pontuais, principalmente, a comunidade escolar, quando vai realizar trabalhos nas datas comemorativas da cidade. Dessa maneira, “lhe digo que os livros bem usados é o do Doutor Edson, o nosso e o *Juazeiro na esteira do tempo* (2005), que não é um livro bonito, são datas, que é mais fácil *pra* ler, atas, não é, eu acho um erro essa falta de amor à cidade” (AUTORA B, 2019).

A partir dessa fala, é possível perceber também a crítica que faz a Autora B ao que chama de “sentimento nativista” (2019), quando se refere aos cidadãos contemporâneos da cidade. Menciona que pelo fato de a maioria não conhecer a história de Juazeiro/BA, sendo nascidos ou não na cidade, acabam não dando o devido valor às obras nela produzidas, os escritos que a ela se referem. Outrossim, ao contrário do que acontece na cena literária juazeirense, há uma frequente procura por seus livros em outras cidades/Estados do país, a começar pela cidade vizinha, Petrolina/PE.

A Autora B acredita na importância da inserção do autor local porque, sendo eles filhos da terra, a sua escrita ajudaria a registrar a história da cidade para que ela não fosse esquecida. Ela mesma afirma que foi protagonista dessa inclusão há alguns anos, quando era professora de Língua Portuguesa e Inglesa, além de, frequentemente, ter sido convidada, como autora, a ir às escolas contar histórias sobre as lendas de Juazeiro/BA e seus antigos vapores – vivências do folclore que estão registrados em seus livros, a maioria deles associados ao Rio São Francisco e às histórias da cidade de Juazeiro/BA.

O Autor A entrou por último nesta pesquisa por uma necessidade de compreender diferentes faixas etárias e grupos de autores, pois, como mencionou o Autor J, é comum que os autores da cidade montem seus próprios grupos literários com aqueles que compartilhem de suas ideias. E como um autor vai levando a outro, outros sujeitos que não estavam previamente definidos entraram nesta ciranda que, como canta Lia de Itamaracá, “não é minha só, ela é de todos nós, de todos nós” (AUTOR A, 2019).

Assim, o Autor A, como os demais colegas autores, gostaria de ter seu livro trabalhado nas escolas da RMEJ, com a ressalva de não inserir nos primeiros anos devido à temática adulta de sua produção. Mas, defende que tanto seus poemas, quanto suas prosas venham a ser inseridas “não simplesmente como um escritor local, mas como um escritor dentro de um cenário da poesia e dos escritos brasileiros, como um escritor brasileiro” (AUTOR A, 2019). Nessa fala, ele também deixa evidente seu posicionamento em relação ao conceito de autor local, que já foi outrora mencionado.

No intuito de contribuir para a inserção da produção local, há alguns anos, o Autor A idealizou a feitura de uma coletânea com textos de poetas juazeirenses e petrolinenses, na perspectiva de ser utilizada nas escolas do município de Juazeiro/BA e Petrolina/PE, nas suas diversificadas redes: municipal, estadual ou particular, “que fosse um livro interessante de ser lido por essa geração mais nova, mas foi um projeto que eu não levei à frente” (AUTOR A, 2019). Infelizmente, foi mais um projeto promissor que não foi levado adiante, devido à escassez de tempo para realizar a pesquisa, a análise crítica e a logística da produção.

O Autor A não procurou a SEDUC e também não foi convidado para nenhuma ação por ela promovida e desconhece que a SEDUC tenha a prática de realizar ações com os autores da cidade. Atualmente, de todos os autores entrevistados, ele mesmo, ao continuar a escrita literária, é o que se mantém mais distante das atividades literárias e dos círculos de autores, contudo não foi sempre assim, nos anos de 1990 produziu, juntamente com outros colegas autores, a Revista *Art Pop Zine* (1995), participou das antologias literárias *Poetas em Rebulição* (2001) e *Prosadores em Rebulição* (2003), ambas organizadas pela União Brasileira de Escritores (UBE) – Núcleo de Petrolina/PE, e foi nesse período que começou a se entender como um autor; hoje, além de continuar a atividade literária, exerce a profissão de contador.

O Autor M converge e ratifica a opinião do colega anteriormente citado. Na sua perspectiva, a inclusão dos autores conterrâneos – ou como se prefira chamar – é importante porque precisamos conhecer não somente os autores de outras regiões, mas também o que os autores que estão em nosso entorno pensam, produzem, imaginam. Sendo eles tão importantes quantos quaisquer outros profissionais de outros Estados, defende que “o escritor ele não é local, ele é universal, então essas produções literárias *pra* mim... eu leio como qualquer outra que eu já li de grandes autores renomados no país e fora do país” (AUTOR M, 2019).

Foi também o Autor M que, durante o debate *Queimando a Língua*, ocorrido em 2016 na extinta Livraria SBS e já informado aqui, protagonizou uma fala sobre um possível Projeto de Lei que obrigasse as bibliotecas das escolas da rede municipal e estadual a adquirirem livros dos autores da região, debate esse que teve controvérsias, pois estavam presentes outros autores do VSF, e um autor em específico não concordou com a ideia da obrigação da leitura, sobre o argumento de que induzir os estudantes a lê-los seria uma forma equivocada de apresentar essas obras; o ideal era que as obras fossem lidas por elas mesmas.

Contudo, o Autor M argumentou que a obrigação seria da oferta desses livros e não da leitura, e já que as bibliotecas estão abastecidas com autores de outras regiões, essa seria uma alternativa “*pra* que o aluno, estudante, tivesse acesso, viesse a conhecer as produções, *né*, criadas aqui na nossa região, por pessoas que nasceram aqui na nossa região” (AUTOR M, 2019). O possível Projeto de Lei ainda continua em processo de organização, mas a procura por espaço nas escolas é contínua e anterior a essa ideia. Segundo ele “esta é uma bandeira que a gente tem ostentado” (AUTOR M, 2019). É perceptível que esse não é um discurso isolado; há, no mínimo, um grupo de autores que comunga dessa proposta de inserção dos autores locais no currículo escolar.

No ano de 2015, quando lançou seu primeiro livro, o Autor M procurou a SEDUC na intenção de que seu exemplar fosse adotado para as escolas da RMEJ. No entanto, não obteve êxito, o Secretário de Educação da época “não demonstrou nenhum interesse” (AUTOR M, 2019), o que não impediu que o livro chegasse às escolas e fosse trabalhado por outros profissionais, tanto da RMEJ quanto da Rede Estadual de Ensino. Desse modo, “o meu livro está entrando na escola por meio dos professores *mesmo*, e alguns profissionais da área da educação que adotaram meu trabalho para se trabalhar em sala de aula” (AUTOR M, 2019).

4.2.2 Onde se encontra o Autor Local?

As entrevistas realizadas na SEDUC, que tiveram como representantes a atual Secretária de Educação e a Superintendente Pedagógica, constituem nas maiores respostas a serem analisadas e são de extrema importância nessa triangulação de dados, já que essa instituição é a maior instância na hierarquia quando se refere à RMEJ. E, se as coisas, muitas vezes, acontecem de cima para baixo, esse é um clássico exemplo dessa ação, pois a autonomia da

escola em compor sua própria programação é bem restrita, seja por questões conceituais, orçamentárias ou meramente de poder e controle da ação educacional.

Já que está se falando em Rede, em que as coisas estão interligadas, o que pude perceber, durante as observações e entrevistas, é que há uma proposta modelo que parte da SEDUC e que contempla todas as escolas do município, em que se desvencilhar dessa hierarquia é possível, mas também é complexo e requer, além de desejo de mudança, a busca por conhecimento para além das diretrizes já indicadas. Pois, como não existe uma Lei ou portaria que coloque essa inserção do autor local nas escolas, como uma medida obrigatória, quem considerar relevante a produção literária do VSF deverá, por sua própria vontade, criar estratégias para inseri-la nas práticas cotidianas da escola ou da sua própria aula.

A atual Secretária de Educação do município de Juazeiro/BA assumiu a gestão há apenas dois anos; contudo, sua experiência dentro de secretarias já chega quase a ser debutante. Com formação em Pedagogia desde 2005, ela se encontra fora da sala de aula, onde esteve por uma década. Iniciou como Superintendente na Secretaria de Educação de Petrolina/PE, onde é de fato concursada e, posteriormente, ainda em Petrolina/PE, foi assessora do Secretário de Educação, Plínio Amorim. Em 2009, ao continuar como assessora de Plínio, que se tornou Secretário de Educação de Juazeiro/BA, foi cedida para Juazeiro/BA. Após o término da gestão de Plínio Amorim em Juazeiro/BA, permaneceu na SEDUC como assessora do novo Secretário de Educação, Clériston Andrade.

Após essas experiências na parte de gestão administrativa e de recursos, em 2017, ela assumiu a SEDUC como Secretária de Educação, e menciona que “estar secretária *pra* mim ainda é muita novidade, por mais que eu fosse assessora, mas as decisões não eram minhas, muitas decisões políticas *pra* educação não passavam por mim exatamente” (SECRETARIA, 2019).

Em relação ao discurso da inserção do autor local nas escolas da RMEJ, a Secretária de Educação diz que, quando ocupava outras funções na SEDUC, percebia que não havia a presença dos autores locais nas aquisições feitas, e ela, por assumir outras demandas administrativas, não tinha autonomia dessa proposição. Contudo, relata que essa é uma preocupação da atual equipe, embora ainda seja uma atividade pouco desenvolvida devido ao processo burocrático para a aquisição dos livros – haja vista que a maioria dos autores não

possui nota fiscal, mas não somente por isso, talvez, falte o elemento principal dessa ação: o (re) conhecimento de sua importância explicitado no trecho abaixo,

Eu acho que não é só porque, às vezes, o processo burocrático da aquisição é difícil, isso é um dos motivos, mas não é o principal, eu penso que falta ainda reconhecimento da importância dos autores locais, né, ainda falta valorização, então tem uma coisa ou outra inserida na Rede, mas não tem grande... grande importância, do ponto de vista pedagógico eu acho que ainda falta essa consciência do quanto é importante trazer os nossos, que falam da gente, né? (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, 2019).

Assim, nas informações fornecidas pela Superintendente Pedagógica, uma das poucas ações desenvolvidas pela SEDUC consistiu no projeto *Conversa com o Autor*, que aconteceu em 2017, na Escola de Formação de Educadores de Juazeiro/PARLIM (EFEJ) e teve a iniciativa da Diretoria de Formação que está diretamente vinculada à SEDUC. Nessa ação, os autores eram convidados a participar de rodas de conversas e algumas turmas de escolas próximas se faziam presentes. Segundo a Superintendente Pedagógica, o projeto não teve continuidade “porque, na verdade, a gente também não tem um número grande de autores, pelo menos que sejam conhecidos... porque pode ter autores, mas talvez a gente não tenha essa informação de quem sejam essas pessoas” (SUPERINTENDENTE PEDAGÓGICA, 2019).

Essa afirmação dada pela Superintendente confronta, de maneira significativa, a percepção do Autor J que defende a necessidade da inclusão do autor local, além de outros motivos, também pelo quantitativo da produção e do diversificado repertório de temas e gêneros que não são uma característica comum de todos os lugares. Contudo, temos aqui e, muitas vezes, não é valorizada, seja por uma parte da população ou pelo próprio sistema educacional, “porque a gente têm escritores, agora têm lugares que não podem fazer isso porque não tem escritores para mostrar, a gente tem e não há uma valorização nesse sentido” (AUTOR J, 2019). O Autor J conta ainda que já reivindicou políticas de valorização do autor local a vereadores e aos responsáveis pela SEDUC, mas não foi algo que se concretizou.

A Superintendente Pedagógica não conseguiu lembrar quais foram os autores convidados e quantas edições tiveram essa ação, visto que foi uma proposta realizada pela Diretora de Formação, com a qual não tem contato direto. Observo, também, a falta de conhecimento em relação à amplitude de autores que há na cidade de Juazeiro/BA e circunvizinhança; na SEDUC, não há um registro dessa produção, a Superintendente conhece apenas seis autores e

a Secretária de Educação não mais que quatro. Ademais, tanto a Superintendente quanto a Secretária acreditam que a falta dessa inclusão é também ocasionada pela ausência de propostas dos próprios autores que não procuram a SEDUC para mostrar seus trabalhos literários. Desse modo,

Na verdade você até nos provoca a fazermos um mapeamento, primeiro a gente também tem que identificar quem são, eu citei alguns, se eu citei quatro ou cinco foram muitos, mas assim, com certeza em Juazeiro têm mais, eu penso que tem, mas a gente não sabe onde eles estão, eu acho que eles poderiam também nos provocar, nos procurar, mesmo que essa aquisição não seja instituição pela SEDUC, mas se eles se apresentam pode se haver essa possibilidade de se fazer essas vendas individuais, pensar numa exposição [...] porque na verdade a gente não sabe onde é que eles estão [...] eles também precisam se fazer mais presentes, botar a cara no mundo (SUPERINTENDENTE, 2019).

Com semelhante opinião, a Secretária diz que:

Como eu não atendia no gabinete até 2016 eu não sei se até lá eles procuravam muito, mas tendo assumido a Secretaria da Educação onde eu recebo muitos vendedores, muitos fornecedores todo tipo de produto que você possa imaginar, o que eu menos recebo é autor local, tá assim eu recebi, eu posso dizer: Tony Martins, Socorro Lacerda e Washington da Macaca Seca (SECRETÁRIA, 2019).

4.2.3 A Escola e sua Buro (demo) cracia

Ao mudar a rota, mas seguir em curso, dentro do grupo gestor da Escola em Tempo Integral Paulo VI (gestora, vice-gestor e coordenadora), há uma unanimidade na importância da inserção do autor local na escola, na maioria das vezes, por acreditarem que essa produção tenha elementos próximos da realidade dos alunos e, assim, possíveis de serem trabalhados em sala de aula; porém, conforme relatado pelo Vice-gestor “a escola não é autônoma, a escola é subordinada à Secretaria de Educação” (VICE-GESTOR, 2019) e se a SEDUC não protagoniza essa ideia de inserção a escola dificilmente conseguirá fazer sozinha.

Até porque, ao se referir às questões de contratação de autores e/ou a compra dos livros não é possível, pois, segundo o Vice-gestor, a escola controla somente dois recursos, o do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e o do Programa de Ajuda Financeira (PROAF), sendo o primeiro destinado à compra de produtos permanentes e o segundo para a manutenção da escola, o uso para outros fins seria entendido como desvio de finalidade, passível de punição processual, já que os recursos têm um destino específico.

Ademais, com as professoras a discussão da inserção do autor local nas escolas é aceita de modo muito festivo. Esse trio acredita que esses autores, através de suas obras, despertariam o sentimento de pertencimento no outro, uma vez que creem que eles estudam pessoas, casos, circunstâncias de uma localidade comum a ambos, sendo mais fácil você se conectar com aquilo que você conhece, que está próximo da realidade do que discursos longínquos, centrados em outros espaços e vivências. Dessa maneira, a Professora de Artes acredita que “o estudo, ele torna-se mais prazeroso, *né*, você tá estudando alguém que conhece sua região, que conhece sua problemática, então, acho que isso estimula, *né*, isso facilita a aprendizagem, eu concordo com isso, eu acredito nisso” (PROFESSORA DE ARTES, 2019).

A Professora de História ressalta a importância de que, no acervo das bibliotecas municipais, tivesse livros dos autores locais, pois é comum o insucesso na busca por essas obras. E argumenta que o ideal seria que a SEDUC providenciasse essa aquisição – sugestão que é compartilhada anteriormente pelo Autor M – pois, vez por outra, quando vai trabalhar essas obras com os alunos, ela precisa providenciar a compra, às suas próprias custas, e xerocar para os alunos. Isso gera outro problema, a obra literária começa a ser timidamente trabalhada nas escolas; porém, quem escreveu não recebe a justa remuneração pelo trabalho. Sendo assim,

Então seria muito interessante que a Secretaria de Educação se preocupasse um pouco mais com essa questão de livro, o livro é um instrumento importantíssimo para as escolas e vem outros livros e por que não pode vir dos nossos autores locais para valorizar a cultura local e o escritor local? Para despertar no nosso aluno também a vontade de escrever (PROFESSORA DE HISTÓRIA, 2019).

Esse é um questionamento muito precioso para a realização desta pesquisa e que é reiterado, algumas vezes, pelos sujeitos nela presentes, sejam os autores e, também, as professoras, como solucionar essa dificuldade de inserir as obras dos autores da nossa região nas bases curriculares que trabalhamos, visto que, até mesmo pela Legislação, essa atitude é possível. Pois, como afirma o artigo o artigo 26 da LDB

Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (BRASIL, 1996).

Ademais, a Professora de Português traz em sua fala uma analogia simples e interessante: “Como é que eu vou falar de semáforo para um menino lá do interior que não tem semáforo, mas, se eu for discutir algo que está presente eu posso mexer conscientemente [...], na literatura não pode ser diferente, eu posso começar daqui” (PROFESSORA DE PORTUGUÊS, 2019). Assim, entendo que os elementos presentes em sala de aula precisam fazer sentido para os sujeitos que dela fazem parte.

E já que a inserção da produção literária dos autores locais é vista de modo bastante positivo, o que fica evidente é que o discurso está firme, mas falta ainda o mais importante, que é a parte prática dessa ação – a efetiva aproximação e apresentação dessas obras e seus respectivos autores às instituições escolares. Não quero ser entendida no sentido de que o interesse pela Literatura deve ser restrito ao que é local, ou que essa Literatura venha por substituir a leitura dos clássicos; contudo, é necessário que esse local, com toda a diversidade e quantidade de produções deve ser levado em consideração e, assim, oportunizar aos alunos e professores outros repertórios literários.

4.3 A PRODUÇÃO LITERÁRIA DO VSF

O município de Juazeiro é localizado no Norte da Bahia, no Sertão Semiárido, uma cidade calorosa em seu sentido simbólico e literal, tem 140 anos e está localizado há 507 quilômetros de sua capital, Salvador. Também situado no baixo-médio São Francisco, é a maior e mais influente cidade do Território Sertão do São Francisco, formado por dez municípios, sendo cinco da borda do Lago de Sobradinho (Casa Nova, Pilão Arcado, Remanso, Sento Sé e Sobradinho) e mais outros cinco (Campo Alegre de Lourdes, Canudos, Curaçá, Juazeiro e Uauá), dos quais apenas Campo Alegre de Lourdes, Canudos e Uauá não estão na margem do Rio São Francisco. Dessas dez cidades, Juazeiro/BA cumpre a função de cidade-polo e funciona como centro comercial, cultural, educacional e de serviços, inclusive serviços públicos, principalmente de assistência social e saúde.

Juazeiro/BA é também conhecida como *Oásis do Sertão* ou *Terra das Carrancas*, possui uma rica e eclética cena cultural, terra de compositores consagrados como o *pai* da bossa nova - João Gilberto, a *rainha do axé* – Ivete Sangalo, Luiz Galvão dos *Novos Baianos*, Targino Gondin, de Manuca Almeida. Nessa cidade – que outrora se chamava Passagem do Juazeiro, nome que teve origem por ser um ponto de descanso para os boiadeiros que faziam a travessia

de boiadas e descansavam à sombra dessa árvore; conhecida também como Pé de Juá – é possível compartilhar da beleza do Rio São Francisco, que é fonte de inspiração para muitos autores da região, e avistar Petrolina/PE, com quem faz vizinhança e é a ela ligada pela Ponte Presidente Dutra. Juntas, essas duas cidades constituem o maior aglomerado urbano do SAB.

A cena literária do VSF possui uma visível movimentação, os autores são de diferentes faixas etárias, gêneros literários e publicam de diversificados modos, desde o livro artesanal feito pelos próprios autores, ao livro de uma pequena editora da cidade de Juazeiro/BA ou, por último, uma minoria que possui maior poder aquisitivo (ou recebeu algum tipo de apoio) e procura gráficas ou editoras de outras cidades. É comum que uma parte desses autores, principalmente os mais jovens, se junte em pequenos grupos e promova eventos literários. Outros preferem manter-se fora desses círculos públicos, expondo-se raramente.

Mesmo eu considerando, nesta pesquisa, o autor local como aquele que reside na cidade de Juazeiro/BA e com ela tem um convívio, independentemente de seu local de nascimento, ao dissertar sobre a cena literária de Juazeiro/BA, é impossível deixar de estabelecer relação com Petrolina/PE, são cidades vizinhas que promovem atividades literárias e colocam em trânsito os autores que nela residem. Essa é uma opinião tanto minha, como da maioria dos sujeitos desta pesquisa.

Em Juazeiro/BA, há as atividades literárias promovidas pela Editora CLAE, lançamentos de livros, apresentações do espetáculo Quebranto inspirado no livro homônimo do autor João Gilberto Guimarães. Esse espetáculo, nomeado inicialmente como *Fábrica de Letras* foi apresentado no Centro de Cultura João Gilberto – um equipamento cultural, localizado em Juazeiro/BA, inaugurado em 1986, que leva o nome do criador da Bossa Nova – e em algumas escolas da RMEJ através da aprovação no primeiro edital do Programa Usina Cultural promovido pela SECULTE que selecionou 22 propostas, dentre as mais de sessenta inscritas.

Concomitante aos eventos realizados pela Editora CLAE, em 2012, com o início das atividades de publicação essa pequena editora artesanal gerenciada por João Gilberto Guimarães e Jhon Williams - dois poetas da cidade, que começaram sua produção literária ainda na universidade onde publicavam a Revista *As Flores do Mal* (2013) – intensificou a produção literária, uma das causas foi por conta de o livro ter diminuído o custo, tanto para o

autor quanto para o leitor, acrescido de que a quantidade de impressões não precisa ser muito grande, o que, geralmente, não ocorre em outras editoras em que a tiragem é bem maior. A CLAE, somente de autores de Juazeiro/BA e Petrolina/PE publicou 22 obras, dentre elas, o romance *Febre* (2019) de Jhon Williams B., o livro de memórias *Canção de Ninar – nego d'água* (2017) de Wellington Monteclaro e dezessete livros de poemas.

São eles: *Quebranto* (2012), *Estigma* (2015), *Todos contra quase nada* (2018) e, por último, *O anjo dos outros* (2013) de João Gilberto Guimarães Sobrinho; *Só e Só* (2012), *A difícil arte da compreensão* (2015) de John Williams; *Palavra proibida* (2016) de João Gilberto Guimarães e Jhon Williams B.; *Moinho* (2016) de Ruthe Maciel; *Descontinuidades* (2012) e *Em Transe* (2017) de José Barbosa; *Pedilua* (2017) e *Endométrio* (2019) de Érika Pók Ribeiro; *Quarto escuro* (2016) de Anielson Ribeiro; *Bicho* (2015) de Jonatha Alencar, *Entre as flores alguma poesia* (2016) de Wladimir Von Czeckus; *Essência poética* (2017) de Mari Brito; *O suicídio de Bukowski* (2017) de Lupeu Lacerda.

O Bosque Coletivo é outro grupo, que vem, desde 2014, promovendo atividades culturais no VSF, surgiu dentro da UNIVASF nos *Campus* de Juazeiro/BA e Petrolina/PE, com estudantes dos cursos de Ciências Sociais, Artes Visuais, Engenharias e Administração que entenderam a necessidade de ocupar a Universidade com outros tipos de eventos. Assim, dentre outras atividades, o Bosque Coletivo realiza o Sarau do Bosque no Sertão do São Francisco, que consiste em uma importante atividade literária realizada em três cidades do VSF, passa por Uauá/BA, Curaçá/BA e finaliza no Arco da Ponte de Juazeiro/BA, em que são convidados alguns artistas locais para divulgarem seu trabalho, uma vez que o palco fica disponível para intervenções poéticas e artísticas durante a noite. Nesse espaço, os autores tanto de Juazeiro/BA, quanto de Petrolina/PE leem e/ou recitam trechos dos seus livros e aproveitam também vender sua produção.

Em Petrolina/PE, há também as atividades do grupo Ser Tão Poeta, que realiza saraus no River Shopping, no Parque Josepha Coelho, e um trabalho sistemático de oficinas de iniciação na Literatura de Cordel para alunos das escolas municipais do VSF. O grupo é formado por Graciele Castro (presidenta); Fabrício Nascimento (vice-presidente) e Kelmara Vasco (responsável pela divulgação e apoio técnico). Longe de querer romantizar essa complexa situação, é emocionante perceber a garra e organização de um grupo de jovens da

periferia que não possui nenhum apoio de editais, fomentos, tampouco da Secretaria de Cultura ou Secretaria de Educação e promove suas ações a seu próprio custeio.

E para comprar os materiais necessários, custear passagens e hospedagens o grupo utiliza o recurso da venda de cordéis escritos por eles mesmos, ou da reprodução de cordelistas famosos e, também, fazem rifas, uma vez que a realização das oficinas é viabilizada de maneira voluntária e não gera receita. A presidenta também possui em sua residência uma pequena editora artesanal chamada de Cordelaria Castro, que publica tanto os cordéis do grupo, quanto da comunidade em geral.

Há também as publicações, lançamentos de livros e saraus realizados pela Editora Vecchio, que é gerenciada por Matheus José, um jovem autor de Petrolina/PE, aluno de Letras Inglês na UPE. Essa editora tem atuado intensamente na cena literária, principalmente em Petrolina/PE, desde seu início, em novembro de 2017, já publicou 41 títulos, sendo: dezessete livros de poemas; oito romances; seis acadêmicos; três antologias; dois contos; dois ensaios; uma crônica, uma fábula, um de Literatura Infantil.

Desse quantitativo, nove são publicações de autores de Juazeiro/BA e Petrolina/PE, no gênero poema têm: *Eu-Macário* (2018) de Emylle Novaes; *Rabiscos da Alma* (2018) de Antonio Damião; *Pulsão: uma jornada poética* (2019) de Lourivan Batista; *Entre uma dose e outra de amor* (2019) de Matheus José; o romance *Bela Vista* de Jota Menezes (2018); *Liana* (2019) de Ana R. Costa, e, por último, no gênero fábula têm os livros *O livro das fábulas* (2018); *Eu te conto* (2019) e *Era uma vez* (2019) organizado por João Trapiá.

A UPE, que, em 2018, comemorou meio século da graduação em Letras, atualmente possui, dentre outros cursos, as licenciaturas em Letras Português e Inglês e Letras Português e Espanhol. Assim, também promove com frequência eventos para alunos e comunidade em geral, entre eles: a Semana de Letras, pequenos saraus em comemoração ao Dia da Poesia, e outros. O maior deles é o CLISERTÃO, um evento internacional de extensão organizado pela UPE e pela Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE), que debate e vivencia ações no âmbito do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca, esse evento acontece de forma bienal desde 2012 e traz em sua programação: apresentações/publicações de trabalhos, mesas redondas, conferências, feiras de livro, minicursos e oficinas, passeios de ecoleitura, contação de histórias.

Também, há as ações literárias promovidas pelo SESC sobre minha coordenação, os projetos mensais Poesia no Jardim de Ana e Meu Conto Preferido; anualmente, o Entre Margens: Encontro Com a Literatura e a Degustação Literária, que vêm inserindo na programação os autores tanto de Petrolina/PE quanto de Juazeiro/BA, e ajuda na profissionalização desses artistas que sempre participam recebendo cachê pelo seu trabalho. Além disso, na biblioteca da unidade, realizo lançamentos de livros, sem cobrança de nenhuma taxa, além de serem estudados pelo NEPEL em que os integrantes compram seus livros e os convidam para uma conversa literária, após a conclusão de cada leitura.

Ademais, é frequente que esses artistas da palavra, tanto de Juazeiro/BA quanto de Petrolina/PE, encontrem-se em vários desses momentos e construam seus grupos e projetos, afinal, essa cena literária encontra-se em trânsito como um espaço de diálogo, criação, fruição e construção poética. Dessa maneira, reitero que, mesmo considerando o *autor local*, no âmbito deste trabalho, como os autores residentes em Juazeiro/BA, não desconsidero os dados que evidenciem a presença dos autores (as) de Petrolina/PE no currículo das escolas de Juazeiro/BA.

Desse modo, dentro desse circuito literário, percebo a riqueza da produção dos autores, que não deixam nada a desejar em relação aos de outras regiões e/ou das capitais, seja no conteúdo de sua obra ou na apresentação estrutural, pois mesmo os livros artesanais possuem uma organização e peculiaridade própria da proposta, e faz com que, na maioria das vezes, ali seja um livro único, incapaz de ser repetido, o que ocorre com a maioria das cartoneras – que são livros feitos individualmente com textos impressos em papel ofício e colados, grampeados ou costurados em um papelão cuidadosamente cortado e artisticamente produzido pelas mais diversas formas de colagens e pinturas.

A opção por outras possibilidades de publicação ocorre devido aos desafios da editoração e comercialização dos livros, pois, quando conseguem produzir por conta própria, há o problema de circulação na cidade e, principalmente, para além dela, o que, geralmente, é uma demanda e benefício de quando se publica por renomadas editoras. É comum que esses autores sempre estejam com seus livros e os vendam, eles próprios, em ruas, bares, calçadas, eventos.

Por último, há aqueles que se reúnem em pequenos grupos e publicam uma coletânea de poemas; em sua maioria, o custo além de ser menor é compartilhado pelos autores; uma opção que não traz somente benefícios, pois, muitas vezes, a baixa tiragem quantitativa de exemplares faz com que os autores vendam rapidamente e, posteriormente, não se consiga mais encontrar exemplares, que ficam restritos aos seus primeiros consumidores literários. Repito que, raramente, se encontram aqueles que publicam por grandes editoras e recebem um valor irrisório pela sua produção, prática comum das editoras em todos os lugares de atuação; contudo, elas podem oferecer uma maior circulação do livro, que não fica limitado à venda somente no lugar.

Outro fator que, provavelmente, prejudica a expansão dessa Literatura, é que Juazeiro/BA e Petrolina/PE possuem atualmente uma única, e recente, livraria chamada Livraria Juá, que está localizada no Juá Garden Shopping, em Juazeiro/BA, e não tem um único livro de autor local. Há alguns poucos anos havia em Petrolina/PE a Livraria SBS, que não somente vendia livros de autores locais como promovia eventos com esses autores – como já relatado neste trabalho, no início do item 4.2. Era comum haver lançamento de livros, conversas literárias e aos domingos, principalmente, ter contação de histórias com artistas locais. Infelizmente, a livraria não permaneceu aberta por muito tempo, e em Petrolina/PE, ainda não se abriu outra livraria.

Quem, por vezes, cumpre o propósito de livraria é a Papelaria Officium, em Juazeiro/BA, e o Sebo Rebuliço, de Maurício Ferreira, em Petrolina/PE, onde é possível encontrar boa parte dos exemplares da produção dessas cidades vizinhas. Por sua vez, visando também a essa circulação, os artistas da cidade têm se organizado e feito saraus, projetos, peças teatrais a partir de poemas, lançamento de livros, na maioria das vezes, em locais públicos, e assim vendem, e/ou trocam seus livros movimentando essa produção.

Ademais, as obras desses autores, muitas vezes, são objetos de estudos. Há uma pesquisa desenvolvida por Wiliana Coelho de Souza, no PROFLETRAS, que visou estudar a inserção da literatura de Juazeiro/BA nas aulas de Língua Portuguesa e, como resultado da sua intervenção pedagógica, os alunos produziram uma biblioteca digital, na qual foi disponibilizada uma lista de autores de Juazeiro/BA, suas biografias e uma seleção de textos feita pelos estudantes, disponível no Blog *Literatura de Juazeiro* (SOUZA, 2016).

Wiliana é uma colega de profissão, assim como eu, formada em Letras pela UPE. Hoje, compartilhamos do amor à Literatura, outrora de furtivos lanches entre as aulas e pequenas confidências, embora não fôssemos da mesma turma nos encontrávamos sempre nos corredores. Assim, ao saber de sua pesquisa, fiquei muito feliz por esse recíproco interesse pela Literatura de Juazeiro/BA, além de poder me beneficiar do levantamento que ela oferece em seu trabalho, continuo uma discussão que se inicia ao problematizar mais uma teia acerca dessa produção.

Há também o livro *Poética Ribeirinha: Antologia literária de Petrolina* (1995) organizado por Elisabet Gonçalves Moreira, que foi resultado de um projeto de Pesquisa e Extensão da UPE, quando ainda se chamava de Faculdade de Formação de Professores de Petrolina. Essa coletânea de escritos tem o objetivo de registrar a produção literária de Petrolina/PE, no ano em que comemorava seu centenário. Nele, estão presentes os escritos de sessenta autores, desde os mais jovens aos mais experientes. Uma vez que esse registro já possui mais de duas décadas e dado o crescimento da produção literária, é importante outro mapeamento e publicação para que não se perca no tempo a memória de uma época, e essa é uma meta que almejo alcançar através das pesquisas proporcionadas pelo NEPEL.

O NEPEL que estuda as obras dos autores da região, sobretudo os de Juazeiro/BA e Petrolina/PE como seus focos iniciais, paralelo a estudos e intervenções tem feito um mapeamento sobre os autores do VSF, em processo desde 2013 quando assumi a área de Literatura no SESC em Petrolina. Esse mapeamento hoje está com o quantitativo de oitenta autores e quatro autores, sendo eles residentes em Juazeiro/BA e Petrolina/PE, e uma pequena parte deles já são falecidos. Esse levantamento abrange os gêneros literários: poemas, romances, contos, crônicas, jornalismo literário. E sabendo que alguns autores possuem mais que um livro publicado, esse quantitativo em relação à produção literária, é ainda maior e está detalhado no final desta dissertação.

4.3.1 A realidade da Literatura Local na escola

De alguma maneira, a Literatura está presente na escola desde os anos iniciais, seja para despertar o interesse pela leitura ou como instrumento para sua promoção. Lá estão os chamados livros paradidáticos ou literários, como prefiro chamá-los – pois, certa vez, ouvi de uma amiga bibliotecária que a nomenclatura *paradidático* a deixava inquieta, pois parecia que

o livro estava em nível abaixo do didático, transmitia uma inferioridade e uma finalidade de complemento do didático; impressão dela, ou não, adotei o pensamento, o que não é um patenteamento já que é uma nomenclatura usada.

Então, saindo da presunção e confirmando essa observação, constatei que a Escola em Tempo Integral Paulo VI detém de um espaço que armazena alguns livros e, dentro das possibilidades, os empresta aos alunos e professores. O que não sabia é se os autores locais faziam parte desse acervo; assim, comecei as observações nesse local, onde olhei cada estante e pude tirar algumas impressões.

Durante a visita, fui recebida pela responsável, uma professora de Geografia oriunda de outra escola e readaptada a auxiliar de biblioteca. É comum, infelizmente, as escolas municipais não possuírem um bibliotecário com formação na área e direcionarem para essas funções professores que ainda não estão em período de aposentadoria, mas precisam ser afastados da sala de aula, por inúmeros motivos, inclusive e, principalmente, por conta de inúmeros tipos de adoecimentos decorrentes das atividades docentes, situação que leva o nome de *readaptação* ou professora *readaptada*.

E, ao contrário do que me relatou a professora responsável, que os alunos raramente se interessavam em procurar livros, percebi que, naquele dia, por coincidência (ou não), houve uma procura considerável dos alunos por empréstimos de livros literários, mas, infelizmente, por ora, os empréstimos não podiam ser realizados porque faltava um livro que registrasse a entrada e saída dos empréstimos, uma parte burocrática que impossibilitava a circulação dos livros para além daquele espaço.

No espaço, pude perceber que a unidade possui um acervo com um quantitativo elevado de livros, sendo a maioria didáticos. Como não há um registro dessa quantidade, o que pude contabilizar é que possui dezessete estantes: treze de livros didáticos, de diversificadas disciplinas, coleções, dicionários atualizados e antigos; e quatro restantes ocupadas com livros literários de autores nacionais consagradas, a coleção quase completa de Jorge Amado, Raduan Nassar, Clarice Lispector, João Ubaldo Ribeiro, entre tantos outros.

Imagem 2 Espaço de armazenamento de livros da Escola em Tempo Integral Paulo VI.



Fonte: ROSA, 2019.

Dediquei-me a essas estantes literárias na esperança de encontrar livros dos autores locais, mesmo com a negativa da auxiliar que disse que não teria, nunca os tinha visto por ali. Encontrei! três exemplares, o mais antigo do ano de 1984, e o mais recente do ano de 1996. São eles: *Navegação no Rio São Francisco: da canoa ao último vapor*, de Ermi Ferrari Magalhães (1991); o *Adeus do Velho Capitão (a última viagem do São Francisco)*, de Josemário F. Luna (1996); e por último, *Umbuzeiro*, de Heráclio França (1996).

Um detalhe é importante: embora esses três exemplares tenham uma ligação com a cidade, somente as memórias de Heráclio França são consideradas livros literários; os de Ermi Ferrari Magalhães e de Josemário F. Luna se encontram com características históricas no relato dos fatos a partir do olhar jornalístico. Uma coincidência é que todos esses autores falam sobre a cidade, embora nem todos os autores locais tenham essa prática.

Isso aponta dois problemas: o primeiro relacionado a que nenhum autor local do século XXI encontra-se na biblioteca, pois o mais recente livro data da década de 1990 e, considerando os dois únicos livros literários, o mais recente já tem 23 anos de publicação. O outro ponto é que há uma enorme escassez da produção literária da cidade de Juazeiro/BA, de um modo geral. Há alguns anos, funcionava nessa escola a antiga Biblioteca Aristóteles Pires de Carvalho, que hoje funciona na Praça da Bandeira. Assim, apenas uma parte do seu acervo ficou no Colégio Paulo VI.

4.3.2 A Utopia do Discurso da Inserção

Continuo essa prosa com a reflexão sobre meu papel como professora de Literatura. A cada transcrição que analiso, eu me investigo e me questiono se o meu discurso está coerente (ou não) como a minha prática, e chego à conclusão de que a leitura das obras dos autores do VSF faz parte do meu cotidiano de uma forma natural; leio porque é uma Literatura que me interessa, seja pelo exercício da minha função no SESC ou interesse pessoal mesmo. E assim como os autores de outros locais – já que todos somos locais – eu me conecto mais com alguns e menos com outros, um processo natural de escolhas e afinidades.

Fiquei confusa com relatos de alguns profissionais da educação que vibravam com a ideia de que o autor local estivesse presente no currículo escolar, mas, que não faziam muito para que, de fato, isso acontecesse. É ainda, muitas vezes, um discurso sem a prática, uma crença que essa atitude precisa vir de outro lugar, mas não se sabe ao certo de onde. Alguns aguardavam que os próprios autores se apresentassem à escola; outros mais esclarecidos a respeito dos trâmites burocráticos compreendiam que a escola não dispunha de recursos para remunerá-los e tampouco adquirir suas obras; outros acreditavam que somente a SEDUC tem autonomia de tornar essa política de inserção uma prática de toda a RMEJ e, assim, alguns seguiram inserindo por conta própria e outros esperando que seja uma medida obrigatória para começar esta inclusão.

Sem atribuir juízo de valor e longe de querer julgar a metodologia da escola pesquisada, atendo-me neste recorte textual a garimpar quais são as práticas adotadas que fazem com que esse discurso se consolide (ou não) em ações literárias dentro da sala de aula. Busco também entender quais são os autores que eles conhecem, leem, trabalham em sala ou costumam ler, como uma atividade formativa de interesse pessoal.

Desse modo, o que eu aferi da fala dos sujeitos da Escola em Tempo Integral Paulo VI é que a inclusão do autor local, embora não seja uma prática frequente, começa a acontecer, ainda que de forma tímida e nem por todos os profissionais pesquisados, pois somente alguns conhecem; e os que conhecem, conhecem muito pouco as obras literárias que são produzidas por esses sujeitos, seja em Juazeiro/BA ou no VSF. Ainda assim, as três professoras da escola relatam trabalhar (ou terem trabalhado) com as obras dos autores locais.

Começo minhas reflexões pelos questionamentos feitos à Coordenadora à qual indaguei se saberia de alguma proposta da SEDUC, que incluísse os autores locais no currículo, e ela me

relatou que “no ano passado ou foi retrasado eles trabalharam nessa perspectiva de incluir o Semiárido na... dentro das é... dos currículos, *né*, dentro da matriz curricular só que é... os autores não, os autores não” (COORDENADORA, 2019). Essa proposta funcionava quando o professor, ao trabalhar sua matéria, procurava inserir, por conta própria, elementos do SAB, isso em todas as disciplinas ofertadas na escola.

Diante disso, empolguei-me em investigar um pouco mais se algum dos professores e/ou professoras da escola aproveitou esse momento para trabalhar com os autores locais, e a Coordenadora me respondeu de maneira incerta “aí, o problema do autor local (*risos*) deve ter tido algum professor que aproveitou essa... agora no momento eu não me lembro não, viu ?” (COORDENADORA, 2019) e eu continuei minha busca.

O Vice-Gestor argumenta que, para que os professores consigam desenvolver atividades que incluam esses autores em sala de aula, há dois pontos centrais a serem (re) pensados: o primeiro é que os livros produzidos, por eles, deveriam ser adquiridos e encaminhados pela SEDUC, já que a escola é subordinada à Secretaria e não possui autonomia – financeira e teórica – dessa proposição, pois “tudo que a Secretaria faz é repassar os escritores nacionais, então os escritores nacionais não incluem esses autores” (VICE-GESTOR, 2019).

O outro ponto levantado pelo Vice-Gestor é que os próprios autores locais explorassem outras formas de divulgação, fossem mais participativos e dinâmicos, uma vez que ele acredita que “há um comodismo da parte deles de não ampliar a sua área de atuação, que eles podiam começar não só por essa Secretaria, poderiam fazer uma associação de escritores e tentar abranger um espaço maior” (VICE-GESTOR, 2019).

Por ora, a Gestora manifesta que desconhece qualquer ação que abranja esses autores e afirma que os professores da escola não trabalham com os autores locais em sala de aula, mesmo que haja orientações da SEDUC nas formações de professores. Ela assegura que, embora não esteja diretamente nas classes, acompanha os trabalhos que estão sendo realizados através dos planos de aula e das Atividades Complementares e que tem total ciência do que, de fato, ocorre na escola. Assim, ressalta que:

Olhe falando da Escola Municipal Paulo VI eu não percebo, eles não trabalham, a escola que a gente *tá* inserido, não. Acho que é até um ponto ...essa pesquisa ela vem muito *pra tá* despertando na gente esse olhar porque a gente precisa também enquanto escola *tá* trazendo esses resgates pra sala de aula, *tá* incluindo isso no nosso planejamento (GESTORA, 2019).

Essa citação da Gestora me traz duas sensações: fico feliz pelo fato de a pesquisa fazê-la (re) pensar sobre o assunto e começar a despertar para essa questão; contudo, incomoda-me sobremaneira o uso da palavra *resgate*, que, segundo o minidicionário Soares Amora (2009, p. 632), significa, entre outras coisas, “1. Livrar do cativeiro; remir; 2. Libertar; 3. Livrar-se de dívida ou culpa;” e que me traz a sensação de que os autores estão em outro contexto, distantes, inacessíveis, aprisionados, necessitando de alguém que os *descubram*, que os resgatem e os traga para perto.

4.3.3 Quem procura, acha!

Mesmo com a negativa da Gestora, as ações que incluem os autores locais começaram a aparecer, ao menos, na fala das professoras. A começar pela Professora de Português que, de uma maneira genérica, relatou que já utilizou “em alguns momentos em sala de aula, mas nada de maneira consecutiva com muita frequência não, de maneira alguma” (PROFESSORA DE PORTUGUÊS, 2019) e justifica que uma prática cotidiana talvez não aconteça porque “tudo é como a gente foi educado, infelizmente ainda as nossas posturas e aí eu não tô falando só de mim, mas em um contexto geral, as práticas estão mais ligadas às orientações da sala de aula do que com os desafios impostos no dia a dia” (idem).

A Professora de Artes argumenta que utiliza os livros dos autores locais sempre que consegue estabelecer diálogo entre os assuntos da disciplina e as obras, e que essa ação é bem recebida pelos alunos que, muitas vezes, se reconhecem nos escritos. Como essa professora faz parte do universo das Artes, sejam verbais ou visuais, as obras que são apresentadas aos alunos nem sempre estão em palavras, mas em imagens, a exemplo de trabalhos do artista visual Gerson Guerreiro, que já foram mostradas aos alunos.

A professora revela também que, embora tenha pensando em algumas ações diferenciadas para trabalhar com os alunos foi, muitas vezes, desmotivada pela escassez de recursos, pois “quando a gente pede alguma coisa que seja... tipo é *pra* trazer alguém, a gente nota que existe um interesse da escola em fazer, mas que não se disponibiliza de recursos, isso a gente sabe que não, entendeu” (PROFESSORA DE ARTES, 2019).

Já a Professora de História – que até o ano passado lecionava em outra escola as disciplinas de Artes, Empreendedorismo, Geografia e Religião – é a que mais possui conhecimento dos

autores locais, e dentre as três professoras é a que mais realizou ações literárias com autores locais. Nessas ações cita, que já trabalhou com o livro *Lampião no Município de Juazeiro* (1997) de Jorge de Souza Duarte; com as poesias de Joseph Wallace Bandeira do livro *O Amor e a Morte* (1985); com a obra *Provedor de Palavras* (2000) de Manuca Almeida, e até já realizou, em parceria com as outras turmas da escola, um sarau literário em que o próprio Manuca Almeida foi convidado *para* recitar poesias. Ademais,

nós já fizemos um sarau com Bebelá *pra* falar sobre a história de Juazeiro, também uma excelente escritora, aí a gente convida aquela autora e a gente faz a palestra e a gente participa junto com toda escola, é... a questão também... Socorro Lacerda a gente desenvolveu um trabalho com toda a escola, desde o Fundamental I ao Fundamental II, então, cada uma turma tinha atividade diferente, como por exemplo, o primário eles ilustraram toda a história do livro *O Mistério do Sumiço do Velho Chico*, as turmas de Fundamental II nós digitalizamos o livro e fizemos a leitura do livro coletiva através da retroprojeção com os alunos e depois pedimos *pra* eles recontar a história da forma que eles entenderam buscando também fazer ilustrações, *aí*, a gente assim, depois de lido a gente vai procurar outros autores e nem sempre esses outros autores são de Juazeiro, até porque eu mesmo não conheço mais, *né*, teria que ter mais acesso a esses livros *pra* poder a gente trabalhar com eles (PROFESSORA DE HISTÓRIA, 2019).

Essas atividades descritas acima foram desenvolvidas pela Professora de História ao longo de 16 anos na Escola Municipal Mandacaru, mas, haja vista que essa entrevista foi realizada ainda no primeiro semestre deste ano (2019), não há registros de ações semelhantes na escola pesquisada. Um dos motivos é que não houve tempo hábil para nenhuma proposição, pois, posteriormente, quando retornei à escola, soube que a professora se encontrava em Licença Médica por tempo indeterminado.

É também a Professora de História que, ao falar sobre o trabalho com o livro *o Mistério do Sumiço do Velho Chico* de Socorro Lacerda – que inclusive procurou a atual gestão da SEDUC para que seu livro fosse adquirido, contudo ainda não obteve êxito – ressalta os desafios, já que “o de Socorro, um livro maravilhoso, a gente teve que xerocar e digitalizar *pra* poder trabalhar com os alunos. Então, era muito interessante que a SEDUC se preocupasse um pouco mais com a questão de livro” (PROFESSORA DE HISTÓRIA, 2019).

Esse fato mencionado pela Professora de História é muito comum nas escolas e, até mesmo, em outros espaços, pois, por não haver recurso destinado para essa finalidade, o livro é xerocado e compartilhado para vários leitores, sem que o autor receba os direitos autorais pela

produção, e essa é uma questão emergente a se resolver, pois é justo que lhes sejam concedidos os devidos direitos autorais.

O questionamento proferido pela Professora de História é semelhantemente reiterado pela Professora de Artes, que percebe, diante dos discursos proferidos pela equipe gestora, a restrição dos recursos destinados à escola, que têm finalidades específicas e, desse modo, quando tem alguma ideia diferente, o custo é assumido pela própria professora. Assim, “a gente quando quer trabalhar algo diferenciado, geralmente a gente busca trazer de casa, desenvolve mais por conta própria” (PROFESSORA DE ARTES, 2019).

4.3.4 O que leem os profissionais da Educação

É interessante conhecer qual o repertório literário daqueles que estão responsáveis pela formação literária, cultural dos sujeitos discentes. Dessa forma, despertou-me a curiosidade de saber o que leram (ou leem) os profissionais da educação da escola pesquisada, quais são suas referências (e preferências) literárias e ao coletar esses dados, apresento em sequência.

Captei, logo de início, que, embora a Coordenadora e a Gestora sejam formadas em Letras pela UPE, ambas não apresentaram uma maior preocupação com a forma como a Literatura é trabalhada na instituição. Antes de entrevistá-las, ao saber do fato de que ambas tinham formação e experiência na área, fui com uma expectativa contrária ao que encontrei, pois, embora, atualmente, estejam na equipe gestora, já lecionaram a disciplina anteriormente; no entanto, demonstraram pouco conhecimento literário, principalmente, no que se refere aos autores da cidade. Pela Gestora essa afirmação é admitida no trecho “o que eu pouco conheço deles” (GESTORA, 2019).

O quadro gestor da escola, representado nesta pesquisa pela Gestora, Coordenadora e Vice-Gestor, conhece respectivamente, quatro, três e dois autores. Dos quatro autores citados pela Gestora, um foi apresentado este ano durante uma Jornada Pedagógica da RMEJ: Bertolino Alves; os outros são Bebela, que foi citada pelos três sujeitos, que fazem parte da equipe gestora, Otoniel Gondim e, por último, Manollo Ferreira da Silva, que a Gestora conhece por ambos trabalharem na RMEJ. O Vice-Gestor conhece algumas obras de Bebela, e já leu alguns poemas de Manuca Almeida, mas não é uma frequente leitura. A Coordenadora conhece os autores Joseph Wallace Bandeira, que acredita ser o mais famoso autor de

Juazeiro/BA, Layse de Luna Brito e, assim como o Vice e a Gestora, conhecem algumas obras de Bebelá.

A Professora de Artes conhece alguns livros do autor Parlim, com quem compartilhou o ambiente de trabalho por alguns anos, e as obras visuais de Gerson Guerreiro, que é um profissional das Artes Visuais, além de ser professor da RMEJ. Atualmente, de forma geral, essa professora se debruça nas leituras relacionadas à Educação Inclusiva, segundo ela, por conta da demanda: “quando eu cheguei e adentrei em sala eu encontrei diversos alunos, crianças atípicas e eu me senti na obrigação de fazer algo por eles, *né*, tentar [...] se você não tem conhecimento não tem como ajudá-las” (PROFESSORA DE ARTES, 2019).

A Professora de Português também conhece as obras do autor Parlim e do autor, também professor, Washington Batista. Os três lecionavam no mesmo espaço. Em relação aos autores locais deixa evidente que “não conheço quase que nenhum autor local” (PROFESSORA DE PORTUGUÊS, 2019), por conseguinte, argumenta que sua frequência de leitura está “nos clássicos, *né*, não tem jeito (*risos*)”, principalmente, os autores Guimarães Rosa, Ariano Suassuna, Oswald de Andrade e Clarice Lispector.

A Professora de História mencionou que não lê com frequência, somente quando precisa para realizar algum trabalho, pois a escola em que lecionava anteriormente sempre estava trabalhando na perspectiva interdisciplinar. Contudo, ainda assim, é a mais leitora dos autores locais dentre todos os sujeitos da Escola em Tempo Integral Paulo VI. Dos autores locais conhece Bebelá, Jorge de Souza Duarte, Joseph Wallace Bandeira, Manuca Almeida, Magalhães Gonzaga e, ao considerar o autor local para além dos limites geográficos do município, mas dentro de uma região, menciona como locais também os autores que moram em Petrolina/PE, a exemplo de Hélio Araújo e Socorro Lacerda.

De uma forma geral, a Professora de História disse que leu recentemente O Diário de Anne Frank, alguns livros de Augusto Cury, e já leu Ariano Suassuna. E ao mostrar-se uma sedenta leitora, exprime “que pena que o tempo é muito pouco para a leitura, mas é muito importante” (PROFESSORA DE HISTÓRIA, 2019).

Ademais, notei (e anotei) que duas das três professoras somente conhecem os autores locais, que com elas compartilharam o mesmo espaço de ensino, ao contrário da Professora de

História, que tem um maior repertório de autores e ações desenvolvidas em sala. A equipe gestora demonstra pouca variedade de autores, sendo que os que conhecem, na sua maioria, são colegas da mesma RMEJ ou mais referenciados – que possuem mais tempo de produção literária.

Posto isso, o que ficou evidente quando analisei o que leem (ou leram) os profissionais da educação da escola, quer sejam obras de autores próximos ou distantes geograficamente da nossa realidade, é que, de uma forma geral, a prática da leitura não é uma atividade literária, quando leem, fazem leitura obrigatória dentro do espectro daquilo que é necessário às práticas pedagógicas, já que, para a maioria desses sujeitos, isso é perceptível dada a pequena quantidade e variedade de autores apresentados.

Percebo também que o currículo oficial que parte da SEDUC vem sofrendo pequenas interferências pelas próprias professoras, e o currículo praticado – como o próprio nome se refere, está ligado à prática e aos desejos dos sujeitos, que, por meio de suas crenças e atitudes, fazem mudanças por conta própria – começa a se manifestar, mesmo que ainda de forma muito tímida, com propostas isoladas que incluem não somente os autores locais, mas também outras propostas que se encontram para além da grade oficial que tenta colocar tudo e todos no mesmo “padrão”.

4.4 O PROCESSO DE AQUISIÇÃO DE LIVROS PARA AS ESCOLAS DA RMEJ

Neste subtópico, descrevo os detalhes do processo de aquisição dos livros que circulam pela RMEJ, sobretudo os que se encontravam no espaço considerado uma biblioteca na Escola em Tempo Integral Paulo VI, e que são disponibilizados aos docentes e discentes desta unidade de ensino. Além disso, apresento os títulos de algumas poucas aquisições de autores locais pela SEDUC, ao passo que identifico sua preferência por um recorte temático.

Iniciei essa busca pela *biblioteca* da escola, onde não há bibliotecário (a) com formação específica para o exercício – o que é, infelizmente, muito comum na RMEJ. A responsável pelo espaço é uma professora de Geografia, readaptada, que não soube me explicar como esses livros foram adquiridos, já que ao estar há três anos nessa função, nunca viu um livro chegar; nem mesmo o exemplar de Bertolino Alves, que foi mencionado pela Gestora, não foi citado pela responsável pela *biblioteca* e tampouco localizado nela durante minha visita.

Então, direcionei-me a equipe gestora para compreender qual o nível de entendimento deles a respeito dessas aquisições e, durante a entrevista com o Vice-Gestor, que, aparentemente, era o mais esclarecido nesse assunto, tive a resposta de que os livros que chegavam à escola são enviados pela SEDUC que, por sua vez, recebe-os diretamente do Ministério da Educação (MEC) e “são obras que já vêm predefinidas, esses autores (locais) ficam totalmente de fora dessa leitura, desses livros paradidáticos para os alunos” (VICE-GESTOR, 2019).

A Secretária de Educação retificou a informação dada pelo Vice-gestor quanto à predefinição das obras por parte do Governo Federal e do envio dos livros diretamente pelo MEC, e esclareceu que a SEDUC dispõe de autonomia na escolha da maioria dos livros que circulam pela RMEJ. Sendo assim, cabe ao MEC o repasse desse recurso, porém as escolhas dos títulos são feitas por cada Secretaria de Educação; no caso de Juazeiro/BA, são feitas pela Equipe Pedagógica da SEDUC.

Assim, a Secretária de Educação me deu a informação de que os livros são inicialmente selecionados através de catálogos das editoras, que, na maioria das vezes, são da FTD, Moderna, Ática e Scipione. A Equipe Pedagógica é responsável pelas leituras antecipadas das sinopses e, posteriormente, quando previamente selecionados, os representantes das editoras deixam os livros para a leitura completa das obras e, após a sinalização dos escolhidos, o setor administrativo se encarrega da compra. A última aquisição, em grande quantidade, foi feita em 2017 e outra está programada ainda para este ano de 2019, para cerca de dez mil exemplares.

Segundo a Superintendente Pedagógica, o quantitativo de livros adquiridos é correspondente à quantidade de alunos matriculados na RMEJ e há permuta de livros entre as escolas municipais. Desse modo, “se no Infantil V tem vinte e cinco alunos, a intenção é que cada turma receba vinte e cinco obras *pra* que faça também um rodízio e que se trabalhe o ano inteiro sem ficar repetindo aquela mesma leitura” (SUPERINTENDENTE, 2019).

A outra forma de adquirir livros é por meio do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD Literário), que é desenvolvido também pelo MEC com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e tem por objetivo adquirir obras literárias a serem utilizadas nos anos finais do Ensino Fundamental II, na Rede Pública de Ensino. Esse Programa traz consigo outro modo de funcionamento, pois os professores e gestores, através

de um site, têm autonomia na escolha dos livros, e dessa vez não há interferência da SEDUC, que somente fica responsável pelo apanhado e envio da lista com os títulos que foram escolhidos. Esses títulos são enviados às escolas nos anos subsequentes aos pedidos.

Um adendo é necessário, pois percebi, na fala da Secretária de Educação, quão importante é para ela o trabalho desenvolvido pela Equipe Pedagógica, que é formada por 45 pessoas e subdividida em grupos: o primeiro grupo é o da Educação Infantil; outro cuida do primeiro ao terceiro ano do Ensino Fundamental (inclusive, em 2017, foi criada a Coordenação Municipal de Alfabetização); outro grupo é responsável pelo quarto e quinto ano, e outro grupo cuida do sexto ao nono e da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Há também um grupo responsável pela correção de fluxo para alunos cuja idade está em desacordo com o ano escolar, e que busca estratégias de aceleração da aprendizagem; e, por último, um grupo responsável pela Educação Inclusiva, que promove ações de inclusão para os mais de 480 alunos diagnosticados com alguma necessidade especial.

A Superintendente Pedagógica acredita que esse modelo de equipe auxilia no crescimento e fortalecimento da educação da RMEJ, e que, embora muito tenha sido feito, há muita coisa ainda a fazer; por exemplo, é reconhecido por ela que a Educação do Campo precisa de mais atenção. Outrossim, os profissionais que compõem esse grupo são todos da atual gestão – embora a ideia de ter uma equipe com essa diretriz tenha sido de gestões anteriores – e atuam nas áreas correspondentes às suas formações, com predominância das formações em Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Ciências, Educação Física, Psicopedagogia e Assistência Social. Com esse pensamento, a Secretária de Educação ressalta que

Nossa Equipe Pedagógica é muito boa, muito responsável, se preocupa com o que a gente manda *pra* escola. Por isso que elas têm esse trabalho desde a primeira gestão de Isaac, *né*, que era Plínio o secretário, que ele colocou isso como uma diretriz. Não pode simplesmente aceitar o livro, “ah, ele é bonito, é colorido”, não!. Qual é a importância pedagógica desse material *pra* cada faixa etária? (SECRETÁRIA, 2019).

Além disso, é interessante relatar que, segundo os dados fornecidos pela Superintendente Pedagógica, atualmente, a RMEJ possui 139 espaços que possuem o Ciclo de Alfabetização, que abrange do primeiro ao terceiro ano, e mais 42 espaços ocupados pela Educação Infantil, que acolhe crianças de um a cinco anos de idade. Sendo assim, há quase duzentas escolas em

que é possível haver uma circulação literária e, infelizmente, nem todas possuem bibliotecas ou espaços de leituras.

4.4.1. Será o começo de uma prática?

Tomara! Além de utilizar o PNLD Literário e o recurso repassado pelo MEC para compra de livros, a Secretária de Educação relata que fez a aquisição de algumas produções literárias de autores locais; contudo, revela que esse é um processo complexo de realizar por conta dos entraves burocráticos e do pouco conhecimento que possui acerca da produção literária local.

Questionei sobre quais obras foram adquiridas; a Secretária de Educação me respondeu que “eu até tentei antes de a gente marcar a entrevista pegar a relação desses autores porque a gente tem comprado livros e as meninas me disseram ‘nós temos autores locais’, mas elas estão de recesso e não conseguiram ainda me entregar esse material” (SECRETÁRIA, 2019).

Mesmo sem estar em posse dessa lista, a Secretária de Educação recorda que adquiriu cinquenta exemplares do livro *Futebol de Juazeiro: um século de glórias e tradições* (2019) de Antônio Martins Fernandes Neto, popularmente conhecido como Tony Martins, que é autor, narrador esportivo e professor de Educação Física da RMEJ. O livro, que conta a história do futebol de Juazeiro/BA, foi distribuído para a Equipe Pedagógica e para os profissionais que lecionam a disciplina de Educação Física na RMEJ, para que, junto ao coordenador da área, desenvolvessem algum projeto, utilizando o conhecimento presente na obra.

Foi relatado pela Secretária de Educação que estão em processo de aquisição os gibis do autor e professor de inglês, Washington Batista, que desenvolve histórias desde 2008, a partir da personagem da Macaca Seca, que é uma lenda urbana de uma velha moradora da antiga Estação Ferroviária de Juazeiro/BA, que se transforma em macaca durante a noite para proteger a estação. A Secretária relatou que acolheu essa proposta de inserção, sobretudo porque são histórias que têm como contexto a cidade de Juazeiro/BA e recorda que ele “pediu pra gente escolher até o tema que ele poderia desenvolver a partir da história da Macaca Seca e eu encaminhei pra equipe pedagógica, eles devem tá terminando essa diagramação agora” (SECRETÁRIA, 2019).

Ambos os autores mencionados acima procuraram a SEDUC e receberam apoio na aquisição, fato semelhante não aconteceu com a autora, do *Mistério do Sumiço do Velho Chico* (2013) e *Vira-vira Violeta* (2017), Socorro Lacerda, que é de Petrolina/PE. Segundo a Secretária de Educação, a autora a procurou no ano passado e fez-lhe uma proposta de compra dos seus exemplares, mas a aquisição ainda não foi feita por causa da burocracia para efetivar o pagamento. É curioso que a prefeitura de Petrolina/PE, município do Estado vizinho, conseguiu no ano passado adquirir cem exemplares de um dos seus livros sem tantos obstáculos, já que um desses livros foi lançado pela Editora Cortês e não precisa fazer o complexo processo de inexigibilidade de licitação – que se faz quando a nota fiscal para pagamento é retirada como pessoa física, ao invés de ser como pessoa jurídica, ou seja, por empresas. A Secretária detalha ainda que

dentro de uma Secretaria de Educação existe um processo burocrático que é muito complicado, *pra* você comprar uma cola, uma fita adesiva, qualquer coisa, é uma confusão, sabe? Processo que passa pela mão de um *bucado* de gente, de um *bucado* de setor, de parecer *pra* lá e *pra* cá, *pra* no final... aí tem que ter o parecer jurídico se a gente pode comprar, se não pode, se tem que participar de licitação, se pode fazer por inexigibilidade que não precisa licitação, é um processo bastante longo (SECRETÁRIA, 2019).

Para as aquisições feitas pela SEDUC, quando não fornecidas diretamente pelas editoras, é preciso que seja feito esse, já citado, processo de inexigibilidade de licitação, que consiste em um procedimento comum no Setor Público, quando se propõe executar um serviço ou comprar determinado material e o interesse está exatamente em uma coisa específica, mesmo que haja semelhantes profissionais e/ou materiais que cumpram esse objetivo.

Ademais, a inexigibilidade de licitação está presente na Lei Nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, e justifica a impossibilidade de competição, podendo ser indicado um profissional diretamente, dispensando a licitação – que é a pesquisa de comparação de valores. Contudo, é necessário que os autores apresentem, além dos documentos pessoais, currículo, algumas certidões, e que a Secretaria faça uma justificativa de valores e de notório saber, que seja aprovada pelo Setor Administrativo e Financeiro. Assim,

Por exemplo, *pra* eu comprar o de Socorro eu tenho que fazer um excelente parecer dizendo que eu não preciso fazer licitação *pra* comprar o dela porque o dela é o único que fala daquele assunto, que aborda esse e aquele aspecto, se eu não conseguir provar que no Brasil o livro dela é o único que traz aquilo, eu não consigo comprar, é muito complicado (SECRETÁRIA, 2019).

Esse processo para mim não é estranho, pois como trabalho no SESC há alguns anos, as dinâmicas são semelhantes, embora o SESC seja uma empresa privada e a SEDUC preste contas como Setor Público. Dessa forma, alicerçada por essa experiência, refleti sobre quais medidas podem ser tomadas para simplificar esse processo e questionei que, se os autores locais tivessem suas próprias empresas ou, até mesmo, aderissem ao Microempreendedor Individual (MEI), que é um programa de inclusão social do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), muito usado atualmente, se isso de alguma forma ajudaria nesse processo, já que um dos principais empecilhos para adquirir esses livros, como ficou perceptível, é o processo de dispensa de licitação. À minha pergunta a Secretária de Educação me respondeu que “ajudaria muito, porque são vários documentos que eles precisam apresentar, Certidão Negativa disso, daquilo, e às vezes eles não têm essa estrutura, então *pra* fornecer ao serviço público fica complicado” (2019).

E como uma coisa puxa outra, conforme sugerido pela Secretária de Educação, procurei a Superintendente Pedagógica para acompanhar algumas demandas e compreender em que situação se encontram alguns encaminhamentos que partiram daquela. Assim, entusiasmada pela curiosidade e a fim de descobrir se tinham mais aquisições de autores locais e quais faziam parte do mapeamento citado pela Secretária, fui logo saber se podia conhecer essa catalogação. Contudo, a Superintendente Pedagógica expôs que desconhece se há algum mapeamento em relação aos autores locais e que sabe somente que a SEDUC tem adquirido, vez por outra, alguns títulos, contudo, sem uma sistematicidade ou política de compra.

A Superintendente Pedagógica mencionou ainda que a SEDUC adquiriu uma quantidade razoável de livros do autor Bertolino Alves – morador da comunidade de Conchas, Distrito de Maniçoba, e que foi entregue um exemplar para cada escola durante a Jornada Pedagógica de 2018, em que o autor esteve presente e contou um pouco de sua trajetória literária. Além disso, tem ciência da compra dos livros do professor e autor Tony Martins (obra citada) e em relação às histórias em quadrinhos da Macaca Seca, que a Secretária de Educação relatou que acreditava que já estivesse em processo de diagramação; a Superintendente disse que, na outra gestão, houve uma pequena aquisição e que, neste ano (2019), o autor Washington ainda não retornou à escola, quando foi pedido que trouxesse diferentes elementos da cidade em seus escritos, já que o conteúdo da obra apresentada à Equipe Pedagógica estava muito parecido com os textos anteriores.

Há também, em todas as escolas municipais, a circulação de um livro de bolso chamado *Coesia* (2018), que foi doado em março deste ano (2019), em comemoração ao Dia da Poesia, por Lu Almeida – esposa do poeta e autor do livro, Manuca Almeida. Essa obra, uma publicação póstuma de um dos poetas juazeirense mais conhecidos, foi possível a partir da aprovação, em 2018, no Programa Usina Cultural, promovido pela SECULTE. Esse projeto, aqui já comentado, selecionou 22 propostas nas linguagens de Circo, Teatro, Dança, Artes Visuais/Audiovisual, Manifestações Populares, e quatro delas em Literatura.

Para além disso, acerca de tudo quanto foi mencionado, o que notei é que, dentre os poucos títulos adquiridos, há uma evidente preferência por aqueles que trazem a cidade como tema. Foram somente três títulos, os livros dos autores Bertolino Alves, Tony Martins e Washington, e todos eles trazem a cidade de Juazeiro/BA como tema central ou um contexto evidente. E, se essa é uma espécie de triagem, infelizmente, muitos livros literários ficaram (e ficarão) de fora, pois não estão vinculados, do ponto de vista temático, à cidade. Isso se deve ao entendimento de que o autor da cidade escreve sobre a cidade, pensamento compartilhado por muitos, inclusive pela Secretária de Educação, que, ao se referir à importância de adquirir esses livros, diz “porque onde é que você vai encontrar outras obras que falem de Juazeiro?!. Os outros autores que não são daqui, que não moram aqui, eles não vão falar de Juazeiro” (2019).

4.4.2 Políticas brasileiras para a inserção dos autores locais

Não há na cidade de Juazeiro/BA, tampouco no estado baiano, uma lei ou portaria que oriente a inclusão dos autores locais, nem mesmo um edital para lançamentos de livros e/ou concursos literários. Já outros estados brasileiros conseguiram avançar nesse sentido ao criarem leis específicas para regulamentar a inserção da Literatura Local nas escolas, a exemplo de Tocantins, que possui o Projeto de Lei Nº 249/2014, que inclui na Grade Curricular das Escolas Públicas Estaduais do Estado do Tocantins a Disciplina *Conhecimento e Estudo dos Autores Tocantinenses*; esse Projeto de Lei foi colocado em pauta no dia 21 de novembro de 2014, e logo aprovado em 17 de dezembro de 2014 e tem por objetivo

[...] evitar que os novos tocantinenses, que hoje cursam as séries do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, atravessem sua infância e juventude sem conhecerem os autores nativos. Portanto, se existe algo indiscutível é a importância do incentivo à leitura nas escolas, ainda mais com projetos que

estimulem a produção literária local. Esta é uma atitude de valorização da cultura tocantinense, indispensável e inadiável (TOCANTINS, 2014).

O Piauí aprovou no dia 31 de julho de 2014, pela Assembleia Legislativa, a Lei 6.563, que assegura a adoção de um mínimo de 1/3 dos livros paradidáticos de autores piauienses nas escolas públicas e, também, privadas do Piauí. Incluindo todas as etapas da Educação Básica: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio cabe à Secretaria de Estado da Educação, através de uma comissão técnica formada por mestres e doutores da área, escolher os livros que constam na relação, que é enviada às escolas. Essa equipe é renovada a cada dois anos. Em sequência, em posse dessa primeira seleção dos títulos, a escola escolherá desse repertório o mínimo exigido, de acordo com a quantidade de livros assegurada para cada instituição.

O Mato Grosso foi pioneiro e o mais abrangente na feitura da legislação, pois dispõe da Lei Nº 5.573, de 06 de fevereiro de 1990 - D.O. 17.04.90, que trata da obrigatoriedade do ensino das disciplinas de História, Geografia e Literatura de Mato Grosso nas Escolas de 1º e 2º Grau, públicas ou particulares, que funcionem no Estado. Assim, “compete à Secretaria de Educação e Cultura baixar as normas e programas básicos para a inclusão dessas disciplinas nos currículos escolares, nos termos desta lei” (MATO GROSSO, 1990).

Em Natal, capital do Rio Grande do Norte, ainda não há uma lei, mas já se inicia um pensamento com o *Cheque-Livro*, que consiste em um programa de incentivo do Governo do Estado à compra de livros literários para as bibliotecas instaladas nas escolas da Rede Pública Estadual. O benefício vem sendo incorporado à Feira de Livros e Quadrinhos de Natal (FLIQ), que acontece há quinze anos na capital, e o investimento é considerado de grande porte, já que, no ano de 2015, foi disponibilizado o valor de um milhão de reais, seu maior recurso até então (DANTAS, 2019).

Esse é um bom exemplo para se reproduzir e até de aperfeiçoá-lo, pois, além de os professores e gestores terem autonomia na escolha dos títulos, o programa tem o ápice de que, no mínimo 30% deste recurso seja utilizado na compra das obras de autores potiguares. Tal iniciativa partiu de uma autora potiguara e foi acatado pelo Secretário de Educação, infelizmente, ainda não se consolidou como uma lei, mas é importante perceber que há mais um Estado atento à Literatura Local e, sobretudo, há uma escuta a esses profissionais da Literatura.

Também na região Nordeste e mais próximo ao estado da Bahia – onde ainda não há política de priorização do autor local – o Ceará está com o Projeto de Lei N.º 78/14 em tramitação há cinco anos e propõe incluir a disciplina *Conhecimento e Estudo dos Autores Cearenses* na grade curricular das escolas públicas mantidas pelo Governo do Estado do Ceará.

Com base nesses dados, percebo que, embora haja muito a se fazer pela valorização da Literatura, ela vem ganhando espaço e políticas de priorização seja ela local, estadual, nacional ou universal – pois, muitas vezes, esses lugares transitam e permutam entre si. Dessa maneira, mostro abaixo uma relação de muitos frutos que nasceram às margens do Rio São Francisco, mas, assim com as águas que correm no rio e não sei por onde passam, assim é a Literatura dessa região.

4.4.3 O Repertório dos Autores do VSF

Percebi acima, através, principalmente, do posicionamento da Secretária de Educação, uma tentativa de justificar a escassez de obras locais nas escolas da RMEJ, e dentre os argumentos estava o pouco conhecimento que a SEDUC tem de quem são, de fato, os autores ou pelos trâmites burocráticos que inviabilizam a compra dessas produções literárias. Pois, pelos dados fornecidos pelos sujeitos representantes da RMEJ, há somente quatro títulos de autores locais, sendo três dessas produções – Bertolino Alves, Tony Martins e Washington aquisições remuneradas pela SEDUC, e a de Manuca Almeida, através de doação.

O fato é que Juazeiro/BA e Petrolina/PE possuem um grande e variado repertório de autores que escrevem os mais diversificados gêneros literários que, em sua maioria, não circulam pelas escolas da RMEJ, a não ser uma ou outra publicação. Outrossim, considero curioso que dentre os três livros que a SEDUC conseguiu adquirir, através do processo de inexigibilidade de licitação, por coincidência (ou não), dois foram de professores da RMEJ, com exceção do autor Bertolino Alves.

Dessa maneira, apresento, em sequência, os dados do mapeamento que estou realizando, desde 2014, na Unidade Executiva do SESC em Petrolina/PE, com o NEPEL. E, também, mais à frente, se encontram os resultados da visita que fiz no Acervo Dom José Rodrigues, que atualmente se encontra localizado em um espaço reservado da Biblioteca do *Campus III* da UNEB, em Juazeiro/BA. Dessa forma, primeiro mostro os autores que moram em

Juazeiro/BA e, em sequência os que residem em Petrolina/PE, me restrinjo aos autores literários, ou seja, os que produzem contos, crônicas, poemas, memórias, ensaios, jornalismo literário e que possuem no mínimo um livro publicado.

Em Juazeiro/BA residem (ou residiram) os autores Álamo Pimentel, Ângelo Roncalli, Anielson Ribeiro, Edson Ribeiro, Erika Pók Ribeiro, Euvaldo Macedo Filho, João Gilberto Guimarães Sobrinho, João Victor Gomes Varjão, John Williams, Jonatha de Alencar, Josemar Martins (Pinzoh), José Barbosa (Zeca), Joseph Wallace Bandeira, Klébia Peixinho, Lúcio Emanuel, Layse de Luna Brito, Luiz Hélio Alves, Lupeu Lacerda, Manollo Ferreira, Manuca Almeida, Maria Isabel Figueiredo (Bebela), Marta Luz Benevides, Pedro Raymundo Rodrigues Rêgo, Ruthe Maciel, Ruth Arnaldo, Tony Martins, Vinícius Gonçalves Washington Batista, Wellington Monteclaro.

Do outro lado da margem, em Petrolina/PE há os escritos de Ana Luiza Von, Ana Rita Costa, Antônio de Santana Padilha, Aroldo Ferreira Leão, Bruno Liberal, Carlos Laerte, Cátia Cardoso, Celestino Gomes, Clarissa Loureiro, Domingos Sávio Brandão (Sivuca), Elisabet Gonçalves Moreira, Emylle Novaes, Graciele Castro, Hélio de Araújo, Jaquelyne Costa, José Américo de Lima, José Olivá Apolinário, Jota Menezes, José Raulino Sampaio, Júnior Leite, Luiz Carlos Rodrigues Guimarães, Matheus José da Silva, Maurício Ferreira, Micheline Musser, Milena Silva, Rafael Valadares, Raquel Wesley, Sida Pinheiro (Sitta), Socorro Lacerda, Tito Souza, Thalynni Lavor, Thom Galiano, Virgílio Siqueira, Zazy Grazyelly, Uberdan Alves.

Como dito anteriormente, considerando que cada autor tem, no mínimo, uma obra publicada, este levantamento do NEPEL tem um repertório de quarenta e sete autores de Juazeiro/BA e trinta e sete autores de Petrolina/PE, ao todo, são 84 autores locais, e grande parte desses profissionais da palavra estão vivos e continuam a escrever.

A visita ao acervo Dom José Rodrigues, que aconteceu em três manhãs: 28/05; 03/06 e 05/06, permitiu-me mapear os autores de Juazeiro/BA e Petrolina/PE e possibilitou o encontro com os autores do livro de crônica mais antigo encontrado no acervo, sendo ele: *E nós para onde vamos?*, que foi publicado em 1974, escrito coletivamente por Joaquim Muniz Barreto, José Pereira da Silva, Layse de Luna Brito, Luiz Freire, Maria do Carmo Sá Nogueira, Marta Luz Benevides, Nilda Generoso de Izaga. Posteriormente, encontrei as obras: *Memórias Póstumas*

de *Josefina* (1978) de Rosalina Rodrigues; *Quase Quarenta* (1978) de José Ivan Divino Lima também; *O pássaro que criou raízes* (1981) de Pedro Raymundo Rodrigues Rêgo.

Joseph Wallace Bandeira possui a maior quantidade de obras, entre elas: *Juazeiro visto pelas crianças* (1986), *Vinte sonetos de amor numa sonata desesperada* (1987) e *Juazeiro: amor e paixão* (1993). Em sequência, encontrei as obras *Apenas um sonho* (1988), *Juazeiro, cá entre nós* (1991) e *Umbuzeiro* (1996) de Heráclio França; *Dois Pontos* (1997) de Márcio Fabiano e Rogério Leal; *Travessia* (1997) de Lúcio Emanuel; *Prosa, Poema, Poesia* (1998) de Jurandir Oliveira Costa; *Provedor de Palavras* (2000) de Manuca Almeida; *Um e Outras Crônicas* (2000) de Antonila da França Cardoso; *Poetas em Rebulição* (2001) e *Prosadores em Rebulição* (2003) ambas antologias foram organizadas pela União Brasileira de Escritores (UBE) – Núcleo de Petrolina; *Euvaldo Macedo Filho Fotografias* (2004) Orgs. por A.C. Coêlho de Assis; Chico Egídio e Odomaria Rosa Bandeira Macedo; *Homens da Alma de Couro* (2009) de Vinícius Gonçalves; *Galvão 22 anos de poesia na MPB: antologia poética de Luis Galvão* (sem data), de Luis Galvão; e, por último, *O vôo imaginário* (sem data), de Sebastião Vital da Silva.

Imagem 3: Livros do acervo Dom José Rodriguês



Fonte: ROSA, 2019.

Tudo quanto foi dito me leva a refletir sobre quão vasta é a produção literária de Juazeiro/BA e Petrolina/PE. Há uma infinidade de gêneros e autores, alguns falecidos, outros vivos e produzindo a todo vapor. E isso se deve à multiplicidade de autores, há autores que escrevem somente em um determinado gênero, enquanto outros passeiam por diversas formas de apresentação da escrita literária, da poesia à prosa, incluindo histórias específicas da cidade;

há alguns que conseguiram destaque para além da questão do local e foram, até mesmo, premiados, como é o caso de Bruno Liberal, Petrolina/PE, que ganhou o Prêmio Pernambucano de Literatura na categoria Sertão, em 2013, com o livro *Olho Morto Amarelo* e a autora Maria Izabel Figueiredo, a conhecida Bebelá, que teve seu livro adotado pelo MEC e é uma das maiores referências nas lendas do Rio São Francisco.

Os dados acima mostram a pluralidade desse cenário literário, e quão desperdiçado está quando não é trabalhado nas escolas ou (re) conhecido pela sociedade. O ideal seria se nossas escolas da RMEJ – e quiçá Estadual e Federal– colocassem como uma orientação essa prática de adoção de livros de autores locais nas escolas. Quem perderia com isso? Ninguém, e, certamente, muitos iriam ganhar: alunos, professores, autores, que iriam movimentar as margens ribeirinhas e se alimentar, também, literariamente dos frutos desse Vale.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A narrativa que antecede este capítulo mostra os motivos pelos quais considero essa pesquisa de extrema importância e as escolhas teóricas e metodológicas que fiz para realizá-la. Nas análises dos dados sistematizo um aglomerado de informações proveniente de diversificados sujeitos, fontes, situações, o que foi uma minuciosa tarefa de lapidação e acolhimento, pois, compreender e respeitar o posicionamento dos sujeitos a respeito de cada questão e (re) escrevê-lo com minhas palavras, não foi fácil.

Logo depois de conseguir concatenar as ideias a respeito da questão problema surgiu o segundo desafio, que consistia em traçar um caminho que respondesse as questões propostas, esse foi motivo de inúmeras discussões com meu orientador que, por ter larga experiência em pesquisa, foi de extrema importância. E, após, estudar e aprofundar algumas possibilidades fiz a escolha pela abordagem qualitativa e pelo Estudo de Caso, assim como delimito os instrumentos e o processo de análise de dados utilizados.

E referente aos estreitamentos, de início pensei em trabalhar com uma quantidade menor de sujeitos, mas o acréscimo foi inevitável, a pesquisa pediu que outras vozes estivessem ali presentes; os próprios sujeitos indicavam outras pessoas que não podiam ficar de fora, e eu cedi e percebi depois, que se tivesse optado pela comodidade e mantivesse os oito sujeitos inicialmente vislumbrados, muitas importantes informações teriam sido negligenciadas.

Contudo, dada à quantidade de sujeitos e de perguntas a análise foi exaustiva, mas não foi um processo de sofrimento, mas sim de descobertas. Da mesma maneira que sou sedenta e, ao mesmo tempo, tranquila em degustar cada linha de um livro, com o respeito por quem o escreveu, fiz semelhante analogia com a análise das entrevistas, cada palavra pronunciada mereceu atenção, não estava ali por acaso. Assim, asseguro, também, que durante a realização das entrevistas muita coisa surpreendeu-me, surpresas boas e ruins, algumas falas me deixaram angustiadas, ao contrário de outras que me trouxeram tranquilidade. A curiosidade e o confronto dos dados foram demasiadamente empolgantes e, muitas vezes, não me contive e contava para os que estavam à minha volta as descobertas que estava fazendo.

E como toda pesquisa que vai se transformando, outro ajuste consistiu na mudança do título. Como é possível perceber, nas assinaturas dos TCLE e em outros documentos de autorização

há menção a outro título que se renovou em *O discurso e a prática da inserção dos autores locais no currículo: um estudo na cidade de Juazeiro/BA*, percebendo que assim deixavam em evidência duas palavras cruciais nesta pesquisa: o discurso e a prática.

O diálogo que tive com estudiosos e teóricos, na definição dos conceitos cruciais – Autor, Literatura e Currículo – possibilitou-me, além da ampliação de um leque de leituras e aprofundamento de alguns conceitos que eu já conhecia, a oportunidade de fazer importantes descobertas. Por exemplo, o Antonio Candido, por quem tenho tamanha admiração, sua contribuição para a Literatura é irrefutável, e com tantas costumeiras referências aos teóricos de outros países, sobretudo da França, ter um teórico brasileiro que se expresse de maneira aparentemente simples, mas com tamanha profundidade, é realmente um privilégio. Sem falar na importância de Michel Foucault, que problematizou explicitamente a questão de *O que é um autor?* (1992), e no Roger Chartier, que foi um achado durante a composição do repertório, não conhecia esse autor e agora tenho bastante curiosidade em adquirir outros títulos dos seus trabalhos.

A realização desta pesquisa permitiu que eu explorasse, ainda mais, um campo que eu gosto de estar – o universo da Literatura – que me fascina, e embora já tivesse certa intimidade, durante a pesquisa me aproximei ainda mais dos autores locais de Juazeiro/BA e de suas respectivas produções literárias. Ao mesmo tempo, que fazia contato com os sujeitos/autores e realizava as entrevistas, recebia agradecimentos pela proposição, sobretudo por esses acreditarem que este estudo consiste em um material que, além de reunir importantes informações dessa produção literária, é também um instrumento científico que apresenta dados que podem ser utilizados para pressionar uma escuta e, quiçá, uma inserção perante as escolas da RMEJ, sobretudo da SEDUC.

Referente aos *loci* da pesquisa, na Escola em Tempo Integral Paulo VI, percebi que duas, dentre as três professoras, não se sentiram à vontade durante a realização da entrevista, o que não impediu a conclusão. Contudo, notei que quando interrogadas sobre sua formação acadêmica e/ou experiência na educação, a resposta era dita com muito entusiasmo; já quando eu adentrava nas questões mais intrínsecas da pesquisa, sobre os conhecimentos que elas tinham sobre a produção literária local, se desenvolviam ou não ações a partir desse material, a narrativa ganhava outro tom, burocratizava-se a conversa inicial.

Na SEDUC, procurei, de início, a Secretária de Educação – que até então era o único sujeito daquele *locus* –, no entanto, ela mesma sugeriu que a Superintendente Pedagógica respondesse a algumas das questões da entrevista. E, assim, ainda durante a realização das entrevistas, captei a incoerência e a inconsistência em alguns dados, sendo o principal deles a menção da Secretária de Educação sobre a existência de um mapeamento dos autores locais e seu pedido para que eu buscasse esse arquivo junto a Superintendente Pedagógica. Essa, por sua vez, me disse que não tem conhecimento da existência de semelhante documento. Além disso, percebi, de ambas, quão grande é a escassez de conhecimento sobre os autores locais de Juazeiro/BA – mas, como sinal de gratidão pela colaboração e a fim de oportunizar um repertório maior a respeito deste tema, ao final desta dissertação entregarei a ambas o mapeamento que está incluído ao final deste estudo.

Dentro da questão principal investigada verifiquei que o discurso da inserção dos autores locais no currículo das escolas municipais está presente nas argumentações de todos os sujeitos da pesquisa. É unânime que todos aqui pesquisados, com suas particulares questões, acreditam que essa inserção é importante: seja como uma obra literária que apresenta e registra os elementos da cidade, como uma produção literária que contribui para a relação de proximidade do leitor com o autor, e até mesmo na formação de novos autores e leitores. Foi reiterado, também, que os autores locais são tão importantes para a formação leitora quanto a frequente leitura dos clássicos apresentadas nas escolas, que, muitas vezes, se distanciam sobremaneira seja na linguagem ou nos assuntos discutidos.

Os mais engajados dessa proposição são os próprios autores locais, visto que, há uma permanente e insistente militância em torno dessa questão. Um exemplo importante é que, antes da realização desta dissertação – soube desse fato durante a pesquisa, no ano de 2016 – eles próprios se reuniram na antiga Livraria SBS e traçaram discussões acerca dessa temática, um deles principiou uma discussão acerca da feitura de um Projeto de Lei que visasse à aquisição da produção literária local para as bibliotecas das escolas da Rede Estadual e Municipal, o que ainda não se concretizou. Outrossim, esse é apenas um relato dentre vários que os autores locais vêm realizando, além disso, é notável a formação de coletivos literários seja para produzir eventos e/ou para publicar livros.

Contudo, a incoerência está em uma efetiva prática, uma vez que dentre os três grupos de sujeitos, somente alguns têm tido a atitude de inclusão. A Secretária de Educação reconhece

que tem feito pouco, mas assegura que essa é uma preocupação da atual equipe, pois muito mais pode ser feito, sobretudo quando for reconhecida a relevância pedagógica dessa produção. Argumentou, ainda, que embora os trâmites burocráticos para a aquisição dos livros não sejam fáceis, esse aspecto não pode ser um impedimento para a circulação da produção dos autores locais. Sugere que os autores procurem mais a SEDUC para que, assim, possam estreitar laços, já que desde que assumiu a SEDUC recebeu poucos autores em seu gabinete.

Por outro lado, constatei junto aos sujeitos/autores que alguns já procuraram a SEDUC, enquanto outros ainda não se deslocaram até lá. O que é compreensível, pois esses autores que foram até a SEDUC não tiveram resultados, ao contrário dos autores/professores que tiveram seus livros adquiridos, uma estranha curiosidade que precisa ser levada em consideração. Além disso, por não oferecer nenhum edital de publicação de livros; concursos literários ou uma seleção para aquisição e abastecimento das escolas da RMEJ, nos últimos tempos restou aos autores se inscreverem no único edital, com uma única edição, do Programa Usina Cultural, promovido pela SECULTE no ano de 2018.

A respeito dos projetos que incluíssem os autores, fui surpreendida ao ouvir da Superintendente Pedagógica que o projeto *Conversa com o Autor*, que acontecia na EFEJ, não teve continuidade devido à escassez de autores em Juazeiro/BA, sobretudo autores que fossem conhecidos. Esse foi um dado alarmante e contraditório, devido à quantidade de autores que há em Juazeiro/BA, contudo, é coerente com o conhecimento que ela possui, pois ela conhece apenas seis autores; e mesmo assim, ainda é dentro do grupo da SEDUC e da Escola em Tempo Integral Paulo VI, com exceção da professora de História, que possui o maior quantitativo de autores.

Referente às práticas dos sujeitos da Escola em Tempo Integral Paulo VI foi comprovado quão importante foi abrir para as outras disciplinas, ao invés de trabalhar somente com Português, pois a professora dessa disciplina, embora tenha uma definição e um discurso muito bem elaborado sobre o autor local, é a que menos tem trabalhado com eles na instituição – o que também me foi motivo de surpresa, porque pensei inicialmente que se eu realmente encontrasse alguma ação prática de inserção seria através dessa disciplina.

Já a professora de História, que além de ter um amplo repertório de leituras dos autores locais realizou, na outra escola municipal em que trabalhava – haja vista que nessa instituição em

estudo ela chegou recentemente e ainda não teve tempo hábil – várias ações com essa produção. Foram saraus, conversas com autores, que na maioria deles os próprios autores estavam presentes, esse contato é muito importante para que os alunos/leitores desmistifiquem a ideia de um autor distante e inacessível. Essas ações eram sempre precedidas da leitura dos livros, que eram xerocados pela escola e distribuídos aos alunos, inclusive um dos livros trabalhados *O mistério do Sumiço do Velho Chico* (2013) da autora Socorro Lacerda, está já há algum tempo em processo de tramitação para ser adquirido pela SEDUC.

Nas considerações a respeito da compreensão do Semiárido foi latente alguns equívocos, e esses equívocos partindo, muitas vezes, dos educadores e equipe gestora; pois os docentes são os maiores responsáveis pelas trocas de saberes dentro de uma escola, e se nem eles mesmos têm clareza do conceito, esse vai sendo ensinado e propagado de maneira errônea e limitante. Na maioria das respostas, estava o entendimento de que o espaço urbano, do qual a escola faz parte, não é uma região do SAB, e que esse espaço, o Semiárido, está limitado às áreas rurais.

Ademais, após problematizar a própria ideia do que é ser um autor local, averigui que embora o termo autor local possa ser usado a grosso modo como um conceito estereotipado, que denota limitação e segregação, a maioria dos autores locais de Juazeiro/BA, por mim entrevistados, demonstra outra percepção do termo, associando-o ao pertencimento, à valorização do autor que produz literatura em um determinado local. E este local não lhes causa um aprisionamento, pois quando se lançam nessa pretensão de criação literária, estabelecem inúmeras conexões com a literatura mundial e com escolas literárias específicas, criam suas próprias redes de trocas e estilos. Neste caso, uma literatura nunca se isola, em seu ato de criação, ao âmbito local.

Por fim, devido à amplitude da discussão acerca do termo *autor local*, entendo que ela não começa e, tampouco, se encerra aqui. É imprescindível discutir tanto a inserção dos autores locais no currículo escolar e refletir sobre a importância dessa literatura estar na sala de aula. Assim, concluo que os resultados deste estudo servem como um material que auxilie na conquista desse espaço, e que ele possa, de alguma maneira, friccionar os responsáveis pela composição do currículo da RMEJ, colocando nessa empreitada tanto a escola, quanto a SEDUC, e, por último, os próprios autores locais.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do nordeste e outras artes**; prefácio de Margareth Rago. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- ALENCAR, Jonatha. **Bicho**. Juazeiro: CLAE, 2015.
- ALMEIDA, Manuca. **Coesia**. Juazeiro: Provedor de Ideias, 2018.
- ALMEIDA, Manuca. **Provedor de Palavras**. Salvador: Graphite Gráfica, 2000.
- AMORA, Antônio Soares. **Minidicionário Soares Amora da língua portuguesa**. 19ª ed. - São Paulo: Saraiva, 2009.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. **Alguma poesia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- AS FLORES DO MAL. **Nelson Rodrigues**. Juazeiro, ano X, 2013.
- ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS EM PARIS. **Declaração Universal Dos Direitos Humanos**. 10 dez. de 1948. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2019.
- ART POP ZINE. **O céu do nosso amor é todo poesia**. Petrolina: Gráfica Tribuna do Sertão, ano V, n. 4, jul. 1995.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**; prefácio à edição francesa Tzvetan Todorov; introdução e tradução do russo Paulo Bezerra. 6ª ed. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.
- BANDEIRA, Joseph Wallace. **O Amor e a Morte**. Juazeiro: Artes Gráficas e Ind. LTDA, 1985.
- BARBOSA, José. **Em Transe**. Juazeiro: CLAE, 2017.
- BARBOSA, José. **Descontinuidades**. Juazeiro: CLAE, 2012.
- BARTHES, Roland. **Aula**: aula inaugural da cadeira de semiologia literária do Colégio de França, pronunciada dia 7 de janeiro de 1977; tradução e posfácio de Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Cultrix, 2013.
- BATISTA, Lourivan. **Pulsão: uma jornada poética**. Juazeiro: Editora Vecchio, 2019.
- BRASIL, Ministério da Integração Nacional – MIN. **Nova delimitação do semiárido brasileiro**, 2017. Disponível em: <http://www.integracao.gov.br/ultimas-noticias/7048-mais-73-cidades-sao-beneficiadas-com-inclusao-na-regiao-semiarida-do-pais>. Acesso em: 06 abr. 2019.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15548-d-c-n-educacao-basica-nova-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 01 abr. 2019.

BRASIL. **Lei Nº 8.666, de 21 de Junho de 1993**. Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18666cons.htm. Acesso em: 05 nov. 2019.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - **Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 02 abr. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** (1988). Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 24 fev. 2019.

BRITO, Mari. **Essência poética**. Juazeiro: CLAE, 2017.

BRITO, João. Onde está o espanto? In: **Recanto das Letras**. Disponível em: <https://www.recantodasletras.com.br/redacoes/4336716> Acesso: 10 maio de 2019.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade**: Estudos de Teoria e História Literária. 12ª ed.- Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011a.

CANDIDO, Antonio. **Vários escritos**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011b.

CARVALHO, Luzineide Dourado. A Emergência da Lógica da “Convivência com o Semi-Árido” e a Construção de uma Nova Territorialidade. In: **Educação para a Convivência com o Semi-Árido**: reflexões teórico-práticas. 2ª ed. Juazeiro/BA: Secretaria Executiva da Rede de Educação do Semi-Árido Brasileiro. Selo Editorial- RESAB, 2006.

CHARTIER, Roger. **A mão do autor e a mente do editor**; tradução de George Schlesinger. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro**: do leitor ao navegador; tradução de Reginaldo de Moraes. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

COMPAGNON, Antoine. **O demônio da teoria**: literatura e senso comum; tradução de Cleonice Paes Barreto Mourão, Consuelo Pontes Santiago. 2ª. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

COMPAGNON, Antoine. **Literatura para quê?**; tradução de Laura Taddei Brandini. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

COSTA, Ana R. **Liana**. Petrolina: Editora Vecchio, 2019.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**: campanha de Canudos. 3ª ed.- São Paulo: Editora Martin Claret, 2002.

DAMIÃO, Antonio. **Rabiscos da Alma**. Petrolina: Editora Vecchio, 2018.

- DANTAS, Aldair. **Tribuna do Norte**. Disponível em: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/cheque-livro-bate-recorde-em-eventos-literarios-do-rn/331194><http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/cheque-livro-bate-recorde-em-eventos-literarios-do-rn/331194>. Acesso em: 07 out. 2019.
- DESLAURIERS, Jean-Pierre; KÉRISIT, Michéle. O delineamento da pesquisa qualitativa. In: POUPART, Jean e outros. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**; tradução de Ana Cristina Nasser. 2ª.ed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- DUARTE, Jorge de Souza. **Lampião no Município de Juazeiro**. Juazeiro: Editoração e Impressão: Gráfica Gutemberg, 1997.
- EAGLETON, Terry. **Teoria da Literatura: uma introdução**; tradução de Waltensir Dutra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- EMANUEL, Lúcio. **Repoemas**. Juazeiro- BA: *edição do autor*. 2017
- FERNANDEZ, Cida. **A formação de leitores literários e a autonomia na construção do conhecimento**. In: XV Congresso Internacional de Tecnologia na Educação, 2017, Recife-PE.
- FERNANDES NETO, Antônio Martins. **Futebol de Juazeiro: um século de glórias e tradições**. Juazeiro: Gráfica e Editora Printpex, 2019.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Minidicionário Aurélio**. 5ª ed.- Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2001.
- FRANÇA, Heráclio. Umbuzeiro. Salvador: Contexto, 1996.
- FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?** prefácio de José A. Bragança de Miranda e António Fernando Cascais. 3ª ed.- Lisboa: Veja/Passagens, 1992.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6ª. ed. - São Paulo : Atlas, 2017.
- GIL, Antonio Carlos. **Estudo de Caso**. São Paulo: Atlas, 2009.
- HOUAISS, Antônio. **Minidicionário Houaiss da língua portuguesa**. 4ª ed.-Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.
- ITAMARACÁ, Lia. **Minha Ciranda/ Letras**. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/lia-de-itamaraca/399583/>. Acesso em 22 out. de 2019.
- JOSÉ, Matheus. **Entre uma dose e outra de amor**. Petrolina: Editora Vecchio, 2019.
- JUAZEIRO (BAHIA). In: **WIKIPEDIA**. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Juazeiro_\(Bahia\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Juazeiro_(Bahia)). Acesso em: 10 abr. 2019.
- LACERDA, Lupeu. **O suicídio de Bukowski**. Juazeiro: CLAE, 2017.

LACERDA, Socorro. **O mistério do Sumiço do Velho Chico**. Ilustrações de Bruno Dante. São Paulo: Cortez, 2013.

LACERDA, Socorro. **Vira- vira, Violeta**. Ilustrações de Karla Gonçalves. Petrolina: edição da autora, 2017.

LUNA, Josemário F. **O Adeus do Velho Capitão: a última viagem do São Francisco**. *Sem local*, Pórtico, 1996.

MACHADO, Ana Maria. **Silenciosa Algazarra**: reflexões sobre livros e práticas de leituras. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

MACIEL, Ruthe. **Moinho**. Juazeiro: CLAE, 2016.

MAGALHÃES, Ermi Ferrari. **Navegação no Rio São Francisco**: da canoa ao último vapor. Juazeiro: *edição do autor*, 1991.

MAUÉS, Josenilda. Vestígios de investigações sobre currículo e formação de professores. In: GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira (Org.). **Currículo e políticas públicas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

MARTINS, Josemar da Silva. Anotações em torno do conceito de educação para a convivência com o Semi-Árido. In: **Educação para a Convivência com o Semi-Árido**: reflexões teórico- práticas. 2^a. ed. Juazeiro: Selo Editorial- RESAB, 2006.

MARTINS, Josemar da Silva. Educação Contextualizada: da teoria à prática. In: REIS, Edmerson dos Santos; CARVALHO, Luzineide Dourado, (orgs). **Educação Contextualizada: fundamentos e práticas**. Juazeiro: Selo Editorial- RESAB, 2011.

MARTINS, Josemar da Silva. **Pesquisa-criação**: uma experiência com escrita docente autobiográfica. Salvador: EDUNEB, 2012.

MATO GROSSO. **Lei nº 5.573, de 06 de fevereiro de 1990**. Assembleia Legislativa do Estado do Mato Grosso. Disponível em: <http://www.sad-legislacao.mt.gov.br/Aplicativos/Sad-Legislacao/legislacaosad.nsf/709f9c981a9d9f468425671300482be0/3d1116031caec80c0425712d006386c8?OpenDocument>. Acesso em: 12 abr. 2019.

MELO NETO, João Cabral de Melo. **Melhores poemas João Cabral de Melo Neto**; Antologia Carlos Secchin [seleção e prefácio]. 10 ed.- São Paulo: Global, 2010.

MENEZES, Jota. **Bela vista**. Petrolina: Editora Vecchio, 2018.

MICHAELIS. **Dicionário prático da língua portuguesa**. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2010.

MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R.; CONSTATINO, P.; SANTOS, N. C. Métodos, técnicas e relações em triangulação. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.) **Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

MONTECLARO, Wellington. **Canção de Ninar- nego d'água**. Juazeiro: CLAE, 2017.

MOREIRA, Elisabet Gonçalves. **Poética Ribeirinha**: antologia literária de Petrolina. Petrolina: UPE, 1995.

NOVAES, Emylle. **Eu-Macário**. Petrolina: Editora Vecchio, 2018.

PARLIM. Educação. De lá para cá, **Blog do Parlim**. Juazeiro-BA, 29 set. 2009. Disponível em: <http://parlim.blogspot.com/2009/09/>. Acesso em 10 mar. 19

PESSOA, Fernando. **Impermanence- a mesquinhez**. Disponível em: <http://arquivopessoa.net/textos/3582>. Acesso em: 05 maio 2019.

PIAUI. **Lei nº 6.563, de 30 de julho de 2014**. Dispõe sobre a preferência das escolas públicas e privadas do Estado do Piauí a adotarem livros paradidáticos de autores piauienses e da outras providências. Assembleia Legislativa do Estado do Piauí: Sistema de Apoio ao Processo Legislativo. Disponível em: http://servleg.al.pi.gov.br:9080/ALEPI/consultas/norma_juridica/norma_juridica_mostrar_pro c?cod_norma=3426. Acesso em: 12 abr. 2019

PLUTARCO. 46 frases de grandes filósofos para te inspirar. In: **Revista Época Negócios online**. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Vida/noticia/2017/06/46-frases-de-grandes-filosofos-para-te-inspirar.html>. Acesso em: 12 dez. 2019

POUPART, Jean. A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: POUPART, Jean e outros. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**; tradução de Ana Cristina Nasser. 2ª. ed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

PRADO, Adélia. **Poesia Reunida**. São Paulo: Siciliano. 4ª. ed.- 1995.

PREFEITURA DE JUAZEIRO-BA. **Secretaria de Educação**. Disponível em: <https://www6.juazeiro.ba.gov.br/secretaria-de-educacao/>. Acesso em: 10 mar.19

QUEIROZ, Rachel de. **O quinze**. Rio de Janeiro: José Olympio. 90ª ed. - 2010.

RAMOS, Graciliano. **Vidas Secas**. São Paulo: Record. 74ª ed. - 1998.

REIS, Edmerson dos Santos. A pesquisa participante num enfoque fenomenológico- um viés metodológico para a compreensão das práticas educativas fundamentadas na contextualização. In: REIS, Edmerson dos Santos; CARVALHO, Luzineide Dourado, (orgs).

Educação Contextualizada: fundamentos e práticas. Juazeiro: Selo Editorial- RESAB, 2011.

REIS, Edmerson dos Santos. Educação para a Convivência com o Semiárido: Desafios e possibilidades. In: **Seminário Piauiense: Educação e Contexto.** INSA. Campina Grande: 2010

REIS, Edmerson dos Santos. **A Contextualização dos conhecimentos e saberes escolares nos processos de reorientação curricular nas escolas do campo.** Tese de Doutorado em Educação. Universidade Federal da Bahia – UFBA. Salvador, 2009.

RIBEIRO, Edson. **Juazeiro na esteira do tempo.** 2ª. ed. – Juazeiro/BA: Câmara Municipal de Juazeiro, 2005.

RIBEIRO, Erika Jane. **Endométrio.** Juazeiro/BA: CLAE, 2019.

RIBEIRO, Erika Jane. **Pedilua.** Juazeiro/BA CLAE, 2017.

RIBEIRO, Anielson. **Quarto escuro.** Juazeiro/BA CLAE, 2016.

ROMANOS. In: **Bíblia Sagrada;** tradução de João Ferreira de Almeida. 4ª. ed.- São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 2009.

SACRISTÁN, J. Cimeno. **O currículo uma reflexão sobre a prática.** Porto Alegre: Artmed, 2000.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade:** uma introdução às teorias do currículo. 3ª. ed. 7ª reimpressão. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

SILVA, Manollo Ferreira. **A Quem Me Degusta Por Me Sorver...!** Juazeiro-BA: Arte-Ofício, 2015.

SILVA, Adelaide Pereira da. Educação contextualizada, transposição didática e complexidade: um começo de conversa. In: REIS, Edmerson dos Santos; CARVALHO, Luzineide Dourado, (orgs). **Educação Contextualizada: fundamentos e práticas.** Juazeiro: Selo Editorial- RESAB, 2011.

SIQUEIRA, Virgílio Bezerra de. **Vaga-lumear.** Petrolina: Arte-Ofício, 2014.

SOBRINHO, João Gilberto Guimarães. **Todos contra quase nada.** Juazeiro: CLAE, 2018.

SOBRINHO, João Gilberto Guimarães. **Estigma.** Juazeiro: CLAE, 2015.

SOBRINHO, João Gilberto Guimarães. **O anjo dos outros.** Juazeiro: CLAE, 2013.

SOBRINHO, João Gilberto Guimarães. **Quebranto.** Juazeiro: CLAE, 2012.

SOUZA, Wiliana Coelho de. Os escritores de Juazeiro-BA nas Bibliotecas da Cidade. **Blog Literatura de Juazeiro-BA.** Juazeiro- BA, 09 nov. 2016. Disponível em:

<https://escritoresdejuazeiro.wordpress.com/2016/11/09/os-escritores-de-juazeiro-ba-nas-bibliotecas-da-cidade/>. Acesso: 13 abr. 2019

SOUZA, Wiliana Coelho d. **A inserção da literatura de Juazeiro- BA nas aulas de Língua Portuguesa**. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras) – Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS. Feira de Santana/BA, 2016.

TOCANTINS. **Projeto de Lei nº 249/2014, de 17 de dezembro de 2014**. Inclui na grade curricular das escolas públicas estaduais do Estado do Tocantins a disciplina Conhecimento e Estudo dos Autores Tocantinenses. Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins. Disponível em: <http://al.to.leg.br/>. Acesso em: 12. abr. 2019

TÓLSTOI, Liev. **Wikiquote**. Disponível em: https://pt.wikiquote.org/wiki/Liev_Tolst%C3%B3i. Acesso em 25 out. 2019.

TRAPIÁ, João. et al. **O livro das fábulas**. Petrolina: Editora Vecchio, 2018.

TRAPIÁ, João. et al. **Eu te conto**. Petrolina: Editora Vecchio, 2019.

TRAPIÁ, João. et al. **Era uma vez**. Petrolina: Editora Vecchio, 2019.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UBE (Org.) **Poetas em Rebuliço: perfil contemporâneo da Criação Poética no Eixo Petrolina/Juazeiro**. Petrolina: Gráfica Mandacaru, 2001.

UBE (Org.) **Prosadores em Rebuliço: um mergulho poético na sutileza do Velho Chico**. Petrolina: Gráfica Mandacaru, 2003.

VON CZECKUS, Wladimir. **Entre as flores alguma poesia**. Juazeiro: CLAE, 2016.

WIERZCHOWSKI, Letícia. **A casa das sete mulheres**. 2ª ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2008.

WILLIAMS B., Jhon. **Febre**. Juazeiro: CLAE, 2019.

WILLIAMS B., Jhon; SOBRINHO, João Gilberto Guimarães. **Palavra Proibida**. Juazeiro: CLAE, 2016.

WILLIAMS B., Jhon. **A difícil arte da compreensão**. Juazeiro: CLAE, 2015.

WILLIAMS B., Jhon. **Só e Só**. Juazeiro: CLAE, 2012.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos; tradução de Cristhian Matheus Herrera**. 5ª. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

APÊNDICE A – MAPEAMENTO DOS AUTORES DO VSF

MAPEAMENTO DO NEPEL- SESC PETROLINA 2019

	AUTOR (A)	LIVRO	CIDADE	GÊNERO	EDITORA
1	Ana Luiza Von	As nove peças	Petrolina	Ficção/ série	Novo Século Editora
2	Ana Rita Costa	1. De volta para casa/ 2. Em Nome do Amor 3. Liana	Petrolina	1. Romance/ 2. Poemas	Scortecci Editora
3	Ângelo Roncalli	Orbitais: um ato de novas conquistas	Juazeiro	Poemas	Gráfica Franciscana
4	Anielson Ribeiro	Quarto Escuro	Juazeiro	Poemas	Editora CLAE
5	Antonila da França Cardoso	Um e Outras Crônicas	Juazeiro	Crônicas *crônicas sobre o Rio São Francisco	Educere Edições e Comunicações Integradas Ltda: Salvador- BA
6	Antonio Damião	Rabiscos da Alma	Petrolina	Poemas	Editora Vecchio
7	Antônio de Santana Padilha	1. Ribeiril do São Francisco/ 2. Pedro e Lina	Petrolina	1. Ato/ 2. Romance	Gráfica Franciscana
8	Aroldo Ferreira Leão	1. A incerteza reconstrói a força do silêncio/ 2. Alquimia do Impreciso/ 3. Alfabetizando a Alma/ 4. Confissões Aroldianas/ 5. Crônicas e Reinvenções/ 6. Harmonia Dissonante/ 7. Impactos Azuis/ 8. Monólogo das Sombras/ 9. O Espelho dos Labirintos/ 10. O Mergulho e a Inocência/ 11. Presságios/ 12. Sombras e Solidão/ 13. Lampião: Um Estudo de Buscas e	Petrolina	Poemas	

		Essências.			
9	Bruno Liberal	1. Olho morto amarelo/ 2. O contrário de B./ 3. Juro por Deus que é um final feliz	Petrolina	Contos	1. CEPE/ 2. Confraria do Vento/ 3. Ed. Mariposa Cartonera
10	Carlos Laerte	1. Crônicas do Amor de Totonho e Raquel/ 2. Rio que passa/ 3. O Quarto/ 4. Poemando/ 5. Sementes/ 6. Suspiros de Imaginações.	Petrolina	Crônicas	2. Edição do autor
11	Catia Cardoso	1. Trinta contos para não morrer 2. Tábua de Marés	Petrolina	Contos	Selo Editorial SESC/PE
12	Cid Almeida Carvalho	1. Eventos Imprevisíveis/ 2. Oásis da Imaginação/ 3. Na última Curva.	Petrolina	Poesias	
13	Clarissa Loureiro	1. Invertidos/ 2. Laurus	Petrolina	1. Contos; 2. Romance.	1. Editora Bagaço/ 2. Editora Bagaço.
14	Dermeval de Ferreira Lima	Ernesto, o Artista	Juazeiro	Dramático	
15	Elisabet Gonçalves Moreira	1. Cadinho de prosa/ 2. Poética Ribeirinha: Antologia Literária de Petrolina/ 3. Leituras exemplares (à maneira de Tolstói)	Petrolina	1. Prosa/ 2. Prosa Poemas/	1. / 2. Impressão FESP/UPE/ 3. Gráfica Color Copy
16	Emylle Novaes	Eu-macário	Petrolina	Poemas	Editora Vecchio
17	Erika Pók Ribeiro	1. Noites e Vagalumes 2. Pedilua 3. Endométrio	Juazeiro	Poemas	1. Edição do autor: Gráfica Gutemberg/ 2. Editora CLAE/ 3. Editora CLAE.
18	Expedito Almeida	Tecendo lã junto à fogueira	Juazeiro	Poemas	Coleção Selo Editorial Letras da Bahia

19	Gênesis Naum	A Aldeia do tempo	Petrolina	Romance	Scortecci Editora
20	Gildete Lino de Carvalho	Via Crucis	Juazeiro	Dramático	
21	Helio de Araújo	1. Andanças/ 2. O quarteto	Petrolina	1. Romance/ 2. Romance.	
22	Jaquelyne Costa	Oratório da moça que sente saudade	Petrolina	Poemas	Asé Editorial
23	João Gilberto Guimarães Sobrinho	1. Estigma/ 2. Quebranto/ 3. O Anjo dos Outros/ 4. Palavra proibida/ 5. Todos contra quase nada	Juazeiro	Poemas	Editora CLAE
24	João Trapiá	1. O livro das fábulas/ 2. Eu te conto/ 3. Era uma vez	Petrolina	Fábulas	Editora Vecchio
25	João Victor Gomes Varjão	Moscas Civilizadas em Gaiolas Modernas	Juazeiro	Contos	Editora Multifoco
26	John Williams B.	1. Só & Só/ 2. A difícil arte da compreensão/3. Valsa Indelicada/ 4. Estupros & Dissimulações/ 4. Palavra Proibida/ 5. Febre	Juazeiro	1 ao 4. Poemas/ 5. Romance	Editora CLAE
27	Jonatha de Alencar	Bicho	Juazeiro	Poemas	Editora CLAE
28	Jorge de Souza Duarte	Lampião no município de Juazeiro	Juazeiro		Editoração e Impressão: Gráfica Gutemberg
29	Cantiga da terra do sol do vale das águas	José Araújo Lopes	Juazeiro	Poemas	Editoração e Impressão: Gráfica Gutemberg
30	1.Descontinuidades/ 2. Em transe	José Barbosa de Oliveira Filho	Juazeiro	Poemas	Editora CLAE

31	José Olivá Apolinário	1. Mesa Posta/ 2. Hipótese do Humano	Petrolina	Poemas	1. Editora Universitária da Univ. Federal de Pernambuco ¹
32	José Raulino Sampaio	Seixos Rolados	Petrolina	Poemas	
33	Joseph Wallace Bandeira	1. Juazeiro: amor e paixão/ 2. O Amor e a Morte/ 3. Juazeiro visto pelas crianças/ 4. Vinte sonetos de amor numa sonata desesperada	Juazeiro	1. Poemas/ Contos/ 2. Poemas/ 3. Poemas/ 4. Poemas	1. Impressão e Composição Gráfica Gutenberg: Juazeiro-BA/ 2 e 3. Artes Gráficas e Ind. LTDA: Salvador- BA/ 4. Jornal de Juazeiro Gráfica e Editora
34	Josemar Martins (Pinzoh)	O mesmo outro	Juazeiro	Poemas	Scortecci Editora
35	Jota Menezes	Bela vista	Petrolina	Romance	Editora Vecchio
36	Jurandir Costa	1. Quem sou? 1973/ Prosa poema poesia	Juazeiro	Poemas	
37	Júnior Leite	Algodão de Ferro	Petrolina	Poemas	Selo Independente: Arte-Ofício
38	Klébia Peixinho	Pedras ao infinito	Petrolina	Jornalismo-Literário	Chiado Editora
39	Lourivan Batista	Pulsão: uma jornada poética	Juazeiro	Poemas	Editora Vecchio
40	Lúcio Emanuel	1. Romaria Contrária/ 2. Sete Cavalos do Tempo/ 3. Sete Sonos do Vinho/ 4. Sete Poemas Terminais/ 5. Sete Poemas Ultrapassados/ 6. Travessia/ 7. Repoemas/ 8. Inventário do Traseunte/ 9. Ziguezague/ 10. Mini poemas/ 11. Filigranas da Consciência/ 12. Caminhos regressos	Juazeiro	Poemas	6. Gráfica Beira Rio e Editora Ltda 7. Gráfica Printpex OBS: os demais não têm registro editorial

41	Luiz Carlos Guimarães	1. Alguma poesia para depois	Petrolina		Editora Multifoco
42	Luis Galvão	Galvão 22 anos de poesia na MPB: antologia poética de Luis Galvão*	Juazeiro	Poemas *Apoio da Secretaria de Educação e Cultura	Gráfica Beira Rio Ltda
43	Lupeu Lacerda	1. Enfermaria 5/ 2. O suicídio de Bukowski/ 3. Caos Technicolor	Juazeiro	Poemas	1. Editora CLAE/ 2. Editora CLAE/ 3. Editora VirtualBooks
44	Manollo Ferreira	A quem me degusta por me sorver	Juazeiro	Poemas	Selo Independente: Arte-Ofício
45	Manuca Almeida	1. Provedor de Palavras/ 2. Além do Amor/ 3. Coesia	Juazeiro	Poemas	1. Graphite Indústria Gráfica/ 2. Edições Quintal do Poeta.
46	Márcio Fabiano e Rogério Leal	1. Dois Pontos	Juazeiro	Memórias/ Contos	
47	Maria Izabel Muniz Figueiredo (Bebela)	1. Era uma vez... Lendas de Juazeiro e cidades ribeirinhas do Vale do São Francisco/ 2. Lendas e Mitos do Rio São Francisco 1501-2001/ 3. Juazeiro de todas as artes	Juazeiro	Lendas	1. Gráfica Gutenberg/ 2. Printed in Brasil/ 3. Gráfica Oxente
48	Mateus José	1. Pensamentos de um andarilho/ 2. Dante e Beatriz: o amor gravado nas estrelas/ 3. Orium: nebulosa dos amores/ 4. Entre uma dose e outra de amor	Petrolina	1. Poemas / 2. Romance/ 3. Romance/ 4. Poemas	1. Mondrongo/ 2. Asè Editorial/ 3. Asè Editorial/ 4. Editora Vecchio
49	Maurício Cordeiro	Elos flamejantes:	Petrolina	Poemas	Selo

	Ferreira	uma crônica de um lugar ao sol			Independente: Arte-Ofício
50	Micheline Musser	Inspiração	Petrolina	Poemas	Mondrongo
51	Milena Silva	Rascunhos de Memória	Petrolina	Poemas	Asé Editorial
52	Núcleo de Estudo e Pesquisa em Literatura-NEPEL	Nascente Fanzine (1ª, 2ª e 3ª edição).	Petrolina	1ª Literatura Infantojuvenil/ 2ª Contos e Poemas/ 3ª Contos e Crônicas	Unidade Executiva Sesc Petrolina
53	Paulo Maciel	João de Gilu	Juazeiro	Romance	Editora Corruptio
54	Pedro Raymundo Rodrigues Rêgo	O pássaro que criou raízes	Juazeiro	Poemas	Editora Gráfica Ipiranga Ltda: Brasília- DF
55	Rafael Benevides	O mundo de Tônico: a fotografia além das câmeras	Petrolina	Contos	Editora Photos
56	Raquel Wesley	Órfã de filho, alfa no Pai	Petrolina	Poemas	
57	Raul da Rocha Queiroz	Gotas de orvalho	Juazeiro	Poemas	
58	Rosalina Rodrigues	Memórias Póstumas de Josefina	Juazeiro	Romance	Gráfica Gutenberg
59	Ruth Arnaldo	1. Uma jogada do amor/ 2. A Melhor Jogada do Amor/ 3. Nas Cores Do Amor	Juazeiro	Romance	Autografia
60	Ruthe Maciel	Moinho	Juazeiro	Poemas	1. Editora CLAE
61	Sebastião Simão Filho	Poemas de Giarmarda (e) outros poemas	Juazeiro	Poemas	
62	Sida Pinheiro (Sitta)	1. Diálogo com as Águas/ 2. Poetizando com os bambus/ 3. A Luz do Amor	Petrolina	1. Poemas e Crônicas/ 2. Poemas/ 3. Prosa	1. Editora e Gráfica Franciscana/ 2. Editora Cordelaria Castro
63	Socorro Lacerda	1. O mistério do sumiço do Velho Chico/ 2. Vira-vira, Violeta	Petrolina	Literatura Infantojuvenil	1. Cortez; 2. Independente
64	Thalynni Lavor	Entre fadas e outros bichos	Petrolina	Literatura Infantojuvenil	Confraria do Vento

65	Thom Galiano	Sarapopéias: vice-versa	Petrolina	Poemas/Memórias	Editora Oxente
66	Tito Souza.	Pedras ao infinito	Petrolina	Jornalismo-Literário	Chiado Editora
67	1 e 2. UBE-União Brasileira de Escritores Núcleo de Petrolina	1. Prosadores em Rebuliço: um mergulho nas sutileza do Velho Chico/ 2. Poetas em Rebuliço	1 e 2. Petrolina	1. Antologia Literária/ Prosa 2. Antologia Literária/ Poemas	1 e 2. Gráfica Mandacaru
68	Uberdan Alves	1. Nem toda Mulher/ 2. Vozes do Verbo	Petrolina	1. Poemas /2. Contos, Crônicas e Poemas	1. Editora e Gráfica Franciscana/ 2. Editora e Gráfica Franciscana
69	Vinícius Gonçalves	Homens da Alma de Couro	Juazeiro	Jornalismo-Literário	<i>Sem editora:</i> Juazeiro- BA
70	Virgílio Siqueira	1. Poeta, cidadão-comum/ 2. Vaga-lumear/ 3. Há 60 anos no Pomar do Estro/ 4. Cânticos de Sol e de Chuva: auto de natal na caatinga	Petrolina	Poemas	Selo Independente: Arte-Ofício
71	Wladimir B. Von Czékus	Entre as flores alguma poesia	Juazeiro		1. Editora CLAE
72	Zazy Grazyelly	1. A casa Encantada/ 2. Um lago na floresta do amor 3. De teu amor me alimento	Petrolina	1 e 2. Literatura Infantil/ 3. Poesia	1. Editora CEPE
73	(Orgs.) A.C. Coêlho de Assis; Chico Egídio e Odomaria Rosa Bandeira Macedo	Euvaldo Macedo Filho Fotografias	Juazeiro	Fotografia e Poesia	Gráfica Franciscana Petrolina-PE
74	E nós para onde vamos?	(Vários autores) Layse de Luna Brito; Joaquim Muniz Barreto; Marta Luz Benevides; José Pereira da Silva; Maria do Carmo	Juazeiro	Crônicas	Edinorte- Editora Norte Ltda: Feira de Santana- BA

		Sá Nogueira; Nilda Generoso de Izaga e Luiz Freire.			
75	E nós para onde vamos? Segundo Volume	(<i>Vários autores</i>) Layse de Luna Brito; Joseph Bandeira; Marta Luz Benevides; Gisélia Lino de Carvalho; Maria do Carmo Sá Nogueira; Edilson Monteiro; Antonila da Franca Cardoso.	Juazeiro	Crônicas	ABC Gráfica offset Ltda.

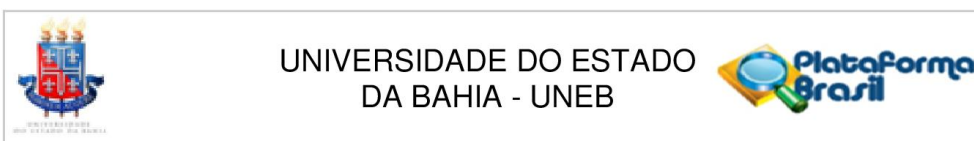
APÊNDICE B – ACERVO DOM JOSÉ RODRIGUÊS

ACERVO DOM JOSÉ RODRIGUÊS

	LIVRO	AUTOR (A)	GÊNERO	ANO	EDITORIA
1	E nós para onde vamos?	Layse de Luna Brito; Joaquim Muniz Barreto; Marta Luz Benevides; José Pereira da Silva; Maria do Carmo Sá Nogueira; Nilda Generoso de Izaga e Luiz Freire.	Crônicas	1974	Edinorte – Editora Norte Ltda: Feira de Santana- BA
2	Amém, Aleluia	Marta Luz Benevides	Prosas/reflexões religiosas	1975	Edições Paulinas
3	Memórias Póstumas de Josefina	Rosalina Rodrigues	Memórias	1978	Gráfica Gutenberg: Juazeiro- BA
4	Quase Quarenta	José Ivan Divino Lima	Poemas	1978	Impresso na Tecnográfica São Francisco: Juazeiro-BA
5	O pássaro que criou raízes	Pedro Raymundo	Poemas	1981	Editora Gráfica Ipiranga Ltda: Brasília- DF
6	Juazeiro visto* pelas crianças	Joseph Wallace Bandeira	Poemas * os poemas são ilustrados por crianças das cidades de Juazeiro e Petrolina.	1986	Artes Gráficas e Indústria Ltda: Salvador- BA
7	Vinte sonetos de amor numa sonata desesperada	Joseph Wallace Bandeira	Poemas	1987	Jornal de Juazeiro Gráfica e Editora
8	Apenas um sonho	Heráclio França	Memórias	1988	Edições Arpoador: Salvador- BA
9	Ave, Maria	Joseph Wallace Bandeira	Poemas/ <i>Sonetos</i> <i>religiosos</i>	1989	<i>Sem editora:</i> Juazeiro- BA
10	Dois Pontos	Márcio Fabiano e Rogério Leal	Memórias/ Contos	1990/ 1997	
11	Juazeiro, cá entre nós	Heráclio França	Prosas sobre Juazeiro	1991	Gráfica Santa Helena Ltda
12	Juazeiro: amor e paixão	Joseph Wallace Bandeira	Poemas/ Contos	1993	Impressão e Composição Gráfica Gutenberg: Juazeiro-BA
13	Umbuzeiro	Heráclio França	Romance/Memórias	1996	Contexto: Salvador- BA
14	Vozes do Mato	Esmeraldo Lopes	Memórias	1997	Editora e Gráfica Franciscana: Juazeiro- BA
15	Travessia	Lúcio Emanuel	Poemas	1997	Gráfica Beira Rio e Editora Ltda

16	Prosa, Poema, Poesia	Jurandir Oliveira Costa	Poemas e Contos	1998	Impresso no Brasil- Printed in Brazil
17	Provedor de Palavras	Manuca Almeida	Poemas	2000	Graphite Indústria Gráfica
18	Umás e Outras Crônicas	Antonila da França Cardoso	Crônicas *crônicas sobre o Rio São Francisco	2000	Educere Edições e Comunicações Integradas Ltda: Salvador- BA
19	Euvaldo Macedo Filho Fotografias	(Orgs.) A.C. Coelho de Assis; Chico Egídio e Odomaria Rosa Bandeira Macedo	Fotografia e Poesia	2004	Gráfica Franciscana Petrolina-PE
20	Homens da Alma de Couro	Vinícius Gonçalves	Livro-reportagem	2009	<i>Sem editora:</i> Juazeiro- BA
21	Galvão 22 anos de poesia na MPB: antologia poética de Luis Galvão	Luis Galvão	Poemas *Apoio da Secretaria de Educação e Cultura		Gráfica Beira Rio Ltda
22	O vôo imaginário	Sebastião Vital da Silva	Poemas		Santafé Gráfica e Editora Ltda

ANEXO – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA



UNIVERSIDADE DO ESTADO
DA BAHIA - UNEB



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Os escritores locais no currículo: um estudo em uma escola municipal de Ensino Fundamental II em Juazeiro-BA.

Pesquisador: ARIANE SAMILA FERREIRA DE OLIVEIRA ROSA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 98215018.2.0000.0057

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.921.613

Apresentação do Projeto:

O projeto intitulado Os escritores locais no currículo: um estudo em uma escola municipal de Ensino Fundamental II em Juazeiro-BA, da pesquisadora ARIANE SAMILA FERREIRA DE OLIVEIRA ROSA, busca fazer o uso de observações sistemáticas e espontâneas, entrevistas semiestruturadas, diário de bordo e análise documental. Esses instrumentos serão aplicados aos professores do nono ano do Ensino Fundamental II da Escola Municipal Paulo VI, aos autores locais e ao representante da Secretaria Municipal de Educação- SEDUC. Serão realizadas observações em sala de aula durante o período de quatro meses e uma entrevista semiestruturada, aplicada individualmente, com os professores com o objetivo de investigar se eles têm trabalhado em seu cotidiano escolar as obras dos escritores locais. Posteriormente, serão realizadas entrevistas com escritores a fim de identificar e caracterizar o discurso da inserção dos autores locais no currículo escolar. E por fim, uma análise documental na SEDUC, bem como, entrevista com o representante da instituição.

Objetivo da Pesquisa:

Identificar e caracterizar o discurso da inserção de autores locais no currículo escolar, bem como averiguar se, em decorrência disso, há a presença das obras dos escritores locais nas escolas municipais de Ensino Fundamental II, em Juazeiro- BA, e como fazem parte do currículo.

Endereço: Rua Silveira Martins, 2555

Bairro: Cabula

CEP: 41.195-001

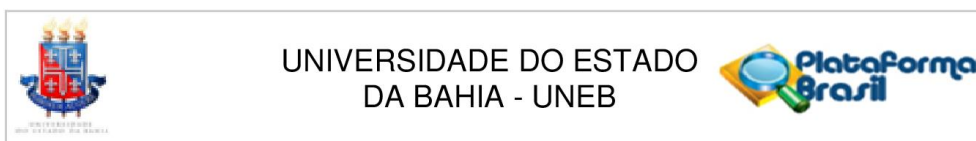
UF: BA

Município: SALVADOR

Telefone: (71)3117-2399

Fax: (71)3117-2399

E-mail: cepuneb@uneb.br



Continuação do Parecer: 2.921.613

Objetivo Secundário:

Problematizar e aprofundar a própria ideia de “autor local”;
 Identificar e caracterizar o discurso da inserção dos autores locais no currículo escolar;
 Analisar aspectos relacionados à política de aquisição de livros para as escolas e se nessa política figuram livros de autores locais;
 Investigar se os professores têm trabalhado em seu cotidiano escolar as obras dos escritores locais;
 Verificar se há algum vínculo desses escritos com a perspectiva do Semiárido Brasileiro.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos e benefícios estão assim apresentados:

Riscos:

Os riscos e desconfortos, que podem surgir durante a pesquisa, são considerados mínimos, provenientes da inserção do pesquisador no ambiente do grupo ou aspectos relacionados a vergonha ao responder as entrevistas podendo ocasionar algum desconforto de origem intelectual, social ou cultural. A fim de evitar algo dentro desses padrões, a entrevista ocorrerá individualmente e em ambiente privativo conforme vontade e disponibilidade do entrevistado.

Benefícios:

Entende-se que o estudo trará importante contribuição para compreender o discurso da inserção de autores locais no currículo escolar e se havendo essa constatação identificar se, em decorrência dessa atitude, eles estão presentes nas escolas municipais de Ensino Fundamental II, em JuazeiroBA, fazendo parte do currículo e/ou das práticas cotidianas escolares.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa relevante e interessante no campo educacional

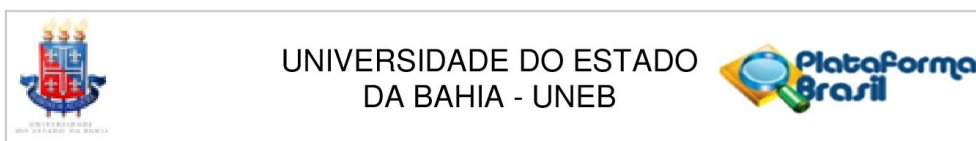
Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos foram apresentados em consonância

Recomendações:

Recomendamos ao pesquisador atenção aos prazos de encaminhamento dos relatórios parcial e/ou final. Informamos que de acordo com a Resolução CNS/MS 466/12 o pesquisador responsável deverá enviar ao CEP- UNEB o relatório de atividades final e/ou parcial anualmente a contar da data de aprovação do projeto.

Endereço: Rua Silveira Martins, 2555
Bairro: Cabula **CEP:** 41.195-001
UF: BA **Município:** SALVADOR
Telefone: (71)3117-2399 **Fax:** (71)3117-2399 **E-mail:** cepuneb@uneb.br



Continuação do Parecer: 2.921.613

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Após a avaliação ética com vista à Resolução 466/12 CNS/MS o CEP/UNEB considera o projeto como APROVADO para execução, tendo em vista que apresenta benefícios potenciais a serem gerados com sua aplicação e representa risco mínimo aos participantes, respeitando os princípios da autonomia, da beneficência, não maleficência, justiça e equidade.

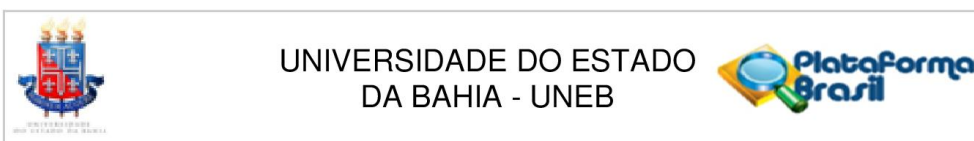
Considerações Finais a critério do CEP:

Após a análise com vista à Resolução 466/12 CNS/MS o CEP/UNEB considera o projeto como APROVADO para execução, tendo em vista que apresenta benefícios potenciais a serem gerados com sua aplicação e representa risco mínimo aos sujeitos da pesquisa tendo respeitado os princípios da autonomia dos participantes da pesquisa, da beneficência, não maleficência, justiça e equidade. Informamos que de acordo com a Resolução CNS/MS 466/12 o pesquisador responsável deverá enviar ao CEP- UNEB o relatório de atividades final e/ou parcial anualmente a contar da data de aprovação do projeto.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1212520.pdf	11/09/2018 17:10:20		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETODEMESTRADOPARASUBMISSAO.pdf	11/09/2018 17:08:28	ARIANE SAMILA FERREIRA DE OLIVEIRA ROSA	Aceito
Outros	COLETADEDADOS.pdf	11/09/2018 16:39:32	ARIANE SAMILA FERREIRA DE OLIVEIRA ROSA	Aceito
Outros	TERMODECONCORDANCIA.pdf	11/09/2018 16:33:12	ARIANE SAMILA FERREIRA DE OLIVEIRA ROSA	Aceito
Outros	TERMODECONFIDENCIALIDADE2.pdf	11/09/2018 16:30:54	ARIANE SAMILA FERREIRA DE OLIVEIRA ROSA	Aceito
Outros	TERMODECONFIDENCIALIDADE.pdf	11/09/2018 16:22:15	ARIANE SAMILA FERREIRA DE OLIVEIRA ROSA	Aceito
Outros	TERMODASEDUC.pdf	11/09/2018 16:17:20	ARIANE SAMILA FERREIRA DE OLIVEIRA ROSA	Aceito
Outros	TERMODACOPARTICIPANTEESCOLA.pdf	11/09/2018 16:11:27	ARIANE SAMILA FERREIRA DE OLIVEIRA ROSA	Aceito

Endereço: Rua Silveira Martins, 2555
Bairro: Cabula **CEP:** 41.195-001
UF: BA **Município:** SALVADOR
Telefone: (71)3117-2399 **Fax:** (71)3117-2399 **E-mail:** cepuneb@uneb.br



Continuação do Parecer: 2.921.613

Declaração de Instituição e Infraestrutura	TERMODAPROPONENTE.pdf	11/09/2018 16:08:42	ARIANE SAMILA FERREIRA DE OLIVEIRA ROSA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLESECRETARIA.pdf	11/09/2018 16:07:11	ARIANE SAMILA FERREIRA DE OLIVEIRA ROSA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	TERMODECOMPROMISSO.pdf	11/09/2018 16:06:29	ARIANE SAMILA FERREIRA DE OLIVEIRA ROSA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEESCRITORES.pdf	11/09/2018 15:47:04	ARIANE SAMILA FERREIRA DE OLIVEIRA ROSA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEPROFESSORES.pdf	11/09/2018 15:41:27	ARIANE SAMILA FERREIRA DE OLIVEIRA ROSA	Aceito
Folha de Rosto	FOLHADEROSTO.pdf	11/09/2018 15:23:34	ARIANE SAMILA FERREIRA DE OLIVEIRA ROSA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SALVADOR, 27 de Setembro de 2018

Assinado por:
Aderval Nascimento Brito
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Silveira Martins, 2555
Bairro: Cabula **CEP:** 41.195-001
UF: BA **Município:** SALVADOR
Telefone: (71)3117-2399 **Fax:** (71)3117-2399 **E-mail:** cepuneb@uneb.br